



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**LUANA MAGALHÃES DE BARROS**

**SE UM DIA FUI PRESIDENTA, JÁ NÃO RECORDO:  
UM OLHAR SOBRE A COBERTURA JORNALÍSTICA DO PROCESSO DE  
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF PELAS REVISTAS *VEJA*, *ÉPOCA* E  
*ISTOÉ***

**FORTALEZA  
2018**

LUANA MAGALHÃES DE BARROS

SE UM DIA FUI PRESIDENTA, JÁ NÃO RECORDO:  
UM OLHAR SOBRE A COBERTURA JORNALÍSTICA DO PROCESSO DE  
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF PELAS REVISTAS *VEJA*, *ÉPOCA* E *ISTOÉ*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Wellington de Oliveira Junior.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

B279s Barros, Luana Magalhães de.

SE UM DIA FUI PRESIDENTA, JÁ NÃO RECORDO : UM OLHAR SOBRE A COBERTURA JORNALÍSTICA DO PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF PELAS REVISTAS VEJA, ÉPOCA E ISTOÉ / Luana Magalhães de Barros. – 2018.

108 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Antonio Wellington de Oliveira Junior.

1. Jornalismo. 2. Política. 3. Estudos de Gênero. 4. Dilma Rousseff. I. Título.

CDD 302.23

---

LUANA MAGALHÃES DE BARROS

SE UM DIA FUI PRESIDENTA, JÁ NÃO RECORDO:

UM OLHAR SOBRE A COBERTURA JORNALÍSTICA DO PROCESSO DE  
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF PELAS REVISTAS VEJA, ÉPOCA E ISTOÉ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Antonio Wellington de Oliveira Junior (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Gabriela Frota Reinaldo  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Jo A-mi  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Dedico esta dissertação a todas as mulheres fortes, que prosseguem na luta, no nome daquela que mais me ensinou sobre fortaleza, vó Odete Marques (em memória).

## AGRADECIMENTOS

À mãe, pai e Jéssica. Sem vocês, nada disso seria possível. A vocês, sempre, o maior – meu – amor do mundo.

Ao Wellington, pela orientação, paciência, confiança e amizade.

À Roberta e Bruno, por insistirem em acreditar em mim.

Ao Luan, pelos respiros, pelo companheirismo, pelo amor.

À Chloé, Bruna, Eduardo, Sabrina e Grazi, pela jornada compartilhada e pela escuta amorosa.

À Monstra, William, Bárbara e Amanda, por serem porto seguro sempre.

Ao Nonato, Talyson e Robson, por serem alegria em meio ao caos.

À Adalgisa, Gabriela, Higor e Lysle, por serem amores que perduram.

Aos carinhos que passaram – e ficaram – pela minha vida ao longo desses dois anos, nos nomes de Lara, Juliana, João Gabriel, Paulo Renato e Nah.

À Funcap, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

Às professoras Gabriela Frota Reinaldo e Jo A-mi, assim como Maíra Kubík Mano, pelo tempo, pela leitura e pelas valiosas contribuições.

À Elisângela Viana pela cuidadosa revisão e à Amanda Matos pela tradução.

A todas as mulheres fortes que foram e são inspiração em uma luta que não é só a cada dia, como a cada segundo. Nelas, busquei força e inspiração para pesquisar e escrever esta dissertação. Sigamos juntas.

“Eu não vou mais sentir vergonha de existir. Eu vou ter minha voz: indígena, espanhola, branca. Eu vou ter minha língua de serpente – minha voz de mulher, minha voz sexual, minha voz de poeta. Eu vou superar a tradição de silêncio”. (ANZALDUA, 2009, p. 312)

## (RESUMO)

A partir das teorias de gênero, dos estudos sobre Jornalismo e da discussão a respeito do campo da política – e as inter-relações entre as três áreas –, esta dissertação pretende investigar a cobertura jornalística realizada sobre o processo de impeachment (ou golpe) da presidenta eleita Dilma Vana Rousseff nas revistas semanais *Veja*, *Época* e *IstoÉ*. O conceito de saber localizado (HARAWAY, 1995) é princípio deste processo de pesquisa, o qual se compreende como não neutro e não imparcial, passando pelo corpo de uma pesquisadora-mulher. As publicações analisadas foram publicadas entre os dias 2 de dezembro de 2015 – quando o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, aceita o pedido de impeachment – e o dia 31 de agosto de 2016 – o último dia do segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff. As capas e reportagens serão analisadas em um percurso metodológico próprio ancorado pelos métodos da Análise do Discurso (BENETTI, 2007). As elaborações feitas neste trabalho são realizadas a partir da discussão do conceito de arquivo e repertório de Diana Taylor (2013), de questões relativas a gênero (BEAUVOIR, 1949; BUTLER, 2003; CHANTER, 2011) e das discussões – e particularidades – da entrada da mulher no campo político (BIROLI, 2010), assim como da discussão das teorias de Jornalismo (TRAQUINA, 2005) e da sua utilização como mecanismo de legitimação de um processo. Esta dissertação integra as pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Laboratório de Investigação em Corpo, Comunicação e Arte (Licca).

**Palavras-chave:** Dilma Rousseff. Gênero. Jornalismo. Política.

## (ABSTRACT)

From the gender theories, studies on journalism and politics and the interrelationships between these areas, this thesis aims to investigate the news coverage on the impeachment process of President-elect Dilma Vana Rousseff in articles published in the weekly magazines *Veja*, *Época* and *IstoÉ*. The concept of situated knowledges (HARAWAY, 1995) is the start point of this research process, which is neither neutral nor impartial, passing through the body of a woman-researcher. The articles analysed were published between December 2, 2015 – when the speaker of the Chamber of Deputies, Eduardo Cunha, accepted the request for impeachment – and August 31, 2016 – the last day of Dilma Rousseff's presidential term. Covers and reports will be analysed on a specific methodological basis anchored by the methods of Discourse Analysis (BENETTI, 2007). The elaborations in this work are carried out from the discussion of Diana Taylor's concept of archive and repertoire (2013), gender issues (BEAUVOIR, 1949, BUTLER, 2003, CHANTER, 2011) and the discussions – and particularities – of the entrance of woman in the political field (BIROLI, 2010), beside the discussion of journalism theories (TRAQUINA, 2005) and its use as a legitimation mechanism in a process. This thesis integrates the researches of the Postgraduate Program in Communication of the Federal University of Ceará (UFC) and the Laboratório de Investigação em Corpo, Comunicação e Arte (Licca).

**Keywords:** Dilma Rousseff. Genre. Journalism. Politics.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa da revista <i>Época</i> “Especial Impeachment: Ela resiste?” .....	49
Figura 2 – Capa da revista <i>Veja</i> “Impeachment” .....	52
Figura 3 – Capa da revista <i>Época</i> “Dilma vai à guerra” .....	53
Figura 4 – Capa da revista <i>IstoÉ</i> “Os 7 crimes de Dilma” .....	56
Figura 5 – Capa da revista <i>Veja</i> “Fora do baralho” .....	57
Figura 6 – Capas das revistas <i>Época</i> e <i>IstoÉ</i> – respectivamente, as capas dos dias 9 de dezembro de 2015, 16 e 20 de abril de 2016 .....	75
Figura 7 – Capa da revista <i>IstoÉ</i> “As explosões nervosas da presidente” .....	84
Figura 8 – Fotografia original da capa “Explosões nervosas da presidente”	86
Figura 9 – Capas das revistas <i>IstoÉ</i> e <i>Época</i> – respectivamente “As explosões nervosas da presidente” e “O dom da fúria” .....	93
Figura 10 – Montagem de capas de mulheres públicas em veículos impressos ao redor do mundo .....	94
Figura 11 – Capas das revistas <i>IstoÉ</i> e <i>Época</i> – respectivamente “A hora de sair” e “Especial Impeachment – o último ato” .....	97

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABC paulista – Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul
- ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa
- CNV – Comissão Nacional da Verdade
- DEM – Democratas
- FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- ICJBrasil – Índice de Confiança na Justiça Brasileira
- MBL – Movimento Brasil Livre
- MPL – Movimento pelo Passe Livre
- PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
- PC do B – Partido Comunista do Brasil
- PDT – Partido Democrático Trabalhista
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PP – Partido Progressista
- PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- PSD – Partido Social Democrático
- PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
- PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
- PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
- PT – Partido dos Trabalhadores
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
- REDE – Rede Sustentabilidade
- SBT – Sistema Brasileiro de Televisão
- TAM – Transportes Aéreos Meridionais

## SUMÁRIO

<b>1 (ESCREVIVÊNCIA)</b> .....	11
<b>2 (ANTES DE TUDO – E AINDA AGORA)</b> .....	27
<b>3 (O PROCESSO)</b> .....	45
<b>4 (MULHER)</b> .....	60
<b>5 (SOZINHA)</b> .....	74
<b>6 (FORA DE SI)</b> .....	84
<b>7 (SAÍDA)</b> .....	97
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	102
<b>REFERÊNCIAS – REPORTAGENS</b> .....	108

## 1 (ESCREVIVÊNCIA)

"Eu vou ter minha língua de serpente - minha voz de mulher, minha voz sexual, minha voz de poeta. Eu vou superar a tradição de silêncio<sup>1</sup>".

\*\*\*

Escrever é difícil. Um processo de amputar partes de si e entregá-las na forma de palavras que nunca parecem dar conta daquilo que, a princípio, queria-se mostrar. Contudo, os percalços inerentes à tarefa da escrita não parecem ser obstáculos suficientes para impedir que continuemos nos derramando em páginas, letras e tintas. “Não é no papel que você cria, mas no seu interior, nas vísceras e nos tecidos vivos — chamo isso de escrita orgânica” (ANZALDUA, 2000, p. 234). A escrita que me dilacera é também parte de mim, como ser.

Começo essa divisão com uma metalinguagem sobre o próprio processo de escrever esta dissertação – e sobre como esse ato leva de mim – por achar necessário entender como, fazendo-me escritora, percebo a escrita e onde me localizo ao escrever. Ao delinear as palavras que vão tomando, aos poucos, formas e fôlego nestas páginas, percebo que não há como desprender as palavras escritas e o corpo que as escreve. Um corpo que reage, “que vibra em mim, uma presença que chega à opressão” (ZUMTHOR, 2007, p. 23). Um corpo de mulher. Uma mulher que escreve sobre uma outra mulher. Como esses dois últimos fatos atravessam a minha escrita e a tornam aquilo que aqui você irá ler?

Um corpo de mulher. Ainda aqui chegará o momento que falaremos sobre o que seria essa identidade nomeada mulher. Permita-me agora ser ainda superficial e me deter no significado mais óbvio que essa palavra possui na Língua Portuguesa: a do dicionário. “*Mulher. Substantivo feminino. Ser humano do sexo feminino. Esse mesmo ser após a puberdade. Esposa*” (FERREIRA, 2004, p. 508, grifos meus). Não sou esposa de ninguém, mas sou um ser que já passou da puberdade. Na minha certidão de nascimento atestaram: sou do sexo feminino. Mas por que eu, mulher, ao escrever, seria tão diferente do homem<sup>2</sup> ao realizar a mesma ação?

---

<sup>1</sup> ANZALDUA, 2009, p. 312.

<sup>2</sup> “Substantivo masculino. Qualquer indivíduo da espécie animal que apresenta o maior grau de complexidade na escala evolutiva; o ser humano. A espécie humana; a humanidade. Ser humano do sexo masculino; varão. O homem na idade adulta. Adolescente que atingiu a virilidade” (FERREIRA, 2004, p. 395).

A chicana Gloria Anzaldua, ao escrever uma *Carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo* (2000), disserta sobre os perigos na mulher que escreve. Não, não os contratempos enfrentados por mulheres que utilizam as palavras, mas sim como essa mulher escrevinhadora assusta a sociedade e como passa, então, a ser vista como ameaça. Ela nos diz:

Escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela: os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla. Porém neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida. (ANZALDUA, 2000, p. 234)

Contudo, a mulher não encontra facilidades nessa escrita. Os obstáculos<sup>3</sup> ainda são diversos numa sociedade patriarcal com papéis de gênero bem delimitados a serem performados pelos seres enquadrados em cada uma das duas palavras do dicionário destinadas aos gêneros. Virgínia Woolf me parece conversar com Anzaldua, apesar das várias décadas que as separam, ao pensar nas dificuldades encontradas por mulheres ao tentarem escrever. No livro *Um teto todo seu*, Woolf é convidada a pensar as relações entre mulheres escritoras e ficção. Instigada, faz um passeio por diversos cenários para tentar pensar como se dá essa ligação.

A própria sala de casa, e as estantes que encontra nela, a fazem refletir. Ao encontrar os volumes de *Revolução Francesa* e *Madame Bovary*, pensa nos problemas pelos quais teriam passado Carlyle e Flaubert. Teriam eles ouvido um grande estrondo perto da janela onde escreviam justo no momento no qual a palavra que tanto procuravam para a próxima passagem das narrativas apareceu em suas mentes? Teriam adoecido e necessitado de dinheiro para remédios ou quem sabe uma goteira traiçoeira apareceu e não havia um vintém para o conserto? A vida continua acontecendo enquanto escreve-se. Contudo, para além de todas essas possíveis complicações, para Woolf a maior dificuldade encontrada por esses e outros autores – perceba o masculino – seria a indiferença do mundo. “Ele não pede às pessoas que escrevam poemas, romances e histórias; ele não precisa disso” (WOOLF, 2014, p. 77).

Um vazio encontra Virgínia Woolf. Logo ali ao lado, onde, nas estantes, ela deveria, quem sabe, encontrar os volumes escritos por mulheres. E, ao olhar para os empecilhos encontrados pelos homens escritores de sua época e de épocas anteriores, percebe que, no entanto, estão ali os volumes das grandes obras escritas e publicadas por eles. E, ali ao lado, o vazio que a encontra.

---

<sup>3</sup> “Gostaria de chamar os perigos de ‘obstáculos’, mas isso seria uma mentira”. (ANZALDUA, 2000, p. 229)

A indiferença do mundo, que Keats, Flaubert e outros homens geniais achavam tão difícil de suportar, não era, no caso dela [mulher escritora], indiferença, mas hostilidade. O mundo não dizia a ela, como dizia a eles: "Escreva se quiser, não faz diferença para mim". O mundo dizia: "Escrever? O que há de bom na sua escrita?" (WOOLF, 2014, p. 77-78)

Quase consigo ver o balançar de cabeça em concordância que Gloria Anzaldua faria ao ouvir essas palavras de Woolf – perdoe aqui a imaginação fértil. No lugar disso, leio a chicana quando pergunta – e novamente minha imaginação quase consegue ouvir o tom exaltado e combativo com o qual ela proferiria essas palavras:

O que temos para contribuir, para dar? Nossas próprias expectativas nos condicionam. Não nos dizem a nossa classe, a nossa cultura e também o homem branco, que escrever não é para mulheres como nós? (ANZALDUA, 2000, p. 230)

E ela mesma responde, algumas páginas depois:

Eu digo, mulher mágica, se esvazie. Choque você mesma com novas formas de perceber o mundo, choque seus leitores da mesma maneira. Acabe com os ruídos dentro da cabeça deles. (id., 2000, p. 235)

Interrompo o fluxo de escrita para fazer uma ressalva ao que eu mesma imaginei apenas dois parágrafos atrás. A minha mente que consegue tão bem imaginar o diálogo de duas mulheres separadas por tantas décadas, talvez tenha me pregado uma peça. Convido a uma rápida digressão – prometo não tomar tanto do teu tempo e asseguro a necessidade urgente dessa divagação a qual me proponho. Woolf e Anzaldua não estão apenas separadas por um espaço-tempo tão determinante de suas visões e posições como mulheres que escrevem sobre mulheres que escrevem. Outra diferença salta aos olhos ao lê-las: quem é essa mulher da qual as duas falam.

Virgínia Woolf disserta sobre alguém que escreve e traz um marcador sobre esse corpo escritor: o gênero. Contudo, ao ler as páginas do livro a qual me refiro, *Um teto todo seu*, por vezes percebo que essa mulher tem uma série de privilégios. Essa mulher que escreve, antes mesmo do início do século XX, é uma mulher que está no hemisfério norte, nasceu em uma classe social abastada e é branca – três características cercadas de privilégios sobre mulheres do hemisfério sul, pobres e negras. E é sobre essas mulheres, e para essas mulheres, que Anzaldua (2000) se propõe a falar. “A mulher de cor iniciante é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas, apesar de que, nesse último, isso esteja gradualmente mudando” (ANZALDUA, 2000, p. 229).

O diálogo entre as duas escritoras é significativa, mas atentar para os privilégios existentes entre as duas coloca-nos – você, leitora, e eu – frente à complexidade de alocar

corpos diferentes – com tantas singularidades – em um grupo homogêneo. Faz-se necessário entender onde a estrutura de poder coloca cada uma de nós – mesmo aquelas de alguma forma subjugadas em elementos da própria identidade. Se perceber onde os escritos de Woolf (2014) e Anzaldúa (2000) se aproximam e constroem uma afinidade ao falar da mulher escritora é importante, tão fundamental é perceber onde eles se distanciam e constroem abismos entre si. Para entender as planícies é necessário encarar os abismos ao fim delas. Encerrada a digressão, voltemos.

A mulher, ao tomar a caneta para escrever, já começa um combate com um mundo antes mesmo de delinear a primeira letra. Não posso ignorar as dificuldades que encontrei, encontro e encontrarei apenas por alguém, que jamais conhecerei, ter escrito 24 anos atrás que sou do sexo feminino – e ter feito de mim, de repente, parte da significação do dicionário. Disseram-me mulher e assim eu ainda proclamo, até que não seja necessário proclamar mais. Vida e escrita não são separáveis. A escrita é “marca de posição espaço-temporal no tecido social, de onde só aquele corpo é capaz de agir/pensar” (ASSUMPCÃO, 2015, p. 14). Escrever é perigoso, ainda mais quando é o sujeito subalterno que toma a escrita para si e sobre si disserta.

só o fato de ser mulher  
dizer que sou  
mulher  
me faz absolutamente plena  
e completa (KAUR, 2017, p. 165)

Somos, eu e Dilma, mulheres. Entretanto, se temos aproximações no que consiste ao gênero designado para nós e por nós performado, muitos são também os distanciamentos. É importante pontuar que apenas o fato de sermos ambas mulheres não nos faz plenamente iguais. Na verdade, apesar dessa relevante semelhança, somos plenamente diferentes. Aciono essa semelhança, contudo, por achar relevante que – ao pensar as relações entre o Governo da primeira mulher presidenta<sup>4</sup> e a cobertura jornalística – minha vivência como mulher seja um diferencial no meu olhar de pesquisadora.

Um corpo de mulher que escreve sobre outra mulher. Que reverberações esse olhar pode ter ao realizar a pesquisa? No livro *Pode o subalterno falar?*, Spivak (2014) vai utilizar o termo *posicionalidade como sujeitos pesquisadores* para questionar a pretensa

---

<sup>4</sup> Decido, durante a escrita, utilizar o termo presidenta, tal como Dilma Rousseff preferiu referir-se a si mesma. Não só como forma de respeito à decisão dela, como por entender que “somos privadas do nosso feminino pelo plural masculino. A linguagem é um discurso masculino” (ANZALDUA, 2009, p. 306). É por entender a necessidade de confrontar essa construção patriarcal da linguagem que também utilizarei termos generalistas, assim como plurais, no feminino, ao contrário do que dita a ainda masculina Língua Portuguesa.

objetividade e imparcialidade encontrada dentro da Academia. Isso dialoga com o conceito de *saberes localizados*, que a bióloga e filósofa Donna Haraway (1995) apresenta. Como pesquisadora mulher, os dois conceitos me instigam e fazem pensar o lugar único que ocupo no mundo e como isso irá reverberar em minha investigação.

A pesquisadora possui – será? – uma aura. No processo de pesquisa, o pesquisador seria sujeito sem corpo, desinteressado e imparcial. Onipresente e onisciente, ele permaneceria distante da parte do mundo que pesquisa, mantendo completa e inquestionável neutralidade sobre aquilo que observa. Sem paixão, justo, prático, objetivo<sup>5</sup>.

Este é o olhar que inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação. Este olhar significa as posições não marcadas de Homem e Branco, uma das várias tonalidades desagradáveis que a palavra objetividade tem para os ouvidos feministas nas sociedades científicas e tecnológicas, pós-industriais, militarizadas, racistas e dominadas pelos homens. (HARAWAY, 1995, p. 18)

Haraway vem questionar “o truque de deus”: o olhar de cima, que a tudo vê e em nada se envolve. O olhar do conquistador, do dominador, aquele que subjuga grupos subalternos e os faz menores dentro de um sistema repleto de divisões. Esses corpos – e olhares – são “auto idênticos, não marcados, incorpóreos, não mediados, transcendentais, renascidos” (HARAWAY, 1995, p. 27). São aqueles que, como diz Michele Mattiuzzi (2016, p. 6), “gozam do privilégio de não ter que lembrar a sua própria existência estereotipada”. Não iremos utilizar, então, esse olhar passivo que a tudo recebe e em nada interfere, o qual não é afetado por nada e que a tudo observa de todos os lugares – e de lugar nenhum, ao mesmo tempo.

Como mulher, o meu olhar como pesquisadora é ativo. Não opção, mas único caminho possível a um corpo marcado. “Não há alibi para a existência, isto é, não é possível negar o fato de que assumimos um lugar único no mundo, de onde somos convocados eticamente a responder a esse mundo” (ASSUMPÇÃO, 2014, p. 6). Haraway busca no feminismo uma maneira nova de encarar a visão do pesquisador. As teorias da perspectiva do feminismo são aquelas acionadas por Haraway nessa busca para fugir do ‘olhar de deus’. Essas teorias explicam que nosso lugar no mundo e nossas experiências vividas a partir daquele transformam o nosso olhar para o mundo (e para a pesquisa). A perspectiva de onde se olha mudaria tudo e seria no olhar dos grupos subjugados que estaria o melhor olhar (HARAWAY, 1995).

---

<sup>5</sup> Utilizo aqui o masculino por entender que esse sujeito generalizante e subjogador é um sujeito masculino.

Embora Haraway traga essas teorias como modo de alterar o conceito de um olhar de pesquisador neutro e imparcial, também entende que não se deve romantizar as perspectivas marginalizadas. Chanter vai ao encontro do ponto de vista de Haraway ao explicar que a solução para o olhar passivo do ‘pesquisador-deus’ não deve se elevar à perspectiva dos grupos subalternos, “sob pressuposto de que seu conhecimento é de alguma forma mais puro do que o conhecimento do(s) grupo(s) dominante(s)” (CHANTER, 2011, p. 96). Assim sendo, o olhar do subjugado não seria o melhor para enxergar o mundo – e a pesquisa. Seria um olhar único. Como todos os olhares que se dispõem a observar o mundo e seus inúmeros fenômenos – sejam sociais, naturais ou matemáticos. Cada olhar seria, então, “um modo maravilhosamente detalhado, ativo e parcial de organizar mundos” (HARAWAY, 1995, p. 22). É ao dizer onde estamos e onde não estamos, é ao nos localizarmos que conseguimos alcançar de fato uma objetividade científica.

Os saberes aqui descritos serão, então, localizados. O olhar de uma mulher que fala sobre uma outra mulher. A primeira pessoa do singular se faz parte importante nesse – meu – processo. É a partir dela que faço ver esse meu olhar que é único. Mulher, nordestina, branca, latino-americana e cis<sup>6</sup>. Jovem e pessoa que vive o tempo histórico do qual fala. Jornalista e mestrandia que afeta e é afetada pelo objeto que se propôs a investigar. Não há modo de não deixar que a pesquisa interfira no que sou – e que isso volte para a escrita. Desse modo, torno-me responsável pelas implicações e afetações causadas pela minha pesquisa na Academia e no mundo. “Escrever é então deixar um rastro” (MATTIUZZI, 2016, p.7).

Contudo, a minha visão que aqui pesquisa um objeto específico é também uma visão cercada de privilégios. “A visão é sempre uma questão do poder de ver – e talvez da violência implícita em nossas práticas de visualização. Com o sangue de que foram feitos os meus olhos?” (HARAWAY, 1995, p. 25). Como mulher que ocupa um lugar dentro da Universidade, estrutura ainda dominada pelo olhar do dominante (homem, branco, rico e heterossexual), persisto em um desejo de criar espaços de resistência onde seja possível fazer reverberar o conhecimento de grupos subalternos com a posicionalidade de quem vive organicamente o que é ser mulher e não com a falsa neutralidade de pesquisador imparcial.

Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus

---

<sup>6</sup> Cis é uma abreviação para o termo cisgênero – uma pessoa que se identifica com o gênero que foi designada ao nascer.

apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. (ANZALDUA, 2000, p. 232)

\*\*\*

Os percursos que levam à pesquisa são particulares e, ainda assim, compartilhados. Nas próximas páginas, você lerá o resultado de um encontro inesperado, quando meu caminho ainda tinha como horizonte pesquisas outras. Contudo, a vida não para. O golpe desenhado em formato de ‘legítimo’ impeachment atraiu para si as atenções de todos, estivessem a favor ou contra. Indiferença não cabia. Inércia menos ainda. A pesquisa surge, então, como caminho para ação, documentação e, quem sabe até, entendimentos possíveis de um processo ainda em curso.

Saber localizado. Olhar único. Refletir sobre a minha posicionalidade como pesquisadora é também pensar (e deslocar) o lugar do *corpus* de análise dentro da dinâmica de pesquisa. Não há unilateralidade nessa relação, nem passividade. “Os códigos do mundo não jazem inertes, apenas à espera de serem lidos” (HARAWAY, 1995, p. 36) por pesquisadoras. Se agora tomo esse objeto para análise, entenda que antes ele me tomou. As motivações aqui são íntimas sim, mas também coletivas.

Entre mortos e feridos dessa batalha travada então, restou a compreensão praticamente generalizada de que a questão da subjetividade coloca a necessidade de se refletir, na pesquisa, sobre a relação sujeito/objeto. E concluir, no mais das vezes, que ambos fazem parte do mesmo objeto, que não há neutralidade nesse encontro permeado pelas subjetividades de ambos. O problema passa a ser, portanto, como inserir essa subjetividade no contexto da pesquisa, como processá-la. Não que esse reconhecimento afaste a subjetividade e a coloque sob controle. (LAGO, 2007, p. 59)

Foi o olhar de mulher indignada, antes do olhar de pesquisadora, que confrontou a edição publicada no dia 6 de abril de 2016 na revista *IstoÉ*. Intitulada “As explosões nervosas da presidente<sup>7</sup>”, a manchete está sobre uma imagem saturada de Dilma Rousseff gritando. A fotografia, utilizada para ilustrar uma edição dedicada a discorrer sobre “os desvarios da

<sup>7</sup> A edição é analisada no capítulo (Fora de si).

presidente” e a falta de controle emocional de uma “presidente fora de si”, foi logo denunciada como uma imagem registrada durante a comemoração de um gol da seleção brasileira de futebol durante a Copa do Mundo de 2014. A loucura e a histeria de uma presidenta. Uma mulher no poder não poderia se comportar de outra forma, poderia?

Muitas são as camadas nas quais o golpe foi construído e efetivado. A partir do encontro com a publicação citada, escolho, então, aquele que mais me instiga: o midiático. Como o jornalismo, especificamente, constrói e/ou legitima o processo do qual foi alvo a presidenta eleita? De que maneira as notícias e reportagens constroem uma realidade? Que enquadramentos são utilizados para essas narrativas? O gênero da presidenta eleita influencia ou altera a construção dessa cobertura midiática?

Parti, então, em busca de um escopo de pesquisa que pudesse responder a esses questionamentos – ou a eles acrescentar outras perguntas. Cabe dizer, talvez, que interrogações me parecem mais interessantes do que respostas finitas, que podem ser o fim pretendido por pesquisas outras. “Vamos criar nossas próprias perguntas. E respondê-las com novas perguntas” (ARRIOLA, 2015, p. 77). Contudo, não era possível uma escolha completamente aleatória daquelas capas de revistas aqui incorporadas.

Não há aqui uma pretensão de simular uma imparcialidade científica impossível – e já negada pela escolha de pensar essa investigação por meio do conceito de *saberes localizados* de Haraway –, mas sim uma busca por evitar a armadilha de apenas selecionar um *corpus* que respondesse à minha pergunta da maneira que mais me agrada – “as perspectivas dos subjugados não são posições ‘inocentes’” (HARAWAY, 1995, p. 23) –, como para não falhar em uma tentativa de análise de um objeto mais extenso do que o apropriado para uma dissertação, em que os limites de tempo e espaço ainda são elementos importantes no momento da escolha do *corpus* da pesquisa.

A cobertura midiática dos dois mandatos de Dilma Rousseff, assim como do processo de golpe que a retira do cargo máximo do Executivo, é diversa, tanto em plataformas como em ideologia e público. A dissertação dificilmente conseguiria dar conta de analisar todo o material produzido a respeito desse processo, internacional e nacionalmente. Mídias impressa, audiovisual, radiofônica e digital foram acionadas por grandes empresas de comunicação e por grupos independentes para noticiarem os momentos políticos sobre os quais este trabalho se debruça.

A fundamentação para a escolha do *corpus* analisado foi feita com base em alguns dados de circulação e de relevância das plataformas e empresas escolhidas. A escolha pela mídia impressa fundamenta-se no Índice de Confiança na Justiça (ICJBrasil), realizado no

segundo semestre de 2015 e divulgado em maio de 2016<sup>8</sup>. Segundo relatório apresentado, a Imprensa Escrita é a terceira em confiabilidade entre as entrevistadas e entrevistados com uma alta de 42% para 43% no índice de confiança. As Forças Armadas figuram em primeiro lugar com 61% de confiabilidade das brasileiras e dos brasileiros, seguida pela Igreja Católica com 57%. Logo após a Imprensa Escrita, estão as Redes Sociais com 42% e, empatados em quinto lugar, Grandes Empresas e Ministério Público, com 39% de confiabilidade.

A heterogeneidade da Imprensa Escrita, e o teor quantitativo do relatório, não nos permitem aqui estabelecer os significados desse conceito apresentado às entrevistadas e aos entrevistados do ICJBrasil. A alternativa pela revista impressa, dentre outras possibilidades de escolha dentro da Imprensa Escrita, foi motivada pelo ponto inicial de inquietação dessa investigação: a capa e reportagem da revista *IstoÉ*, já mencionadas neste trabalho; assim como pelo entendimento de que a produção de revistas de circulação por todo o país é feita pensando um cenário nacional e não apenas local, como nos casos de jornais impressos.

Selecionei, então, três revistas semanais de circulação nacional: *Veja*, *Época* e *IstoÉ*. A escolha por essas três revistas teve como definidor outro parâmetro de caráter quantitativo: a tiragem desses produtos. As publicações escolhidas são as com maior tiragem nacional. A revista *Veja* possui uma circulação de 871.058 exemplares<sup>9</sup>, seguida pela *Época* com 390.709 e pela *IstoÉ* com 322.518 exemplares<sup>10</sup>. Contudo, compreendo que, embora sejam importantes para a construção da imagem da presidenta eleita, as três revistas possuem limites no alcance e na influência que possuem. Por isso, é necessário fazer algumas ressalvas quanto aos produtos escolhidos. Cada exemplar das revistas, vendido avulsamente, varia entre R\$ 13,90 (*IstoÉ*) e R\$ 14 (*Veja* e *Época*). Com publicação semanal, a compra desses produtos não está ao alcance de toda a população brasileira – seja por falta de interesse, seja por ausência de recursos financeiros para tal. Embora sejam as de maior tiragem e circulação nacional, o conteúdo completo dessas revistas não é acessado por todas as cidadãs e cidadãos.

A aquisição das edições na forma impressa é, portanto, cada vez mais limitada. Porém, outras reverberações são possíveis. Com milhões de seguidores em diferentes redes sociais, as três revistas conseguem fazer o conteúdo de cada publicação reverberar em

---

<sup>8</sup> O ICJBrasil é realizado pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas em oito unidade federativas brasileiras. Criado há sete anos, o estudo busca retratar sistematicamente a confiança da população brasileira com o Poder Judiciário, além de outras instituições. O relatório completo encontra-se em <<https://goo.gl/Hu0Emo>>. Acessado em 21 de outubro

<sup>9</sup> Dado obtido no site oficial da Editora Abril, responsável pela publicação da revista *Veja*.

<sup>10</sup> Devido à ausência de informação sobre a tiragem das revistas *IstoÉ* e *Época* nos sites oficiais das editoras responsáveis pelas respectivas publicações, o dado foi retirado do site oficial da Associação Nacional de Editores de Revistas.

diferentes plataformas. As capas de cada edição são postadas semanalmente no *Facebook*<sup>11</sup>, *Instagram*<sup>12</sup> e *Twitter*<sup>13</sup>. Além disso, as reportagens da edição impressa são disponibilizadas em sua totalidade pela *IstoÉ*. A revista *Época* deixa apenas parte do texto disponível para leitores avulsos (assinantes têm acesso ao conteúdo completo no site), enquanto na revista *Veja*, apenas os assinantes têm acesso ao material<sup>14</sup>. A internet consegue, então, ampliar o acesso ao conteúdo das três publicações, mesmo aqueles atingidos pelas ressalvas mencionadas no parágrafo anterior. É importante ressaltar, contudo, que esse acesso não é, necessariamente, ao conteúdo completo publicado, sendo, muitas vezes, absorvido de maneira distorcida.

Chegado o momento de busca entre os arquivos das três revistas semanais, cabem algumas outras quantificações que soam interessantes frente à investigação iniciada. Mesmo antes da posse para o primeiro mandato, no dia 1º de janeiro de 2011, Dilma Rousseff já tinha estado em algumas capas como manchete principal. Até dezembro de 2010, 12 edições trazem a presidenta eleita como destaque. Embora grande parte dessas estivessem relacionadas com a disputa eleitoral de 2010 e a eleição de Dilma para o primeiro mandato, algumas discorrem sobre o período de Rousseff como ministra durante o governo Lula.

A partir do primeiro dia de mandato de Dilma Rousseff, 18 edições da *Época* trazem, de algum modo, a presidenta eleita como parte da manchete principal – sendo a revista com o menor número de capas com Dilma dentre as três. Já a *Veja* traz 30 capas com a petista como destaque, enquanto a *IstoÉ* publicou 32 edições trazendo Rousseff como destaque. A contagem foi finalizada no último dia de mandato de Dilma Rousseff, 31 de agosto de 2016. Durante os dois mandatos de Dilma, somam-se 80 capas que trazem a presidenta na manchete, além das 12 edições publicadas antes da posse em 2011. É necessário elucidar que essas capas contabilizadas são todas aquelas que trazem Dilma Rousseff na manchete principal da capa, seja como principal foco ou como coadjuvante.

É necessário salientar, contudo, que, mesmo possuindo o maior número de edições com manchetes referentes à Dilma Rousseff, a revista *IstoÉ* só publicou – após a posse – a primeira capa com uma imagem da presidenta eleita sozinha apenas em fevereiro de 2015. Todas as capas no período entre 2011 e janeiro de 2015 que trazem Dilma, a colocam

---

<sup>11</sup> No *Facebook*, a *Veja* possui 7.268.079 seguidores, enquanto a *Época* possui 2.380.784 e a *Istoé* tem 2.424.977. Dados do dia 1º de junho de 2018.

<sup>12</sup> No *Instagram*, a *Veja* possui 684 mil seguidores, enquanto a *Época* possui 411 mil e a *Istoé* tem 331 mil. Dados do dia 1º de junho de 2018.

<sup>13</sup> No *Twitter*, a *Veja* possui 8 milhões e 180 mil seguidores, enquanto a *Época* possui 2 milhões e 570 mil e a *Istoé* tem apenas 1 milhão e 400 mil. Dados do dia 1º de junho de 2018.

<sup>14</sup> O material analisado neste trabalho foi obtido no acervo digital da *Veja*, quando este ainda estava disponibilizado de maneira gratuita. Atualmente, apenas assinantes têm acesso.

acompanhada de outros políticos, sejam dos ministérios de seu Governo seja do Partido dos Trabalhadores. A primeira capa de 2011, após a primeira mulher presidenta subir ao cargo mais alto do Executivo, é do ex-presidente Lula.

A partir desses números, foi possível perceber que não seria executável a análise de todas as edições, assim como nem todas as capas que citam a presidenta eleita são de interesse para a investigação aqui desenvolvida. Defini, então, critérios para a seleção das capas a serem analisadas, dentre todas as publicadas durante os dois mandatos de Dilma Rousseff. Explicarei de maneira breve cada um dos critérios adotados. São eles:

- **Período de tempo**

Tendo como objetivo desta dissertação a análise da cobertura jornalística sobre o processo de impeachment, a data escolhida para início do período de tempo a ser analisado foi o dia 2 de dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha, aceita o pedido de impeachment. 31 de agosto de 2016, último dia do segundo mandato de Dilma, foi escolhido como marco final de análise<sup>15</sup>.

- **Manchete principal**

Serão analisadas capas que tragam Dilma Rousseff como foco da manchete principal da edição.

- **Temas das manchetes**

As capas analisadas terão que ter tido como temas principais de suas manchetes aspectos gerais do Governo, não características e/ou casos específicos. O interesse dessa investigação é entender como a imagem da presidenta eleita é construída de forma ampla pelas revistas. Embora as especificidades sejam também parte do todo, aqui serão priorizadas coberturas gerais sobre a Chefe de Estado.

- **Imagem da capa**

As capas analisadas terão que ter imagens da presidenta eleita sozinha, sem a companhia de terceiros. Isso é necessário já que se pretende analisar não apenas os textos da manchete e reportagem, como também a imagem atrelada a elas na capa da edição.

---

<sup>15</sup> Após o afastamento definitivo do cargo de presidenta, Dilma Rousseff continua aparecendo em algumas capas das três revistas aqui analisadas. Até a finalização desta dissertação, foram 8 capas que trouxeram Dilma como destaque, sendo sete dessas na revista *IstoÉ*.

- **Caricaturas**

Serão excluídas as imagens do tipo caricatura ou charges por entender que, embora importantes, essas não são imagens interessantes para os propósitos deste trabalho.

No período de tempo selecionado como critério desta dissertação, 34 edições das revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ* foram publicadas com Dilma como foco ou citada na manchete principal. Contudo, ao peneirar a partir dos outros quatro critérios acima explanados, esse número cai para 11 capas. Elas formam o *corpus* desta investigação e serão analisadas nas páginas desta dissertação<sup>16</sup>. São elas:

Na *Veja*, são as edições 2455, do dia 9 de dezembro de 2015, “Especial Impeachment”; e a edição 2474, do dia 20 de abril de 2016, “Fora do baralho”.

Na *Época*, são as edições 913, do dia 5 de dezembro de 2015, “Ela resiste?”; 928, do dia 25 de março de 2016, “Dilma vai à guerra”; 931, do dia 16 de abril de 2016, “A solidão de Dilma”; e 950, do dia 27 de agosto de 2016, “O último ato”.

Na *IstoÉ*, são as edições 2401, do dia 24 de dezembro de 2015, “O que falta para ela sair?”; 2416, do dia 30 de março de 2016, “Os 7 crimes de Dilma”; 2417, do dia 6 de abril de 2016, “As explosões nervosas da presidente”; 2419, do dia 20 de abril de 2016, “Especial Impeachment – Não vai ser golpe”; e 2436, do dia 12 de agosto de 2016, “A hora de sair”.

\*\*\*

O jornalismo possui duas funções que tanto são base da profissão como poderes fundamentais: a seleção do acontecimento e a construção da notícia (TRAQUINA, 2013). Não há como capturar a realidade, contudo os jornalistas prosseguem em um esforço de dizerem-se relatores dela. Mas que realidade é essa? Ou que parte de realidade é essa? Para uma seleção supostamente imparcial e neutra dos fatos a serem noticiados, são utilizados os critérios de noticiabilidade<sup>17</sup>, que são um “conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável” (TRAQUINA, 2013, p. 61).

<sup>16</sup> Deixe-me fazer uma ressalva para prevenir a leitora de quaisquer sustos. Na divisão intitulada (Mulher), haverá citação a edições publicadas logo após a primeira eleição de Dilma Rousseff. Essas capas não serão, no entanto, analisadas profundamente, servindo antes como ilustração nessa divisão introdutória.

<sup>17</sup> Não irei descrever cada critério de noticiabilidade. Para maiores detalhes, ver: TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo (Volume 2): A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. 3º ed. Florianópolis: Insular, 2013. 208 p.

Ao pensar esses *valores-notícia*, parecem ser perceptíveis os motivos pelos quais a saída da presidenta eleita do cargo máximo do País tornou-se notícia. Como exemplo, temos critérios como o de notoriedade da personagem central da pauta, a relevância do tema para a vida do público, a temporalidade (atualidade) do assunto, assim como o conflito político instalado e a possibilidade – a princípio (e ainda não comprovada) – de infração por parte de Dilma Rousseff. Por isso, não irei aqui pensar nos porquês de tal acontecimento ter sido selecionado pelas três publicações analisadas como tema de diversas reportagens, pois assumo como pressuposto que os fatos atendem aos critérios de noticiabilidade<sup>18</sup>. Busco o como.

Os meios de comunicação, por meio da agenda, nos dizem sobre o que pensar. As notícias também nos dizem como pensar nisso. Tanto a seleção de objetos que despertam a atenção como a seleção de enquadramentos para pensar esses objetos são papéis da agenda-setting. (CASTRO; PORTO JÚNIOR, 2018, p. 24)

A hipótese da agenda-setting<sup>19</sup> descreve a mídia, jornalística ou não, como “principal ligação entre os acontecimentos no mundo e as imagens desses acontecimentos na nossa mente” (CASTRO; PORTO JÚNIOR, 2018, p. 24). Dessa maneira, as reportagens jornalísticas, em quaisquer plataformas, agendariam assuntos a serem discutidos na rotina do público. A partir da seleção do acontecimento, seria possível influenciar as pessoas e os fatos sobre os quais falariam. Contudo, é no segundo poder fundamental do Jornalismo – e segunda função da agenda-setting – que este trabalho irá deter-se: a construção da notícia.

Os jornalistas dizem: "Há um acontecimento; quer dizer alguma coisa. Quem quer que lá esteja perceberá o que é que ele significa. Tiramos-lhes fotografias. Escrevemos um relato sobre ele. Transmitimo-lo tão autenticamente quanto possível através dos media, e a audiência vê-lo-á e perceberá o que aconteceu." E quando se afirma que as pessoas têm interesse em versões diferentes desse acontecimento, que qualquer acontecimento pode ser construído das mais diversas maneiras e que se pode fazê-lo significar coisas de um modo diferente, esta afirmação de modo algum ataca ou mina o sentido de legitimidade profissional dos jornalistas, e estes resistem bastante à noção de que a notícia não é um relato, mas uma construção. (HALL, 1984, p. 4 *apud* TRAQUINA, 2013)

É na negação de uma construção de realidade que o jornalismo erra. Não há erro na impossibilidade de conseguir narrar um fato sob todos os ângulos possíveis, contudo existe

<sup>18</sup> Mesmo colocando aqui os critérios de noticiabilidade como valores verdadeiros dentro do Jornalismo, é importante contrapor que eles “requerem aos jornalistas pressuposições sobre o que é normal na sociedade” (TRAQUINA, 2005, p.198), o que já destrói qualquer possibilidade de neutralidade ou imparcialidade jornalística.

<sup>19</sup> A agenda-setting enquadra-se como hipótese porque “[...] uma teoria [...] é um paradigma fechado, um modo acabado e, nesse sentido, infenso a complementações ou conjugações”, pois uma hipótese “[...] é sempre uma experiência, um caminho a ser comprovado e que, se eventualmente não der certo naquela situação específica, não invalida necessariamente a perspectiva teórica” (CASTRO; PORTO JÚNIOR, 2018, p. 22)

grande irresponsabilidade em colocar-se como narrador apto a fazê-lo. Essa legitimação da narrativa do real procura ser amparada por diversos elementos utilizados na narrativa. Porém,

ao se debruçar nos índices que normalmente os jornais utilizam para justificar a veracidade do que estão dizendo, por exemplo, as ilustrações fotográficas, pode-se perceber que nada mais são que recortes descontextualizados do acontecimento que está sendo coberto, configurando, em conjunto, uma versão do acontecimento, sustentada, por sua vez, por intencionalidades conscientes e ou inconscientes. (SILVA, 2018, p. 40)

A matéria jornalística deixa, então, de ser relatora dos fatos ocorridos, para transformar-se em produtora de uma dentre várias realidades possíveis. Encontramo-nos então frente a uma situação delicada: ao passo que compreendemos o jornalismo como produção do real, também percebemos que é por meio dele, e da mídia de maneira mais generalizada, que nos informamos sobre o que ocorre no mundo, mesmo que de maneira parcial. “Não por via de um contato pessoal com a realidade, mas através de uma mediação, ou mais exatamente, de mediatização: através do recurso a dispositivos tecnológicos de comunicação” (CASTRO; PORTO JÚNIOR, 2018, p. 23). Esses dispositivos passam a orientar os sentidos da narrativa que chega até o público, saindo de um relato sobre o real, para a construção de uma realidade que revela a ação sobre o espaço social, “colocando em funcionamento estratégias que apontam novos caminhos para as práticas sociais” (SODRÉ, 2002, p. 23).

Entendemos que a narrativa jornalística é um permanente jogo entre os efeitos de real e outros efeitos de sentido (a comoção, a dor, a compaixão, a ironia, o riso etc.), mais ou menos exacerbados pela linguagem dramática das notícias. Procura sempre vincular os fatos ao mundo físico, mas cria incessantemente efeitos catárticos. É um permanente jogo entre as intenções do jornalista e as interpretações do receptor. É polissêmica, intersubjetiva, híbrida, transita contraditoriamente nas fronteiras entre o objetivo e o subjetivo, denotação e conotação, descrição fática e narração metafórica, realista e poética. (MOTTA, 2007, p. 156)

Na hipótese da agenda-setting, o processo de agendamento acaba por modificar, a partir da cobertura jornalística, as maneiras como os assuntos serão vistos e tratados pelo público. Nesse ponto, “o enquadramento acaba direcionando como temos que pensar os temas já estabelecidos pela agenda” (CASTRO; PORTO JÚNIOR, 2018, p. 31). A seleção de aspectos de um acontecimento a serem ressaltados dentro da construção de um texto, na busca por uma interpretação específica ou de uma avaliação parcial dos atores envolvidos seria o principal objetivo do ângulo escolhido para a notícia. “Os media podem não definir, exatamente, o sentido do mundo, mas, através da sua agenda, balizam com notável precisão os limites que esse sentido pode assumir, ou seja, em última análise, os limites do nosso pensamento sobre a realidade envolvente” (TRAQUINA, 2005, p. 23).

Se os enquadramentos midiáticos são “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os detentores de símbolos organizam de forma rotineira o discurso, seja verbal ou visual” (SILVA, 2018, p. 28), as repetições cumulativas dessas focalizações podem conduzir o público a olhar determinado aspecto da maneira desejada pelo emissor. Contudo, o processo de comunicação só se finaliza na recepção, quando passa por uma contextualização. Assim, “construir realidades se faz a partir de significados atribuídos pelos indivíduos, grupos e instituições; ou seja, tanto os emissores quanto os receptores dão significados às mensagens e orientam, a partir do seu contexto, as suas ações” (SILVA, 2018, p. 27), não sendo objetivo aqui demonizar as ações midiáticas dentro do agendamento e enquadramento das narrativas jornalísticas. “Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (HARAWAY, 1995, p. 21).

O discurso jornalístico, assim, só se faz possível na relação entre sujeitos. E “se o discurso depende dos sujeitos para existir, isso significa que é produzido por esses sujeitos – não apenas pelo autor da fala ou enunciador, mas também pelo sujeito que lê. O discurso é, assim, opaco, não transparente, pleno de possibilidades de interpretação” (BENETTI, 2007, p. 108). Faço parte da recepção da cobertura jornalística que me proponho analisar. Não sei como foi o processo de deliberação da pauta, de apuração ou mesmo de escrita desse material. “Ou seja, no método de análise, fazemos o caminho inverso do discurso: partimos do texto para o que lhe é anterior e exterior” (BENETTI, 2007, p. 115). A Análise do Discurso aplicada ao jornalismo, a partir do pensamento desenvolvido pela professora Marcia Benetti (2007), é uma das ancoragens para pensar um estudo de identificação dos sentidos.

“Só podemos ver as coisas para as quais já possuímos imagens identificáveis, assim como só podemos ler em uma língua cuja sintaxe, gramática e vocabulário já conhecemos” (MANGUEL, 2000, p.27). Não só os recursos linguísticos do idioma, quando pensamos a palavra, devem ser conhecidos, como devem ser compreendidos os aspectos históricos e sociais de sua construção. Para análise do discurso a ser aplicada nas publicações analisadas, não só a palavra será entendida como produtora de sentido, mas também as imagens. “A complementariedade das imagens e das palavras também reside no fato de que se alimentam uma das outras. [...] As imagens engendram as palavras que engendram as imagens em um movimento sem fim” (JOLY, 1996, p. 121).

Não só a imagem é discurso, mas a palavra é imagem.

O primeiro princípio essencial é provavelmente, a nosso ver, que o que se chama "imagem" é heterogêneo. Isto é, reúne e coordena dentro de um

quadro (ou limite) diferentes categorias de signos: "imagens" no sentido teórico do termo (signos icônicos, analógicos), mas também signos plásticos (cores, formas, composição interna, textura) e a maior parte do tempo também signos linguísticos (linguagem verbal).

São onze capas que me proponho a analisar neste trabalho. Três revistas semanais diferentes, embora com similaridades em seus enquadramentos. As capas ligam-se a textos jornalísticos com elementos diversos: palavras, imagens, fontes, cores, quadros, infográficos, tabelas etc. Diversas são as formas de desenhar uma reportagem jornalística. “Não existe um método absoluto para análise, mas opções a serem feitas ou inventadas em função dos objetivos” (JOLY, 1996, p. 50). Não só dos objetivos, eu diria, mas do próprio *corpus* de pesquisa. É necessário partir delas para pensar uma maneira singular de analisá-las, ancoradas em metodologias já existentes.

Nenhuma narrativa é ingênua. Nenhuma escolha é ingênua. A partir da descrição das imagens – do percebido para o nomeado – e da leitura atenta do texto, a análise seguirá tentando perceber as significações, implícitas ou explícitas, da construção da narrativa. Na percepção dos atores autorizados a falar e também dos silêncios – que gritam – presentes nas reportagens, pretendo construir também a minha narrativa, tão não imparcial quanto aquelas sobre as quais me debruço. A análise será fincada em métodos e metodologias que me permitem manter o rigor científico exigido para ela, enquanto os contextos social e cultural, em que estou localizada, não me permitem a neutralidade dos corpos não marcados. Os elementos estão dados. Sigamos.

## 2 (ANTES DE TUDO – E AINDA AGORA)

A realidade sempre escapa. Ao me debruçar sobre o *corpus* de pesquisa que me proponho analisar, percebo que antes é necessário perpassar o contexto no qual o impeachment de uma presidenta legitimamente eleita foi deflagrado. Contudo, esse contexto é meu contemporâneo e mais do que relatá-lo, eu o vivi.

Escrever sob a tempestade tem dois grandes inconvenientes: a tendência a menosprezar antecedentes mais remotos, que são tão sentidos, e a incapacidade de um olhar desanuviado para o trajeto a seguir. Mas o incômodo de fazê-lo sobre a intempérie tem também uma vantagem. A sensibilidade do impacto nos impede de traduzir simplesmente os acontecimentos como um processo encadeado de eventos, que a distância histórica engendrará uma lógica. (SEMER, 2016, p. 88)

Eu estive presente em mais de uma das manifestações de junho de 2013, em Fortaleza. Também fui para mais de um protesto contra o impeachment de Dilma Rousseff, assim como participei das Greves Gerais convocadas já durante o Governo Temer, contra as Reformas Trabalhistas e da Previdência. Estava no Largo da Batata, em São Paulo, quando uma multidão se reuniu em defesa das Diretas Já! Lembro-me do banho tomado no Palácio da Abolição, assim como dos discursos inflamados dos artistas na capital paulista. Do Centro fortalezense tomado de trabalhadoras e trabalhadores em greve – numa caminhada que fiz ao lado da minha mãe –, assim como das bombas de gás lacrimogênio jogadas próximo ao estádio Castelão, instantes antes do início de mais um jogo da Copa das Confederações. Tudo isso ainda pulsa.

Por isso, não tenha a ilusão de encontrar aqui a verdade legítima sobre quaisquer dos fatos relatados. Nem mesmo engane-se que conseguirei dar conta do caos da realidade. Narrar a historicidade é apenas mais uma maneira de inventar estórias. Apego-me, então, a Rancière (2009) quando diz: “o real precisa ser ficcionado para ser pensado” (p. 58). Inventarei ancorada na cronologia dos fatos acontecidos. Embora esse talvez seja o caminho mais previsível a se tomar, parece-me ser o mais seguro para garantir não só o entendimento da leitora que por aqui se aventura, como minha própria coerência como escritora que – ao também vivenciar o que falo – estou ainda tentando assimilar tudo aquilo sobre o qual escrevo.

Talvez seja, então, a confusão que nos uma, e o que te trouxe até aqui foi uma busca por algum tipo de explicação ou organização – pela frustração, eu desde já me desculpo imensamente. O que tento aqui é ficcionalizar a realidade para tentar compreendê-la, embora

suspeite, desde agora, que a compreensão talvez não seja tão necessária ao processo de investigação acadêmico. “Então as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando contadas. Desafio alguém a relatar algo como realmente aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta” (EVARISTO, 2016). Mas deixemos de devaneios.

Uma volta rápida ao passado recente da democracia no Brasil é necessária para um entendimento dos acontecimentos que levaram ao impedimento de Dilma Vana Rousseff. O objetivo aqui não é um aprofundamento nas discussões sobre cada fato isolado – que são, cada um, temas mais que suficientes para pesquisas outras. Pretendo oferecer um panorama da política brasileira, atendo-me mais atentamente a situações mais intrinsecamente ligadas seja à constituição do Governo Dilma, seja ao processo que a levaria a ser definitivamente afastada da presidência.

No fim da década de 1970, a ditadura civil-militar instaurada a partir do golpe das Forças Armadas começa a enfrentar grave crise econômica, forçando o general Ernesto Geisel a anunciar uma ‘distensão lenta, gradual e segura’ para a democracia. Os comícios pelas Diretas Já! na década de 1980, no entanto, passaram a querer a mudança urgente do sistema político brasileiro. A solução é a emenda constitucional do deputado federal Dante de Oliveira, que permitiria a eleição direta para a Presidência da República. Mas, em um Legislativo ainda tomado por ditadores e apoiadores do sistema em voga, a emenda é derrotada em votação realizada no dia 25 de abril de 1984. O grito das ruas é ignorado.

Tancredo Neves transforma-se em um paradoxo. Eleito indiretamente pelo colégio eleitoral seria, contudo, o primeiro presidente da democracia que despontava no Brasil. No entanto, ele adoece um dia antes da posse e falece no dia 21 de abril de 1985. A Presidência da República é ocupada pelo vice-presidente, José Sarney – político vindo do partido Arena, apoiador da ditadura civil-militar. A democracia, autorizada a existir, legitima-se por completo com a promulgação da Constituição Federal em 1988, três anos após a posse de Sarney em 15 de março de 1985. Desde então, tivemos sete eleições diretas para presidência da República. Três presidentes e uma presidenta eleitas diretamente. Dois vice-presidentes a assumirem a presidência da República.

Antes de delinear o próprio Governo Dilma, é importante discorrer um pouco sobre um fenômeno que teve influência direta em sua eleição e mandato: o lulismo. Candidata indicada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, após dois mandatos de um governo de equilíbrios, Rousseff é herdeira direta de uma forma de governo em funcionamento há oito anos e recebe a missão de continuar a “promover, simultaneamente, políticas que beneficiam

o capital e a inclusão dos mais pobres, com melhora relativa na situação dos trabalhadores” (SINGER, 2012, p. 70), principal característica dos mandatos do ex-presidente Lula.

O pernambucano vindo do sertão nordestino começou na política como um dos grandes líderes dos movimentos sindicais do ABC Paulista. Metalúrgico, esteve à frente de diversas greves na época da ditadura militar e chegou a ser preso. Um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, é eleito deputado federal por São Paulo em 1986 e em 1989 iniciou uma série de candidaturas sem sucesso à presidência da República. Integrante de um partido de esquerda, Lula, embora com apoio de uma parcela da população – o apoio do então candidato vinha principalmente da classe<sup>20</sup> média tradicional, ou seja, estudantes, servidores públicos, universitários e profissionais liberais (SINGER, 2012) –, ainda era temido por aqueles que acreditavam que um governo de esquerda desestabilizaria o país.

O maior desafio da candidatura petista era alcançar o subproletariado. A definição vem do economista Paul Singer e representa aqueles que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais” (SINGER, 2012, p. 44). Essa classe, que estaria abaixo do proletariado tanto quanto em relação à renda como a condições de vida, não tem a organização ou a formação política da classe trabalhadora, que lhes permita lutar por melhorias da sua situação. O que empolga o subproletariado, então, é “a expectativa de um Estado suficientemente forte para diminuir a desigualdade sem ameaçar a ordem estabelecida” (SINGER, 2012, p. 31).

Mesmo com a eleição em 2002, Lula ainda não conseguia alcançar essa parcela da população brasileira. Contudo, os dois mandatos presidenciais mudariam esse quadro. A princípio fundamentado em ideias socialistas e com propostas de grandes mudanças estruturais caso chegasse ao cargo máximo do Executivo – como tributação das fortunas, revisão das privatizações, redução da jornada de trabalho, desapropriação de latifúndios e negociação de preços por meio dos fóruns das cadeias produtivas –, o agora presidente, assim como o Partido dos Trabalhadores, muda o discurso e passa a implementar um modelo de diminuição da pobreza com manutenção da ordem. O objetivo era conseguir combater a pobreza, mas sem confronto com o capital. “Ou seja, em lugar de o partido conservador cooptar os quadros revolucionários para executar de maneira controlada as alterações

---

<sup>20</sup> “Na medida em que milhões de família vivem sob condições econômicas de existência que distinguem seu modo de vida [...] elas formam uma classe. Na medida em que [...] a identidade de seus interesses não consegue produzir um sentimento de comunidade (...) elas não formam uma classe”. (MARX, 1977 apud SPIVACK, 2014, p. 46)

renovadoras, na prática lulista os elementos conservadores é que foram cooptados pelos dirigentes de origem progressista” (SINGER, 2012, p. 21).

O lulismo vai construindo-se, então, como um projeto de governo no qual não há uma busca de resolver contradições entre as diferentes classes – o capital, classe média tradicional, proletariado e subproletariado –, mas sim de mantê-las em relativo equilíbrio. A transferência de renda para os mais pobres, por meio do programa Bolsa Família, o aumento real do salário mínimo, a geração de empregos e a expansão de crédito garantem o apoio das camadas mais populares, enquanto a manutenção da tríade juros altos, superávits primários e câmbio flutuante fazia o papel de acalmar o capital.

Na prática ocorreu algo como um “semitransformismo”. Os quadros do PT que anteriormente defendiam o programa “intensamente reformista” se tornaram agentes de um reformismo fraco, comprometidos com a decisão de não causar a radicalização que pregavam na origem. Meu argumento é que o reformismo lulista é lento e desmobilizador, mas é reformismo. Cria-se a ilusão de ótica da estagnação para, na realidade, promover modificações em silencioso curso. (SINGER, 2012, p. 25)

A visão do cientista político é bem otimista quanto ao chamado reformismo fraco promovido pelo governo Lula, e posteriormente por Dilma Rousseff, embora tenha havido uma saída massiva de pessoas da extrema pobreza, assim como um alcance cada vez maior das classes mais baixas a direitos fundamentais como moradia e educação. Marielle Franco enfatiza, no ensaio “A emergência da vida para superar o anestesiamento social frente à retirada de direitos”, que os “momentos de ‘bem-estar social’ foram passagens da história do País, mas marcam-se, fundamentalmente, por conquistas e não por concessões do poder dominante” (2017, p. 91).

A partir das eleições de 2006, é possível perceber um deslocamento. Enquanto, após o escândalo do Mensalão, Lula perde apoio nos eleitores de alta escolaridade, no Sul/Sudeste e nas capitais das regiões mais ricas, cuja aceitação tinha desde o início da carreira na política, passa a ter como base os eleitores de baixa renda, de baixa escolaridade, no Norte/Nordeste, nas metrópoles periféricas e no entorno das capitais. “O subproletariado, reconhecendo na invenção lulista a plataforma com que sempre sonhara, deu-lhe suporte para avançar, acelerando o crescimento com redução da desigualdade no segundo mandato, e, assim, garantindo a vitória de Dilma em 2010” (SINGER, 2012, p.13).

A plataforma da campanha presidencial de Rousseff é, então, o compromisso com uma ‘estabilidade monetária e responsabilidade fiscal’ lado a lado com a defesa da continuidade da distribuição de renda. A busca pelo equilíbrio entre classes sociais distintas

nos dois governos é realizada para que nenhum dos dois lados possa impor seus próprios desejos: “o reformismo forte, que ambiciona o aumento rápido da igualdade, impondo travas ao moinho satânico, ou o neoliberalismo, que tende a aumentar a desigualdade, impondo perdas aos trabalhadores” (SINGER, 2012, p. 116-117). Depois de dois mandatos presidenciais com crescente satisfação das diversas classes, apesar das explícitas contradições, e com Dilma Rousseff eleita, o projeto lulista parece pronto para uma maior expansão. Como resume Singer (2012): “Enquanto os meios de pagamento cresçam, cada fração de classe pode cultivar o seu lulismo de estimação” (SINGER, 2012, p. 118). A crise, contudo, irá chegar. Mas ainda não.

No dia 1º de janeiro de 2011, é empossada<sup>21</sup> a primeira mulher presidenta do Brasil. Reivindicando para si a letra ‘a’ ao final de sua nova função<sup>22</sup>, reivindicando para as mulheres um novo lugar dentro do cenário político brasileiro. Os gramáticos enlouqueceram<sup>23</sup>, os políticos enlouqueceram, os jornalistas enlouqueceram, os cidadãos enlouqueceram. No masculino. “Uma mulher com poder é temida”, disse Anzaldua (2000, p. 234). Quarenta e seis anos após o golpe que instaurou a ditadura civil-militar, a ex-guerrilheira – e uma das inúmeras torturadas<sup>24</sup> por autoridades no período do regime – Dilma Vana Rousseff é eleita democraticamente com quase 56 milhões de votos. Filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma coleciona títulos de primeira. Primeira mulher secretária da Fazenda de Porto Alegre, primeira mulher secretária estadual de Energia, primeira mulher ministra de Minas e Energia, primeira mulher chefe da Casa Civil e primeira mulher Presidenta da República no Brasil. A essa coleção, adiciona uma única última. Última chefe de Estado brasileira a ter sido eleita democraticamente – até o presente momento.

No primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), as políticas sociais prosseguem sendo destaque dentro das medidas governamentais – numa continuação às

---

<sup>21</sup> Novo cerimonial foi feito para a cerimônia de posse de Dilma Rousseff. A segurança da presidenta foi realizada primordialmente por mulheres e, no tradicional desfile em carro aberto, teve como companhia a filha, Paula Rousseff Araújo.

<sup>22</sup> Utilizarei durante todo o texto a palavra presidenta, no feminino, ao me referir à Dilma Rousseff.

<sup>23</sup> Durante a revisão desta dissertação, a Elisângela Viana deixou um comentário que achei mais do que justo figurar como parte do texto. Disse ela sobre a expressão ‘os gramáticos enlouqueceram’, “embora a forma ‘presidenta’ não seja recente... data de longo tempo”. Depois, na conversa em que pedi autorização para citá-la, ela ainda complementou: “Trata-se mais de uma questão política do que linguística. A forma presidenta é inclusive explicada no dicionário Houaiss, como “mulher que preside algo”... depois você pode ver isso. A verdade é que não temos o costume de ver presidentas no poder, por isso o termo presidente ganhou mais força na língua, sendo, portanto, mais frequentemente utilizados para as mulheres”.

<sup>24</sup> O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), publicado em dezembro de 2014 registrou 1.843 pessoas torturadas durante a Ditadura. Contudo, a própria CNV afirma que o número de casos deve ser bem maior do que o relatado, já que inúmeras vítimas não conseguiram fazer um relato da tortura sofrida no período.

decisões do governo de Lula. Por meio do plano *Brasil Sem Miséria*<sup>25</sup>, Dilma consegue retirar 22 milhões de brasileiros da pobreza extrema. Também são aspectos positivos a ampliação dos programas *Minha Casa, Minha Vida*<sup>26</sup> e *Farmácia Popular*<sup>27</sup>, assim como a criação do programa *Ciências Sem Fronteiras*<sup>28</sup> e do *Pronatec*<sup>29</sup>, contribuições importantes para a democratização dos ensinos superior e técnico. Também são pontos favoráveis dos primeiros anos de Dilma Rousseff como presidenta a implantação da Comissão Nacional da Verdade<sup>30</sup> e a promulgação da Lei de Acesso à Informação<sup>31</sup> – embora sem terem alcançado plenamente os objetivos inicialmente traçados.

Contudo, desde o primeiro mandato, a presidenta eleita enfrentava graves problemas. Mesmo com o Partido dos Trabalhadores estando, desde a criação, alinhado com ideias políticas de esquerda, Dilma Rousseff teve grande oposição de outros partidos políticos alinhados à esquerda, como PSOL e PSTU. Questões consideradas primordiais como a reforma tributária, a reforma política e a reforma agrária foram ignoradas pelo Governo – acredita-se numa tentativa de não criar problemas com os deputados e senadores alinhados à direita e com ideias mais conservadoras. A economia também foi entrave logo nos primeiros anos de governo da petista – tendo se agravado para uma crise econômica no segundo

---

<sup>25</sup> Lançado em junho de 2011, o plano tinha como objetivo retirar da situação de pobreza extrema de pessoas que viviam com menos de R\$ 70 por mês. O *Brasil sem Miséria* consiste na ampliação do Bolsa Família. Juntos, os dois programas conseguem retirar da pobreza extrema 36 milhões de brasileiros. Informação do portal do governo federal. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em 31 jun. 2017.

<sup>26</sup> O programa foi lançado em março de 2009 pelo Governo Lula para subsidiar a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda até 1,6 mil reais e facilitar as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até 5 mil. Informação do portal do governo federal. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em 31 jun. 2017.

<sup>27</sup> É um programa de desenvolvido em parceria com prefeituras municipais do país, cujo propósito é oferecer, por meio de estabelecimentos próprios ou de farmácias privadas credenciadas, medicamentos de uso comum a preços reduzidos. Informação do portal do governo federal. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em 31 jun. 2017.

<sup>28</sup> Foi um programa de pesquisa criado em julho de 2011 pelo governo federal para incentivar a formação acadêmica no exterior, oferecendo bolsas de iniciação científica e incentivando projetos científicos em universidades de excelência em outros países. Informação do portal do governo federal. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em 31 jun. 2017.

<sup>29</sup> Sigla para Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Pronatec foi criado em outubro de 2011. O programa tinha como objetivos expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica para alunos brasileiros. Informação do portal do governo federal. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em 31 jun. 2017.

<sup>30</sup> A comissão foi instalada para investigar casos de violações dos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, período da ditadura civil-militar brasileira. Sem poder punitivo, a comissão funcionou por dois anos e sete meses e lançou, em dezembro de 2014, relatório final onde responsabilizou 377 pessoas por crimes como tortura e assassinato. Contudo, as críticas ao documento final é que poucas informações novas acrescentava ao que já se sabia sobre a ditadura. Informação do portal do governo federal. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em 31 jun. 2017.

<sup>31</sup> A lei obriga órgãos públicos a prestarem informações sobre suas atividades a qualquer cidadão interessado e vale para todo o serviço público do país. A lei também acaba com o sigilo eterno de documentos públicos e estabelece prazo máximo de 50 anos para que as informações classificadas pelo governo como ultrassecretas sejam mantidas em segredo. Informação do portal do governo federal. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em 31 jun. 2017.

mandato (2015-2016). Embora as taxas de desemprego no primeiro mandato estivessem baixas, assim como a inflação, a economia cresceu abaixo do esperado nos dois primeiros anos de mandato. A renda do trabalhador, contudo, prosseguiu em expansão.

Em março de 2013, terceiro ano de mandato de Dilma Rousseff, os aspectos positivos do governo parecem sobrepujar os negativos, o que se reflete na pesquisa de opinião que tem como resultado a maior taxa de aprovação da presidenta até o momento, com 65% dos entrevistados avaliando o governo federal como ótimo ou bom – 27% avaliaram como regular e 7% como ruim ou péssimo. A pesquisa<sup>32</sup> foi divulgada pelo Instituto de Pesquisa Datafolha no dia 24 de março. Pouco menos de três meses depois, contudo, Dilma Rousseff enfrentaria as maiores manifestações desde a entrada na presidência da República.

Os atos que ocorrem em junho de 2013 em diversas capitais brasileiras têm um denominador em comum: o aumento nas tarifas de transportes públicos. Contudo, a dimensão dos protestos transformam as, agora denominadas, Jornadas de Junho nas maiores manifestações populares desde aquelas que pediram o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. Mas, por quê? Iniciada pelo Movimento pelo Passe Livre (MPL) em São Paulo e se alastrando por outras cidades, o objetivo é não só a diminuição imediata dos vinte centavos, mas também a proposição de tarifa zero. No livro *Cidades Rebeldes* – obra coletiva que se propõe a discutir o que representaram esses protestos –, o ensaísta João Peschanski mostra-se otimista quanto às razões para a relevância obtida.

[As manifestações] Não começaram como protestos “contra” algo, mas como uma expressão coletiva “a favor” de algo. O MPL colocou na pauta da discussão política a proposta da tarifa zero, isto é, do transporte público gratuito. [...] A difusão de uma alternativa utópico-realista rompe o marasmo da política sem questionamentos, de pactos consensuais, e abre espaço para polarizações propositivas, articuladas a novos discursos e ideologias, com a eventual reconfiguração da direita e da esquerda e seus respectivos projetos, em disputa, e formas de expressar seus interesses. (2013, p. 56-59)

Contudo, seria apenas isso? A princípio, contando com algumas centenas de pessoas, os atos vão ganhando corpo após a forte repressão policial que ocorre na capital paulista no dia 13 de junho. Três dias depois, os números já ultrapassavam a casa dos milhões e se espalhavam por pelo menos 120 cidades – algumas onde não havia tido nenhum aumento na tarifa. Os protestos, iniciados por questões municipais e estaduais, ganham contornos nacionais. Mas, o que querem os manifestantes?

---

<sup>32</sup> Disponível em <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/03/1252102-aprovacao-a-governo-dilma-atinge-65.shtml>>. Acesso em 31 jun. 2017.

A “fagulha” das manifestações de junho não surgiu do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos – o MPL, a resistência urbana, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis –, que, entre “catraços”, ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas, como os Comitês Populares da Copa e sua articulação nacional, a Ancop. (ROLNIK, 2013, p. 7)

O período coincide com a realização da Copa das Confederações<sup>33</sup> sediadas no Brasil. As reivindicações voltam-se, então, para os gastos públicos em grandes eventos esportivos – como a própria Copa das Confederações, a Copa do Mundo, a ser realizada em 2014, assim como as Olimpíadas Rio 2016 –, enquanto áreas essenciais, como a Educação e a Saúde, sofrem com a falta de verba. Os entornos de estádios tornam-se palco de confrontos. “A repressão brutal [...] deveu-se à preocupação em impedir que jovens irresponsáveis e “vândalos” manchassem a imagem do Brasil num momento em que os olhos do mundo estariam postos sobre o país” (VAINER, 2013, p. 34).

Dilma Rousseff declara o ‘encanto’ com os protestos realizados, sugerindo que isso acontece apenas em verdadeiras democracias e que esses atos só são possíveis devido à luta de gerações contra o fim do período ditatorial. Contudo, apenas ‘manifestações pacíficas’ são toleradas pela presidenta eleita. “Rezava o script que manifestação só é legítima quando não atrapalha, do contrário é violência” (VIANA, 2013, p. 50). Baderneiros não podem ser tolerados. A Polícia Militar é também elogiada por sua atuação – ou seria mais correto dizer repressão? – durante as passeatas<sup>34</sup>. A ordem não pode ser alterada.

A tropa de choque [...] entrou e saiu de cena ao longo das manifestações, lembrando que, no país próspero e feliz, a linguagem da violência ainda é parte importantíssima do léxico político. [...] Para a linguagem da polícia – e da ordem – a ocupação das ruas é baderna [...], para vários movimentos sociais ali presentes, a retomada do espaço urbano aparece como o objetivo e o método. (ROLNIK, 2013, p. 7-8)

Mesmo com forte repressão policial – assim como midiática, com um reiterado discurso sobre o vandalismo das manifestações –, as manifestações de junho de 2013 prosseguem acontecendo em todos os estados brasileiros. O aumento das tarifas dos transportes públicos é cancelado nas cidades onde tinham anteriormente sido anunciados e a presidenta Dilma Rousseff vê-se forçada a ir a público responder aos inúmeros protestos que não cessam de ocorrer mesmo com a forte violência com a qual os governos – municipais, estaduais e federal – tentam silenciá-los. Dilma reúne-se com os 27 governadores e com os 26

<sup>33</sup> A Copa das Confederações do Brasil ocorreu entre os dias 15 e 30 de junho de 2013.

<sup>34</sup> Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/06/18/brasil-acordou-mais-forte-diz-dilma-sobre-protestos.htm>>. Acesso em 30 abr. 2018

prefeitos das capitais brasileiras e anuncia a adoção de 5 pactos nacionais como resposta às ruas. Seriam eles: Responsabilidade Fiscal, Transporte, Reforma Política, Saúde e Política<sup>35</sup>. Apenas o da Saúde é cumprido, com a criação do Programa Mais Médicos.

Além dos pontos já levantados sobre esse momento político – e já histórico – brasileiro, gostaria de acrescentar outras duas características das Jornadas de Junho que me parecem pertinentes para os fatos que ocorrerão nos anos seguintes: a tendência apartidária dos protestos (transformada em anti-partidária, na sequência) e a heterogeneidade ideológica dos manifestantes. Desde o princípio, o movimento declarou-se horizontal. Sem líderes, sem representantes. Todos estavam ali por objetivos em comum: a mudança do Brasil. “O Gigante acordou!”, entoavam em uníssono. A reforma política era uma das pautas possíveis de serem vistas nos cartazes levantados. A rejeição a políticos profissionais, independente dos partidos, é explicitada por grande quantidade dos participantes, que passam a incomodar-se com quaisquer bandeiras – inclusive de instituições que nada tem a ver com o sistema partidário.

A cultura política que vem sendo construída e consolidada no Brasil tem sido a de permanentemente desqualificar não só a política em si como seus atores. [...] Não se pode ignorar a construção de uma cultura política que desqualifica sistematicamente as instituições políticas e os próprios políticos. Mais importante: não se podem ignorar os riscos potenciais para o regime democrático quando é essa a cultura política que prevalece. (LIMA, 2013, p. 87)

A violência entre os manifestantes ocorre, a princípio, na impossibilidade da liberdade de expressar posicionamentos políticos vários – mesmo que referentes a partidos. Contudo, não teria como se esperar um encontro pacífico entre grupos tão diversos. “Trata-se de um concerto dissonante, múltiplo, com elementos progressistas e de liberdade, mas também de conservadorismo e brutalidade, aliás presentes na própria sociedade brasileira” (ROLNIK, 2013, p. 10). Em um mesmo ato é possível ver algumas placas contra a corrupção, outras pedindo a desmilitarização da polícia, umas exigindo o fim de todo e qualquer sistema político e ainda aquelas apoiando a intervenção militar e a volta da ditadura. Foram essas contradições e acirramentos, muito mais do que quaisquer propostas governamentais, os motivos para o esvaziamento das ruas, antes apinhadas de reivindicações diversas.

Não houve grandes mudanças estruturais, nem uma ruptura com o sistema político-econômico. Não é possível saber nem mesmo se as manifestações teriam a força para essa transformação, devido ao caráter pouco propositivo das ações. O principal saldo talvez

---

<sup>35</sup> Mais informações em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituinte-da-reforma-politica.html>>. Acesso em 31 jun. 2017.

seja a redescoberta das ruas como espaço político<sup>36</sup>. Seria isso positivo? Vainer é otimista quanto às manifestações, acreditando que “evocam os grandes e raros momentos da história em que mudanças e rupturas que pareciam inimagináveis até a véspera se impõem à agenda política” (2013, p. 33) e acredita que estas podem até possibilitar “mudanças sociais e políticas que pareciam inalcançáveis” (Idem). Contudo, talvez seja a colocação de Lincoln Secco – mais pessimista, porém mais próxima ao que viria a acontecer no futuro – a mais acertada interpretação do caso sobre estas ditas tão inéditas Jornadas de Julho de 2013.

A pergunta a se fazer é: por que, sendo tão diferentes, guardam entre si um ar de familiaridade? São revoltas disseminadas pelas redes virtuais, nas quais as pessoas agem como singularidades, mas o conjunto é construído pela reação calculada dos donos do poder e da informação. Assim, sua potencialidade revolucionária pode ser cooptada, como foi visto anteriormente. (2013, p. 71)

A popularidade de Dilma Rousseff, mesmo com as tentativas de amenizar o impacto das manifestações, sofre grande queda. No dia 29 de junho de 2013, o Datafolha divulga nova pesquisa<sup>37</sup>. Nela, apenas 30% dos entrevistados avaliaram o governo da presidenta como ótimo ou bom, enquanto 25% o consideravam ruim ou péssimo e 43% o avaliavam como regular. Embora tenha tido crescentes, a aprovação de Dilma Rousseff no primeiro mandato nunca se recuperou da grande baixa, resultado das manifestações de junho de 2013. O descontentamento, aliado à crise econômica do país e ao início das investigações da Operação Lava Jato, torna imprevisível o cenário das eleições de 2014.

Em uma disputa com o senador Aécio Neves (PSDB) no segundo turno, a então presidenta é reeleita com uma margem de apenas 3,5 milhões de votos acima de seu concorrente. Quarto mandato petista consecutivo, a vitória contudo não mostrou força, mas sim fragilidade, na análise do cientista político Marco Aurélio Nogueira, sobretudo porque “a campanha governista valeu-se de todos os artifícios, expedientes e recursos concedidos pelo poder e foi impulsionada por uma campanha de marketing extremamente negativa, agressiva e mentirosa” (2016, p. 146-147). A mentira do princípio do governo Dilma está nas medidas anunciadas logo no princípio do mandato, que contrariavam o discurso eleitoral, com ações consideradas ataques aos direitos básicos do trabalhador.

Deve-se lembrar que ainda, apesar de titubeante, foi o apoio do proletariado precarizado que garantiu a vitória de Dilma Rousseff no segundo turno da eleição de 2014. No entanto, esse apoio estava condicionado à manutenção

---

<sup>36</sup> Algo nunca esquecido de fato por diversos movimentos sociais.

<sup>37</sup> Disponível em <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-27-pontos-em-tres-semanas.shtml>>. Acesso em 1º jul. 2017.

do emprego formal, ainda que de baixa qualidade. A contração cíclica impulsionada pelos cortes dos gastos federais elevou o desemprego e atingiu em cheio tanto o proletariado urbano quanto o proletariado organizado sindicalmente. (BRAGA, 2016, p. 50)

A crise econômica mundial alcançou o Brasil em 2009, mas foi controlada por uma série de medidas que tinha como base o alto crescimento dos anos anteriores, principalmente com a exportação de matérias-primas, produtos basilares do mercado brasileiro e que na primeira década estavam valorizadas internacionalmente. Contudo, os países continuaram passando por grave crise econômica no fim do primeiro mandato de Rousseff e no início do segundo. Com a desvalorização continuada dos principais produtos de exportação no mercado internacional e escolhas econômicas equivocadas, o Brasil começa a sofrer recessão na economia, com aumento acelerado do desemprego e uma inflação cada vez mais elevada.

Não pretendo aqui me estender em discussões sobre essas questões, contudo faço essa primeira descrição para que seja possível compreender também que outros fatores foram tão ou mais relevantes na crise de Dilma no segundo mandato. Ao quebrar o frágil equilíbrio entre o capital e a classe trabalhadora – ao não conseguir nem garantir os lucros do primeiro nem os empregos da segunda – Rousseff acaba optando por favorecer grandes empresários, indo no sentido contrário ao que tinha sinalizado durante a campanha eleitoral. Perde, assim, não só o apoio das duas classes acima citadas, como da classe média tradicional, antiga apoiadora e que opta por Dilma no segundo turno de 2014 acreditando em uma ‘guinada à esquerda’. A esses elementos junta-se a deflagração de operação contra a corrupção, alcançando diversos políticos petistas e da base aliada do governo, assim como uma falta de diálogo entre Executivo e Legislativo.

Vamos por partes. Primeiro, a Operação Lava Jato<sup>38</sup>. Iniciada em 2014 e com prosseguimento até o ano em que defendo esta dissertação, é considerada a maior operação contra corrupção da história brasileira, as investigações estão a cargo da Polícia Federal e atingiram os principais partidos políticos – tanto da base do governo como da oposição –, resultou na prisão de políticos e grandes empreiteiros, disseminou a utilização da delação premiada como recurso e afundou o governo de Dilma Rousseff – mesmo que a operação não tenha conseguido achar provas contra a presidenta eleita. Entre os crimes investigados estão

---

<sup>38</sup> Nesta dissertação, opto por não me aprofundar nas investigações realizadas pela Operação Lava Jato. Com mais de quatro anos de atuação e mais de 40 fases operacionais, a Lava Jato abrange um número muito maior de acontecimentos do que sou capaz de dar conta. Para um entendimento abrangente sobre essa operação da Polícia Federal, indico os portais de notícias do G1 <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/>> Acesso em 31 jun. 2017 e do El País <[https://brasil.elpais.com/tag/operacion\\_lava\\_jato/a](https://brasil.elpais.com/tag/operacion_lava_jato/a)>, os quais oferecem uma gama de notícias e reportagem a cerca desta. Acesso em 31 jun. 2017.

corrupção ativa e passiva, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, organização criminosa, obstrução da justiça, operação fraudulenta de câmbio e recebimento de vantagem indevida.

A ampla investigação e divulgação dos resultados da operação aprofundam o sentimento antipolítico que vinha crescendo em parcela das brasileiras e dos brasileiros desde as Jornadas de Junho de 2013.

É cada vez mais evidente que para muitos cidadãos a democracia transformou-se numa máquina burocrática, num instrumento de poder, excludente, rígido, que não é capaz de acompanhar as vontades da população. Um abismo cada vez maior entre representantes e representados e uma desconexão emocional e ideológica entre eles. No coração desta crise de representatividade está a crise partidária, o partido como modelo tradicional em decadência, uma velha estrutura autocentrada, hierárquica, personalista, que não dá conta das mudanças sociais. [...] Ainda mais num país como Brasil com esta brutal pulverização partidária, fica mais em evidência que as siglas são instrumentos de projetos de poder personalistas. (GALLEGO, 2016, p. 128)

Com uma séria recessão econômica, o lulismo mostra-se insuficiente. “O modelo de desenvolvimento brasileiro apoiado na criação de empregos precários e na desconcentração de renda [...] já não é capaz de garantir nem os lucros das empresas nem o consentimento dos subalternos” (BRAGA, 2016, p. 50). O agravamento disso se dá com a falta de apoio a Dilma Rousseff no Congresso Nacional, tornando complicado o diálogo entre Executivo e Legislativo e dificultando a criação e aplicação de medidas de combate à crise na economia. Nogueira faz colocações bem extremas quanto ao caso, que, embora pareçam exacerbadas, acabaram por se comprovarem, ainda que parcialmente, corretas adiante.

A fraqueza de Dilma sempre foi de natureza política, gerencial e operacional. Sua postura olímpica de menosprezar as articulações parlamentares, de não se dedicar à luta cotidiana (muitas vezes miúda) por ocupação de espaços e pelo convencimento da opinião pública, e dentro dela da indústria cultural, das empresas e órgãos de comunicação, funcionou como seu limite tanto para governar quanto para imprimir orientações progressistas ao governo (2016, p. 145).

Esses acontecimentos acabam resultando que, no início do segundo mandato, a rejeição a Dilma Rousseff continue em crescente projeção – em fevereiro de 2015, 44% dos entrevistados pela Datafolha considerava o governo ruim ou péssimo<sup>39</sup>. Assim como em 2013, a população volta às ruas. Contudo, as maiores manifestações de 2015 e 2016<sup>40</sup> têm um

<sup>39</sup> Disponível em <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/02/1587329-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-e-reprovacao-a-petista-dispara.shtml>>. Acesso em 1º jul. 2017.

<sup>40</sup> Embora transcorridos num período de pouco mais de um ano (e arriscando comprometer a cronologia de fatos), analiso as manifestações contra o Governo Dilma de uma só vez, por acreditar que em todos, apesar dos diferentes momentos, os elementos constituintes prosseguem similares, assim como os manifestantes prosseguem tendo o mesmo perfil.

caráter diferente das realizadas poucos anos antes. “Nas Jornadas de Junho, tudo mudou. A aprovação da classe política desmoronou. E não restam dúvidas de que foi a direita quem soube mobilizar melhor os afetos ali depositados” (CLETO, 2016, p.38). As pautas, por vezes confusas ou contraditórias, estão guiadas por um conservadorismo latente.

Os atos têm à frente movimentos com propostas neoliberais e conservadoras, alinhados à direita política – vale citar o Vem pra Rua, o Movimento Brasil Livre<sup>41</sup> (MBL) e o Revoltados Online como alguns dos principais articuladores das manifestações acima citadas. As convocações acontecem por meio das redes sociais e agregam milhares de pessoas – chegando a reunir milhões em algumas das passeatas como no dia 15 de março de 2015, em que a contagem chegou a 2,2 milhões<sup>42</sup> – em, pelo menos, todas as capitais brasileiras. O apoio ao prosseguimento da Operação Lava Jato e o protesto contra a corrupção são as razões alegadas, porém as manifestações começam a ganhar contornos mais específicos. O antipetismo ganha corpo em uma multidão vestida de verde e amarelo.

Na crise atual, esse fenômeno da dissimulação aparece, de modo exemplar, na pretensa luta contra a corrupção. De um lado, teríamos um governo e um partido corruptos e, de outro, um grande arco oposicionista interessado em instaurar a moralidade pública. Muitos são os elementos que permitem indicar o caráter dissimulador desse discurso. (BOITO, 2016, p. 25)

Nos atos descritos, as fotografias – as *selfies* – com a polícia são hábitos e o pato da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) é parte do cenário na Avenida Paulista; além disso, as danças coreografadas fazem sucesso na Beira Mar. Deputados e senadores, prefeitos e governadores de partidos, como Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Democratas (DEM), entre outros, discursam para a multidão. Muitos são réus da própria operação Lava Jato que os manifestantes dizem defender. Contudo, se a luta contra a corrupção é principal bandeira do movimento, como podem marchar ao lado de suspeitos de cometê-la?

A cientista social Esther Solano Gallego, em parceria com os professores Pablo Ortellado e Márcio Moretto, desenvolve interessante pesquisa que ajuda a pensar as motivações daqueles que tomam a rua. No artigo “Fatores da crise, corrupção e saídas para a mesma: refletindo e conversando”, ela descreve alguns dos resultados obtidos em entrevistas

---

<sup>41</sup> Embora tenha se declarado um movimento espontâneo e apartidário, é interessante salientar que o MBL tem o surgimento associado a Atlas Network, uma rede de fundações de direita sediada nos Estados Unidos. As instituições são liberais, com posições mais avançadas em relação aos costumes do que a direita tradicional e mais radicais na defesa do livre mercado. A Atlas Network financiou outros movimentos de direita na América Latina. Disponível em <<https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em 25 mar. 2018.

<sup>42</sup> Segundo estimativas da Polícia Militar. Mais informações em <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/03/bmanifestacao-anti-dilma-entra-para-historia.html>>. Acesso em 1º jul. 2017.

aos manifestantes de atos contra o Governo Dilma, em 2015 e 2016<sup>43</sup>. Para a pesquisadora, parte da população “canalizou sua revolta contra a política numa intensa raiva antipetista” (2016, p. 130). Embora a crise econômica tenha relevância nas reivindicações, Gallego (2016) percebe um contínuo “sentimento de mágoa de classe que nos parece definitivo para entender este antipetismo” (Idem). O sociólogo Ruy Braga, em ensaio no livro *Por que gritamos golpe*, faz análise semelhante:

Os setores médios tradicionais – alguns deles, inclusive, aliados do PT e da CUT até o escândalo do “Mensalão” – evoluíram rumo a uma agenda econômica e política marcadamente direitista. Não é difícil imaginar as razões. O progresso da formalização do emprego encareceu o trabalho doméstico. O mercado de trabalho aquecido impulsionou a inflação dos serviços. O aumento do consumo de massas fez com que os trabalhadores “invadissem” espaços antes reservados às classes médias tradicionais, como shopping centers e aeroportos, por exemplo. Finalmente, o aumento da oferta de vagas em universidades privadas e de baixa qualidade para filhos de trabalhadores aumentou a concorrência por empregos que pagam mais do que 1,5 salário mínimo. (2016, p. 50)

Talvez, então, o componente para entender as manifestações realizadas em 2015 e 2016 – contra a corrupção menos do que pela saída de Dilma e do PT da presidência – seja a classe média, tanto a tradicional como a ‘nova’, conforme definição de Singer (2012). “Fragmentada, perpassada pelo individualismo competitivo, desprovida de um referencial social e econômico sólido e claro” (CHAUÍ, 2016, p. 19), essa classe é sensível aos argumentos empresariais quanto aos impostos no Brasil, acreditando ser aquela que paga maior carga tributária, mas “não recebe direitos sociais em troca, ao contrário dos mais pobres que são beneficiários das políticas assistencialistas e redistributivas do governo” (GALLEGO, 2016, p. 131). Para esse grupo de pessoas, os governos petistas utilizaram os recursos públicos (“meus recursos”, poderia dizer a classe média) para ‘sustentar’ os mais pobres. Talvez o sentimento de mágoa encontrado nas falas dos entrevistados na pesquisa de Gallego (2016) seja bem resumido pelo cientista político André Singer:

O estilo de vida pequeno burguês é ameaçado pela ascensão do subproletariado. A presença de consumidores populares em locais antes exclusivos, como aeroportos, diminui o status relativo de quem antes tinha neles exclusividade. No espaço público, a classe média tradicional brasileira começa a ser tratada como “igual”, e não gosta da experiência. (2012, p. 119)

As manifestações – sempre marcadas para os domingos, buscando atrapalhar o mínimo possível a ordem estabelecida – recebem ampla cobertura midiática, que chegava

---

<sup>43</sup> O estudo também foi realizado em manifestações a favor da presidenta Dilma Rousseff e contra o golpe. É possível acompanhar a pesquisa completa no site <<http://gpapai.usp.br/pesquisa/>>. Acesso em 20 fev. 2018.

mesmo a anunciar horas antes o início dos atos. A bandeira primeira de luta contra a corrupção é transformada em reivindicações movidas pelo ódio ao Partido dos Trabalhadores e seus principais líderes, Dilma Rousseff e Lula. Milhões tomam as ruas ao acreditar que o fim da crise estaria diretamente ligada à mudança de governo, mesmo ele tendo sido eleito democraticamente apenas alguns meses antes.

Os protestos demonstram que novas representações ideológicas emergem, os grupos de Direita têm aprendido a ter visibilidade nas ruas e o PT delas se distanciou. Como também alegado por Eliane Brum, em artigo publicado no *Jornal El País*, o espantoso não é a direita ir às ruas, é a esquerda sair delas. Ou seja, uma direita que, embora tendo votado em Aécio Neves, passa a apresentar um forte antipartidarismo e tomou um espaço desproporcional nas ruas, graças à contrariedade deles com as acertadas políticas públicas de justiça social, graças também aos equívocos políticos do governo e da esquerda. (TELLES, 2016, p. 122)

Em junho de 2015, o índice de rejeição ao governo federal chega a 65%<sup>44</sup>, no mesmo momento em que é protocolado o 15º pedido de impeachment à presidenta eleita. Contudo, embora sofresse com grande rejeição da população e ferrenha oposição no Legislativo, não havia nenhuma confirmação de crime cometido por Dilma Rousseff – confirmação que continua sem existir três anos depois do início dos movimentos para retirar a presidenta do poder. As solicitações para o impedimento da presidenta eleita acumulam-se na presidência da Câmara dos Deputados, porém o então presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB), prossegue ignorando-as.

No dia 2 de dezembro de 2015, a indiferença quanto aos pedidos muda e Cunha acolhe o requerimento formulado pelos advogados Janaína Paschoal, Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior, entregue em setembro do mesmo ano, pedindo o impedimento de Dilma Rousseff. A aprovação pelo então deputado ocorre no mesmo dia em que a bancada parlamentar do Partido dos Trabalhadores (PT) anunciou que votaria a favor da continuação do processo de cassação do qual Cunha era alvo no Conselho de Ética da Câmara<sup>45</sup>. No documento<sup>46</sup> encaminhado pelos juristas constavam diversas acusações contra a presidenta eleita, contudo apenas foram aceitos os argumentos de que ela teria descumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal ao ter editado decretos liberando crédito extraordinário, em 2015, sem o aval do Congresso Nacional.

<sup>44</sup> Disponível em <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/06/1646136-recorde-rejeicao-a-dilma-atinge-65.shtml>>. Acesso em 1º jul. 2017.

<sup>45</sup> Eduardo Cunha foi condenado pela Comissão em junho de 2016. Ele tentou permanecer com o mandato de deputado ao renunciar à presidência da Câmara, contudo acabou sendo cassado e tornando-se inelegível até 2027. Com a perda do foro privilegiado, Cunha foi preso em outubro do mesmo ano.

<sup>46</sup> É possível ler a íntegra do texto em <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/a-integra-do-pedido-de-impeachment-de-dilma-apoiado-pela-oposicao/>>. Acesso em 10 jul. 2018

Duas são as acusações contra a presidenta Dilma Rousseff: a assinatura de decretos de abertura de créditos suplementares sem a aprovação do Congresso Federal e atraso no repasse do Tesouro a bancos públicos encarregados de programas sociais – mais especificamente o atraso no pagamento do Plano Safra –, também conhecidas como ‘pedaladas fiscais’<sup>47</sup>. O argumento jurídico que fundamentou as duas acusações está apoiado no artigo 85 da Constituição Federal, na qual são descritos os crimes de responsabilidade dos quais um presidente ou uma presidenta poderão ser responsabilizados:

- I - a existência da União;
- II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;
- III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- IV - a segurança interna do País;
- V - a probidade na administração;
- VI - a lei orçamentária;
- VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais. (BRASIL, 1988).

As pedaladas fiscais estariam enquadradas em crimes contra a Lei Orçamentária, segundo o pedido de impeachment. Juristas, no entanto, dividem-se quanto à configuração das duas práticas como crimes de responsabilidade. Embora sejam consideradas irregulares, as pedaladas fiscais não configurariam delito suficiente para retirar a chefe de Estado do cargo, já que não houve apoderamento indevido de dinheiro público por Dilma Rousseff, além desses métodos serem utilizados nas esferas municipal, estadual e mesmo federal, em governos anteriores ao da presidenta eleita. Não sendo o objetivo deste trabalho a discussão sobre a pertinência jurídica do pedido de impeachment, não me aprofundarei no tema, deixando aqui apenas a pertinente análise de Menten sobre o assunto:

A afirmação de que os decretos, de modo geral, promoviam alterações na programação orçamentária estabelecida para 2015 é um tanto açodada, visto que as alterações que têm como fundamento a anulação parcial de outras dotações é um indiferente em relação à meta; assim como aquelas que decorrem se superávit financeiro. São indiferentes aquelas alterações de programação que simplesmente transferem recursos, visto que mantém a quantidade total de gastos autorizados, e a meta é estabelecida pela diferença entre o gasto realizado e o valor da arrecadação; somente o que amplia a autorização para gasto poderá implicar qualquer impacto à meta. (2016, p. 58)

Manifestações contra e a favor do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff acontecem em várias cidades brasileiras. Movimentos sociais, partidos políticos,

---

<sup>47</sup> Dois dias após a votação no Senado e o impedimento definitivo de Dilma Rousseff, os mesmos senadores tornaram as ‘pedaladas fiscais’ – antes crime de responsabilidade – procedimento permitido legalmente para o governo federal.

celebridades e meios de comunicação – embora estes de maneira velada<sup>48</sup> – tomam lados e vão também às ruas. Opiniões dividem-se. Confusões de ambos os lados apontam um desencontro de informação. Meios de comunicação começam a ter sua credibilidade questionada. Seria um novo golpe ou apenas um processo legítimo da democracia?

Em um domingo, transmitida em tempo real nacionalmente – não só na TV Câmara, como em diversas outras emissoras da TV aberta – a sessão do dia 17 de abril de 2016 decidiria o futuro do processo. Com 367 votos a favor, 137 contra, 7 abstenções e quase dez horas de duração, a sessão decide que o processo de impeachment tem a continuidade aprovada, segue para o Senado Federal e a presidenta é afastada, assumindo o vice-presidente ‘decorativo’<sup>49</sup> Michel Temer.

Houve enorme repercussão dentro e fora do Brasil quanto às motivações dos votos dados pelos deputados. Em vez de mencionarem as acusações de desrespeito à lei orçamentária, cerne do pedido do impeachment, os deputados deram seus votos baseados apenas em convicções pessoais, geralmente pouco republicanas e sem quaisquer fundamentos legais: “pela esposa Paula”, “pela filha que vai nascer e a sobrinha Helena”, “pelo neto Gabriel”, “pela tia que me cuidou quando era criança”, “pela minha família e meu Estado”, “por Deus”, “pelos militares de 1964” e “pelos evangélicos” foram algumas das justificativas utilizadas pelos deputados para aprovar o procedimento. Nem sequer eram obrigados a apontar as razões de seus votos, mas o fizeram, o que torna bastante sintomático o conteúdo desses discursos comprometidos com a defesa da família tradicional e de sua moral conservadora. (QUINALHA, 2016, p. 106)

O processo de julgamento no Senado dura pouco mais de quatro meses – de um tempo máximo de 180 dias. A presidenta Dilma Rousseff é convidada a depor no dia 29 de agosto. Em uma sessão de 14 horas – sem transmissão completa por nenhuma das emissoras privadas da TV aberta –, Dilma Rousseff respondeu às perguntas de senadores e denunciantes. Dois dias depois, o Senado Federal aprovou o impeachment da presidenta por 61 votos a favor e 20 contra<sup>50</sup>. Nenhuma emissora da TV aberta transmitiu o discurso de Dilma Rousseff

---

<sup>48</sup> Um dos jornais a declarar a posição foi O Estado de São Paulo. No dia 8 de abril de 2016, o editorial do jornal, intitulado “Impeachment é o melhor caminho”, apoia abertamente o impeachment contra a presidenta.

<sup>49</sup> No dia 7 de dezembro de 2015, Michel Temer enviou uma carta para Dilma Rousseff com um “desabafo” sobre o período em que ele estava no cargo. Reclamando de uma “desconfiança” da presidenta eleita em relação a ele e ao PMDB. Temer lista onze pontos para fundamentar essa afirmação. Na primeira, ele diz que foi apenas um “vice decorativo” durante o primeiro mandato da presidenta, perdendo todo o “protagonismo político que tivera no passado”. A carta completa está disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>>. Acesso em 20 jul. 2017.

<sup>50</sup> As senadoras e senadores, contudo, decidiram, no mesmo dia, por não suspender os direitos políticos da presidenta eleita, embora o usual seja a inabilitação para qualquer função pública por oito anos. Diante disso, Rousseff pôde confirmar a pré-candidatura ao Senado Federal pelo estado de Minas Gerais para as eleições de 2018.

após a decisão<sup>51</sup>. “Todo o rito democrático foi seguido, senhoras e senhores. O que se constitui agora é um “governo de salvação nacional”, alegam os usurpadores” (JIKINGS, 2016, p. 13). O golpe se concretiza<sup>52</sup>.

tentar me convencer  
de que tenho permissão  
para ocupar espaço  
é como escrever com  
o punho esquerdo  
quando nasci  
para usar meu direito  
- a ideia de encolher é hereditária (KAUR, 2017, p. 30).

---

<sup>51</sup> “Enquanto a ex-presidente lia a carta de despedida, a Globo exibia o filme *Flashdance*, de 1983, o SBT transmitia o programa Casos de Família. A Rede TV veiculava o programa A tarde é sua, apresentado por Sônia Abrão. A Record manteve na grade o folhetim Amor e intrigas. Apenas canais de TV paga veicularam a fala da ex-presidente”. Disponível em <[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2016/08/31/internas\\_viver,662841/tvs-ignoram-discurso-de-dilma-rousseff-apos-impeachment.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2016/08/31/internas_viver,662841/tvs-ignoram-discurso-de-dilma-rousseff-apos-impeachment.shtml)>. Acesso em 22 set. 2016.

<sup>52</sup> Deixo aqui meu posicionamento político explícito. Dilma Rousseff sofreu um golpe parlamentar. A partir deste ponto, irei me referir ao processo que deu fim a um governo legitimamente como o golpe que acredito ter sido. Não há espaço para hesitações nem neutralidades neste caso.

### 3 (O PROCESSO)

A marcha cadenciada e firme até o microfone apartava seu corpo de seu semblante. O olhar embotado era o de quem parecia despertar de um pesadelo. De quem emergia de um torpor. Diante do púlpito do Palácio do Planalto, às 20h30 da quarta-feira, a presidente Dilma Rousseff comandou: “Vem todos de uma vez”. (DILMA..., 2015)

Ser jornalista é, antes de tudo, contar estórias. “Poder-se-ia dizer que o jornalismo é um conjunto de 'estórias', 'estórias' da vida, 'estórias' das estrelas, 'estórias' de triunfo e tragédia” (TRAQUINA, 2005, p. 21). O fragmento citado beira o literário em sua descrição sobre um momento quase banal dentro de uma rotina de Chefa de Estado: o discurso público. Nele, Dilma Rousseff faz o primeiro pronunciamento após a aprovação de Eduardo Cunha do pedido de impeachment. Contudo, a carga dramática da qual se arma a repórter Flávia Tavares e o repórter Leandro Loyola indicariam, a uma leitora menos atenta, a presidenta eleita em um estágio bem mais avançado do tortuoso processo que, no entanto, ali apenas iniciava.

Dentro da construção da profissão, os jornalistas ainda reverberam uma das teorias mais antigas – e desatualizadas – dentro da ontologia que cerca esse ofício: a do jornalismo como espelho. Nela, acredita-se que “as notícias refletem a realidade, que os jornalistas são imparciais [...] e asseguram o trabalho de recolher a informação e de relatar os fatos, sendo simples mediadores que ‘reproduzem’ o acontecimento da notícia” (TRAQUINA, 2005, p. 149). A partir disso, são construídos o *ethos* e os valores do jornalismo – como objetividade –, e qualquer ataque a tal teoria significa um ataque à credibilidade jornalística. Contudo, “a disseminação da informação envolve valores, interesses, prioridades, visões de mundo, enquadramentos” (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 63).

A principal questão aqui é como a teoria do espelho ignora uma série de aparatos utilizados por jornalistas para a transmissão de fatos, sendo por isso contraposta por diversas autoras e autores ao longo do século XX. Entre os pensamentos que se contrapõem a essa conjectura – ou a complementam – irei destacar alguns de acordo com o livro *Teorias do Jornalismo*, de Nelson Traquina. Dentre as diversas teorias possíveis dentro da deontologia jornalística, as aqui abordadas foram destacadas por terem mais elementos que ajudam a pensar as reportagens a serem analisadas. Elas fornecem mais recursos teóricos para a discussão que irei fomentar a respeito da cobertura jornalística no período anterior ao impeachment – valendo para as publicações integrantes deste capítulo, mas podendo também

ser empregadas para a leitura de todo o *corpus* analisado nesta dissertação.

Dentre as teorias que rejeitam as notícias como espelho, estão as construcionistas, argumentando que é “impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os media noticiosos que devem "refletir" essa realidade, porque as notícias ajudam a construir a própria realidade” (TRAQUINA, 2005, p. 168-169). Isso não significa, porém, que elas seriam ficcionais ou invenções dos jornalistas responsáveis, mas sim que, embora correspondendo à realidade, esses materiais são construídos a partir de perspectivas específicas, por meio do olhar de alguém específico, não podendo, assim, serem consideradas como reflexo perfeito dos acontecimentos ocorridos. "Comunicar não consiste somente em fazer passar uma informação; é tentar mudar aquele a quem se dirige; receber uma comunicação é necessariamente sofrer uma transformação" (ZUMTHOR, 2007, p. 52). O jornalismo – e a mídia – deixa de ser espaço apenas de reflexão de uma suposta realidade “que existiria de maneira independente” (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 70), tornando-se espaço de construção dessa realidade a partir dos critérios que utiliza para a narrativa dos acontecimentos.

Inicialmente “dispositivos de representação do real”, os meios passam à categoria de “instâncias de produção das realidades”, para, finalmente, nesse segundo degrau da Mídiatização, converterem-se em “sujeitos organizadores da própria vida social e simbólica” (FAUSTO NETO, 2004, p. 25). “A mídia, a partir de então, não é mais concebida como suporte material ou um meio técnico, é antes tomada como dispositivo – como um lugar complexo constituído de materialidades e subjetividades que orientam, hierarquizam e co-determinam os sentidos”. (BAPTAGLIN; SANTI, 2018, p. 56-57)

A teoria construcionista serve também

como corretivo às teorias instrumentalistas que surgem com uma nova força nas décadas dos anos 70 e 80 e que contribuíram de forma significativa para a crescente onda de crítica dos media e do jornalismo que continua hoje de vento em popa. Nas teorias instrumentalistas há duas suposições: 1) o processo de produção das notícias envolve uma conspiração entre agentes sociais e 2) a intenção consciente de distorção é crucial na elaboração das notícias. Ao sublinhar a importância das rotinas profissionais que os jornalistas criaram com o objetivo de apenas levar a cabo o seu trabalho quotidiano a tempo e horas, as teorias construcionistas do jornalismo questionam as teorias de ação política e todas as análises que apontam para uma distorção intencional das notícias. (TRAQUINA, 2005, p. 172-173)

As teorias de ação política as quais Traquina (2005) se refere são aquelas nas quais os jornalistas são vistos apenas como instrumentos para atingir certos interesses políticos, que, segundo a versão da esquerda, “ajudam a manter o sistema capitalista” ou

“põem em causa o capitalismo”, segundo a versão da direita. As duas ideologias diferem quanto à forma dessa utilização dos media por parte do poder hegemônico, ou para contrapô-lo, agiria. Segundo a primeira, o jornalista é irrelevante, apenas um executor de um serviço a mando das elites, sendo conivente ou não com a situação; enquanto na segunda, os pressupostos são que “a) os jornalistas detêm o controle pessoal sobre o produto jornalístico; b) os jornalistas estão dispostos a injetar as suas preferências políticas no conteúdo noticioso” (TRAQUINA, 2005, p. 64). Nessa teoria, há um teor um tanto quanto determinista, mas nela é interessante discutir os poderes que se tensionam dentro da atividade jornalística.

São as relações a base para a teoria interacionista. Tendo como alicerce a “tirania do tempo” sob o jornalismo, ela percebe o papel essencial de negociação entre jornalistas e os atores sociais dentro dos diferentes campos. “Decorre desse fato que o acesso aos media é um poder” (TRAQUINA, 2005, p. 197). A relação com as fontes é ‘sagrada’ para os profissionais e, por isso, eles precisam do maior número de critérios para conferir maior confiabilidade, já que elas também são parte interessadas na produção e veiculação daquele material – desde que favoráveis a elas, claro. Traquina (2005) elenca três critérios que, segundo essa teoria, são guia na hora dos jornalistas escolherem as fonte: a autoridade, a produtividade e a credibilidade. Na primeira, o foco é a posição do interlocutor, já que “quanto mais prestigioso for o título ou a posição do indivíduo, maior será a confiança das pessoas na sua autoridade” (Idem), no que o autor chama de hierarquia de credibilidade. Na segunda, o que prevalece são os materiais e dados fornecidos pelas fontes para a produção da notícia. Por último, “as fontes devem ser tão credíveis que a informação fornecida exija o mínimo possível de controle” (Idem). Todos esses critérios são aplicados de forma que o trabalho jornalístico consiga atender às demandas de tempo, sem perder a credibilidade. Por conta desses critérios observados, a teoria interacionista

defende que as notícias são um aliado das instituições legitimadas. Devido à necessidade de impor ordem no espaço e no tempo, a 'estória' do jornalismo, no seu funcionamento diário, é descrita como sendo essencialmente 'estória' da interação de jornalistas e fontes oficiais. As fontes provêm, sobretudo, da estrutura do poder estabelecido e, por isso, as notícias tendem a apoiar o status quo. (TRAQUINA, 2005, p. 199)

O privilégio das fontes oficiais também é o pensamento norte das teorias estruturalistas. Nelas, os jornalistas “não se limitam a 'criar' as notícias, nem se limitam a transmitir a ideologia da 'classe dirigente' num figurino conspiratório” (TRAQUINA, 2005, p. 178-179). Os teóricos dessa linha de investigação acreditam que a produção de notícias é feita de maneira subordinada, pois “a sua relação estrutural com o poder tem o efeito de os fazerem

representar não um papel crucial, mas secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como que de direito, aos media como ‘fontes acreditadas’” (TRAQUINA, 2005, p. 179). Esse modelo cai, assim como as teorias de ação política, em um determinismo quanto ao jornalismo e aos próprios jornalistas. Contudo, todos os pensamentos aqui apresentados são interessantes para pensarmos esse ofício e como ele foi construído, até desembarcarmos na cobertura jornalística que é tema desta análise. “Afim, o jornalismo é um “contrapoder” ou um “poder” a serviço dos poderosos?” (TRAQUINA, 2005, p. 25)

\*\*\*

As atuais batalhas políticas não se ganham com bombas atômicas, mas com bombas midiáticas. A partir da realidade brasileira, essa afirmação se comprova à medida que a mídia, diuturnamente, interfere no jogo político não como coadjuvante, mas como protagonista. Aprofundar sobre essas e outras questões é fundamental para compreender o jogo midiático – acompanhado de seu viés político e econômico – e suas implicações na democracia brasileira, fruto de um projeto de pesquisa que está apenas começando. (GUAZINA; QUIRINO, 2018, p. 187)

A narrativa da mídia – e do jornalismo, particularmente – é, então, pensada, escrita e publicada como parte da construção de uma história específica, sobre uma perspectiva muito própria: a dominante. “É claro que o estudo do jornalismo põe em causa uma fé simples no mito do jornalismo como um contrapoder” (TRAQUINA, 2005, p. 200). O trecho que inicia este capítulo é também a introdução da reportagem da revista *Época* “Dilma Rousseff: uma presidente na clausura política”, do dia 5 de dezembro de 2015, primeira dentre as cinco que serão analisadas neste capítulo. Deixe-me explicar como irá funcionar. A cronologia ainda será guia – perdoe a repetição –, já que por meio dela será possível enxergar os meandros da estória narrada no decorrer do processo de impeachment/golpe. Quais os enquadramentos priorizados? Quais episódios merecem destaque? A partir de que olhar os jornalistas e as revistas repassam ao leitor os acontecimentos? De que lado o jornalismo está?

Seguem-se a essa primeira reportagem, outras quatro na seguinte ordem: “Impeachment não é guerra”, escrita pelo repórter Daniel Pereira e publicada na revista *Veja* no dia 9 de dezembro de 2015 (perceba que esta e aquela possuem poucos dias de diferença entre si e também entre elas e o dia em que o então presidente da Câmara iniciou o processo de impeachment); “Dilma vai à guerra contra o impeachment”, do dia 25 de março de 2016, na revista *Época*, com a assinatura das repórteres Talita Fernandes, Ana Clara Costa e Aline Ribeiro; “Os sete crimes de Dilma”, publicada no dia 30 de março de 2016 e assinada pelo

repórter, e também redator-chefe da revista *IstoÉ*, Sérgio Pardellas (que irá aparecer algumas outras vezes como responsável por reportagens analisadas); e, finalmente, “O último capítulo”, de Daniel Pereira e Robson Bonin, publicada pela revista *Veja*, no dia 20 de abril de 2016 (três dias após a votação da continuação do processo na Câmara dos Deputados).

Figura 1 – Capa da revista *Época* “Especial Impeachment: Ela resiste?”



Fonte: Revista *Época*.

A fotografia em fundo neutro coloca uma Dilma Rousseff de expressão altiva quase como resposta à pergunta que intitula a publicação – Ela resiste? A clareza da imagem permite ver todo o rosto da presidenta eleita, enquanto as rugas pronunciadas e o semblante sério dão o tom de uma personagem preocupada com os próximos episódios, contudo também pronta para um confronto, sem medos. A reportagem, intitulada “Dilma Rousseff: uma presidente na clausura política” – cujo trecho você leu no princípio deste capítulo – também tece elogios à chefe do Executivo. Diante do início do processo de impeachment, o texto enfatiza algumas das qualidades de Rousseff como em “Hoje, o maior capital de Dilma é a percepção da população de que ela não é corrupta” (DILMA..., 2015) ou “Quando se dedicou à política, Dilma conquistou o que precisava” (Idem). Contudo, é exatamente quanto a esse último ponto que a matéria se detém: a falta de talento de Dilma para política. Transcrevo:

Sua carreira se pavimentou no Executivo, em cargos de segundo escalão e, depois, como secretária de Estado e ministra. São funções em que um toca a máquina pública, o outro obedece. Se, por um lado, são tarefas que exigem

disciplina e um grau de competência, por outro não ensinam o delicado exercício da política, que pressupõe ouvir, debater, expor-se, vencer e perder. (DILMA..., 2015)

Entregue às bancas apenas dois dias depois da aprovação do seguimento do processo de impeachment, não há citação em nenhuma das páginas da reportagem principal o termo “pedaladas fiscais” – crime de responsabilidade do qual estava sendo acusada a presidenta – ou quaisquer explicações outras sobre a infração da Lei Orçamentária, também um dos argumentos utilizados para viabilizar a retirada de Dilma da presidência. Ao invés disso, transcorre uma narrativa sobre: mesmo com toda a “competência” que tinha para exercer cargos técnicos, falta a Rousseff o talento para política, e “o preço pela falta de apetite por política parece ter se tornado impagável nas últimas semanas. Dilma não consegue que sua base, formada, em tese, por mais de 300 deputados, evite as manobras de seus muitos e muitos adversários” (DILMA..., 2015).

O temperamento de Dilma também é citado como outro dos motivos para o isolamento no qual se encontra. “Presidentes, em geral, têm áulicos aos montes; Dilma tem pessoas temerosas dela, que concordam com tudo o que diz. Nas paragens de Brasília, impiedosas, Dilma carece de aliados reais” (Idem). Para a publicação – que decide por acrescentar ao texto uma série de conselhos à mandatária – é hora de Dilma “derrubar seu claustro”. Ainda de maneira sutil, a reportagem vai fazendo pequenas insinuações – que irão tornar-se mais fortes à medida que avançarmos cronologicamente na cobertura jornalística: a falta de poder político, até porque, segundo ela, “uma presidente da República com tão pouca força política é tão anormal quanto uma presidente que enfrenta um processo de impeachment” (Idem). As passagens, quase literárias reforçam uma tendência que irá se repetir dentre as outras quatro reportagens, que para Traquina não é exclusiva dessas reportagens, mas da maneira de produção no jornalismo.

Finalmente, outra característica da maneira de ver dos jornalistas é o gosto pelo drama. Como sublinha Paul Weaver (1975/1993), as notícias de imprensa e de televisão são muito semelhantes pelo fato de serem relatos melodramáticos. Existe entre os membros desta comunidade um gosto pelos detalhes mais espetaculares, um gosto pela retórica empolgante (o que não pode ser considerado como simplesmente sensacionalismo), um gosto pela polêmica e pelo conflito. (TRAQUINA, 2013, p. 47-48)

A carga dramática – e tangenciando o literário – é ponto comum entre a primeira reportagem de nossa linha do tempo e a segunda. Logo no início de “Impeachment não é guerra”, podemos ler sobre o impeachment: “É desse substrato típico das democracias que, espera-se, surgirá a força capaz de fazer o Brasil voltar a respirar” (IMPEACHMENT...,

2015). O impedimento que é definido pela mesma edição como “essencialmente político” passa a, no entanto, ser descrito também como um processo de salvação de um país que, aparentemente, ‘já não consegue respirar’. Mas, o Brasil será salvo de quem?

Reeleita a base de mentiras, Dilma foi obrigada a terceirizar o comando da economia. Depois, sem força no Congresso, aceitou transferir o timão da política para Lula e seus indicados. Dela já não emana o poder esperado de um governante. “Presidencialismo sem presidente vira uma esculhambação”, diz um antigo auxiliar de Dilma. A discussão do impeachment acabará justamente com essa esculhambação. (IMPEACHMENT..., 2015)

A falta de poder da presidenta eleita é novamente ativada – assim como na reportagem anterior – como motivação principal para a sua saída do principal cargo político do país. Contudo, novos elementos são trazidos para enriquecer a trama tecida cuidadosamente. O poder que já não emana da presidenta eleita é, então, demandado por outros três personagens: Lula, Michel Temer e Eduardo Cunha. Enquanto o primeiro é aliado, os outros dois são inimigos. Importante aqui fazer a ressalva que existe a narrativa criada pela mídia, assim como existe a narrativa criada como defesa da presidenta eleita – seja por meio de assessoria ou publicidade. As duas têm objetivos explícitos e não são inocentes quanto às metas a serem atingidas. Nenhuma é imparcial ou objetiva – embora a primeira se venda dessa forma. “As representações do mundo social difundidas pela mídia, que possuem um estatuto diferenciado diante do público (pois são lidas como “imparciais”, ao contrário do discurso político, que é interessado)” (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 63). Os dois modos de reapresentação dos mesmos acontecimentos interferem na maneira como isso é entendido pelo público – este também não é passivo e apto a fazer as próprias interpretações das informações recebidas –, contudo na análise que me proponho, apenas a jornalística é destacada.

Responsables por la difusión de las formas simbólicas fundamentales para la cultura moderna, los medios de comunicación, en lugar de reproducir los datos de la realidad, representan, a través del lenguaje, esa realidad, según opciones específicas, utilizando mecanismos que son propios y que pueden, en ciertos contextos, contribuir a la naturalización de las creencias, de los roles sociales o de interpretaciones ideológicas de la realidad, es decir, la prensa puede transmitir materiales que contribuyen a establecer o mantener, entre otros, los prejuicios y las relaciones de poder. (SGARBIERI, 2005, p. 152 *apud* MANO, 2014, p. 204)<sup>53</sup>.

---

<sup>53</sup> Responsáveis pela difusão das formas simbólicas fundamentais para a cultura moderna, os meios de comunicação, em vez de reproduzir os dados da realidade, representam, através da linguagem, essa realidade, de acordo com opções específicas, utilizando mecanismos que são apropriados e que podem, em certos contextos, contribuir para a naturalização de crenças, papéis sociais ou interpretações ideológicas da realidade, ou seja, a imprensa pode transmitir materiais que contribuem para estabelecer ou manter, entre outros, preconceitos e relações de poder.

Figura 2 – Capa da revista *Veja* “Impeachment”

Fonte: Revista *Veja*/Acervo Digital

Na capa da edição onde foi publicada “Impeachment não é guerra” no dia 9 de dezembro de 2015, há uma manutenção de um semblante sério. Contudo, a fotografia, que toma quase metade da página, está parcialmente nas sombras, tornando a percepção da expressão de uma Dilma Rousseff mais abatida e cabisbaixa do que a primeira capa aqui analisada. A publicação possui várias reportagens relacionadas ao processo de impeachment, embora tenha a matéria aqui analisada como a principal. Também só é possível ver o perfil da presidenta eleita – enquanto na primeira capa era possível olharmos para o rosto completo. Como conjunto, a capa desta edição passa uma sensação bem mais sombria do que a anterior aqui analisada, embora tenham apenas quatro dias de diferença.

Um último elemento importante de assinalar que está presente na reportagem é a tentativa de refutar o argumento de que o impeachment seria um golpe – principal estratégia de defesa da presidenta eleita. Segundo o texto, “o PT apoiou a campanha de impeachment de Fernando Collor de Mello. Mais tarde, repetiu a dose contra Itamar Franco [...] e Fernando Henrique Cardoso. Nesses dois últimos casos, o partido fracassou” (IMPEACHMENT..., 2015). Assim, nem o partido nem seus componentes estariam aptos a contrapor o impeachment alegando ser um golpe – mesmo que o impedimento da presidenta eleita não tivesse suficiente amparo judicial. A discussão sobre a legalidade ou não do impeachment não é levantada em nenhum momento do texto ou mesmo sobre um aprofundamento dos crimes

de responsabilidade supostamente cometidos por Dilma Rousseff. Ao contrário, assim preferem definir o processo: “Impeachment é remédio amargo, ou o mais amargo dos remédios contra uma autoridade pública, mas está regulamentado na legislação brasileira. Se há golpe em curso, como estrilam alguns petistas, é contra a inteligência alheia” (Idem). Ser previsto na Constituição é argumento único, sem a necessidade de nenhum outro acréscimo. “Em um golpe sem armas, sem tanques ou baionetas, Judiciário e imprensa são de fato os principais instrumentos de legitimação”. (SEMER, 2016, p. 90)

Figura 3 – Capa da revista *Época* “Dilma vai à guerra”



Fonte: Revista *Época*

A capa é desenhada sobre uma fotografia de Dilma Rousseff. A imagem é focada no rosto da presidenta eleita, fotografado de frente e bem de perto. A fotografia é em preto e branco. A expressão da presidenta eleita é séria e demonstra emoções como desagrado, preocupação ou raiva, dependendo da interpretação. A boca está puxada mais para o lado esquerdo e os olhos parecem olhar para baixo. Só é possível ver o rosto entre as sobrancelhas e a boca, já que o queixo é ocupado por um pequeno texto que acompanha a manchete principal. Há também uma edição simulando uma camuflagem de luta, com dois traços vermelhos – cor do Partido dos Trabalhadores – em cada bochecha. A manchete principal é “Dilma vai à guerra”. As manchetes secundárias, no topo da página, são escritas em vermelho e são elas: “Delação”; “Diplomacia” e “Desalento” – lidas da esquerda para a direita, ou seja, no sentido da leitura.

Na reportagem, “Dilma vai à guerra contra o impeachment”, o argumento da falta de poder para governar volta a aparecer: “Existem várias expressões para definir o governante que, em pleno mandato, por alguma circunstância dramática, perde a autoridade mínima para governar. A presidente Dilma Rousseff vive uma situação assim” (DILMA..., 2016). Contudo, faltando menos de um mês para a votação na Câmara dos Deputados, a matéria prefere destacar outro aspecto do procedimento: os argumentos da defesa. Para então, desmenti-los. Segundo as repórteres responsáveis pelo texto, há dois braços das estratégias defensivas de Rousseff: o parlamentar e o retórico. No primeiro, as negociações com parlamentares seriam o alvo, principalmente em reuniões com líderes de partidos para tentar atrair bancadas para o lado da presidenta. Nessa estratégia, também haveria um mapeamento dos votos flutuantes, ou seja, de deputados ainda indecisos quanto à decisão no momento da votação<sup>54</sup>. Um ponto interessante é que, ao relatar a reunião entre Renan Calheiros, então presidente do Senado, Lula e Dilma Rousseff, o texto assim referencia uma fala do primeiro “ao chegar ao Senado após encontro com os ex-presidentes” (DILMA..., 2016). Faltavam exatos 23 dias para a votação do prosseguimento do processo de impeachment na Câmara e mais de cinco meses para o afastamento definitivo da presidenta eleita.

A segunda estratégia de defesa, que o texto adjetiva de retórica, é a que a reportagem mais se detém. Nela, quatro mitos estariam sendo utilizados por Dilma Rousseff para tentar confundir e ludibriar a população brasileira. São eles: “Há um golpe em curso no Brasil”, o principal deles; “Não houve crime de responsabilidade”; “A oposição conspira contra a presidenta”; e “Há um complô jurídico contra Dilma”. Utilizei as aspas pois são esses os títulos de quatro boxes dispostos por entre o texto principal. Cada box tem como título “Mito” e depois dois pontos e as expressões citadas, junto a um pequeno texto explicando o suposto mito. Logo abaixo, em cada um dos boxes, há um título “Verdade”, onde a publicação, gentilmente, explica porque cada argumento utilizado por Dilma Rousseff é uma mentira.

É por apresentar a verdade que o jornalismo é imparcial; é por apresentar a verdade que ele serve à sociedade em geral, para além dos interesses específicos. A “verdade” a ser apresentada não consiste apenas na aderência a uma realidade objetiva que é narrada. Consiste, sobretudo, na determinação de quais aspectos dessa realidade merecem ganhar a atenção do público. (TRAQUINA, 2013, p. 70)

Não existe uma verdade a qual o jornalismo possa se atrelar. Existem diferentes perspectivas de um mesmo acontecimento. Em teoria, os jornalistas deveriam prezar por

---

<sup>54</sup> Para referenciar este último método, a publicação usa a seguinte referência: “A estratégia é conhecida – a mesma empregada por Frank Underwood na série de TV *House of cards*”.

integrar, em uma mesma notícia, o maior número possível de ângulos, mesmo sabendo que não dará conta de todos, no que Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel chamam de *pluralismo da mídia*. O conceito discute que, sendo “o discurso da mídia um espaço privilegiado de disseminação das diferentes perspectivas e projetos dos grupos em conflito com a sociedade” (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 64), seria momento para que os ouvintes, leitores e/ou telespectadores pudessem ter acesso a “valores, argumentos e fatos que instruem as correntes políticas em competição e que possam, assim, formar sua própria opinião política” (Idem). Contudo, não é isso que acontece. Há uma multiplicidade sim de vozes, mas o discurso é o mesmo. “A imparcialidade reforça a opressão ao transformar o ponto de vista de grupos privilegiados em uma posição universal” (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 66). Nesse caso, a publicação reveste um lado como a verdade e o outro como mito, sem permitir nenhuma discussão sobre os argumentos e contradições colocados por ambos.

Durante a campanha pela derrubada da presidenta eleita, as regras básicas do jornalismo foram mandadas às favas. A noção básica de “ouvir o outro lado” foi liquidada. Os acusados não tiveram direito a voz nas mídias golpistas. Os programas de “debates” receberam por meses apenas aqueles convidados que se dispuseram a emitir declarações contra o governo; intelectuais, artistas e políticos de esquerda foram vetados em jornais, revistas e emissoras de TV e rádio. (FERREIRA, 2016, p. 100)

No texto principal, todos os quatro “mitos” também são citados, e ‘desmentidos’, contudo a ênfase recai em uma deslegitimação do termo golpe, já que o impeachment é “um processo democrático previsto na Constituição brasileira” (DILMA..., 2016). A prerrogativa estaria incorreta já que, no caso da saída da presidenta eleita, quem assumiria seria seu vice, Michel Temer. Segundo a reportagem, Dilma estaria tentando dissociar as “pedaladas fiscais” do termo crime de responsabilidade, mas em nenhum momento a publicação entra em detalhe sobre essas temáticas. A publicação também ressalta a “angústia com o momento político” que Dilma tentava esconder em um discurso, no qual tentou manter o senso de humor, mas acabou exaltando-se, como relata neste trecho:

A certa altura, em tom emocional, Dilma começou a dar explicações daquilo que diz não ter feito. “Dirijo-me a vocês com a consciência tranquila de não ter cometido qualquer ato ilícito, qualquer irregularidade que leve a caracterizar crime de responsabilidade.” Até que se exaltou e ergueu o tom. “Condenar alguém por um crime que não praticou é uma injustiça brutal, uma ilegalidade. Já fui vítima dessa injustiça uma vez, durante a ditadura. E lutarei para não ser vítima de novo em plena democracia. O que está em curso é um golpe contra a democracia”. (DILMA..., 2016)

Na reportagem “Dilma vai à guerra contra o impeachment”, pouco se discutiu os

crimes de responsabilidade supostamente cometidos por Dilma Rousseff, o qual é o assunto foco da matéria “Os 7 crimes de Dilma” (sete pecados capitais?), da revista *IstoÉ*, publicada cinco dias depois. Nesta edição, todos os elementos textuais encontram-se na metade superior da página. Na metade inferior, apenas uma fotografia do pescoço para cima da presidenta eleita. Embora haja muito espaço, a imagem fica centralizada, numa dimensão pequena, deixando muito espaço, dos lados esquerdo e direito, para serem preenchidos pelo fundo escuro. A imagem é em preto e branco (deixando a capa ainda mais sombria). Nela, o semblante de Dilma está sério e preocupado. Embora o rosto esteja virado para frente, o olhar está focado em algum ponto embaixo, não sendo possível ao observador encarar diretamente a presidenta.

Figura 4 – Capa da revista *IstoÉ* “Os 7 crimes de Dilma”



Fonte: Revista *IstoÉ*/ Facebook

Ao ser salva como documento, a reportagem “Os 7 crimes de Dilma” possui 15 páginas. Destas, quatro foram utilizadas, exclusivamente, para resumir os sete crimes, já descritos durante o texto principal, praticados por Dilma Rousseff ao longo de seu segundo mandato presidencial. Contudo, do pedido para impedimento da presidenta eleita, só foram aceitos dois crimes por Eduardo Cunha para dar início ao processo. De onde surgiram os outros cinco?

Para a Polícia Federal, Ministério Público e Justiça Eleitoral há fortes indícios de que Dilma tenha cometido ao menos sete crimes só neste

mandato: o de responsabilidade, improbidade administrativa, extorsão, falsidade ideológica, desobediência, o de responsabilidade fiscal e eleitoral. (OS 7 CRIMES..., 2016)

Indícios talvez seja a palavra-chave aqui. Recorramos ao dicionário: “Sinal, vestígio, indicação” (FERREIRA, 2004, p. 414). Faltando menos de um mês para a votação na Câmara – e com diversas manifestações acontecendo pelo País – a revista *IstoÉ* resolveu julgar um crime ainda em investigação por meio da escrita. “A mais significativa das alterações foi a que fulminou com a presunção da inocência – permitindo execução de pena antes do trânsito em julgado da condenação” (SEMER, 2016, p. 92). A construção do real a que se referiam as teorias construcionistas mencionadas no início deste capítulo cabem nesse caso, como se feitas para ele. “Os julgamentos e valores que organizam a experiência são confirmados, (re)produzidos e transformados pela mídia” (BIROLI, 2010, p. 277). Todas essas alegações, mesmo que não incluídas dentro do processo jurídico-político em tramitação, ganham força ao chegarem tanto ao público como aos próprios políticos votantes, ou seja, a confirmação de que não é um golpe, de que não fazem parte de um processo ilegítimo.

Em 1964 e nos anos seguintes, jornais e emissoras de TV e rádio referiam-se ao golpe militar como “revolução”, “movimento” ou “restauração democrática” e negavam a existência de um golpe. Agora, dizem “impeachment”. Negar o golpe é essencial para a construção simbólica dos golpistas. (FERREIRA, 2016, p. 100)

Figura 5 – Capa da revista *Veja* “Fora do baralho”



Fonte: Revista *Veja*/ Acervo Digital

A última reportagem analisada tem um nome bem emblemático: “O último capítulo”. Publicada três dias depois da votação do prosseguimento do impeachment pela Câmara, a matéria antecipava em quatro meses o suposto episódio final dessa narrativa: o dia 31 de agosto de 2016, quando a presidenta eleita foi definitivamente afastada do cargo pelo Senado – assumindo o vice, Michel Temer. Contudo, para a cobertura jornalística que ali se delineava, não havia chances outras e o golpe pretendido já estava consolidado. Se nas quatro reportagens anteriores houve a construção de uma série de argumentos para a saída imediata de Dilma Rousseff da presidência da República, o tom desta última reportagem é de conciliação – numa procura por voltar a unir depois da polarização política incentivada pela própria mídia – e de, até mesmo, negação de alguns dos argumentos utilizados anteriormente, como neste trecho:

O resultado não é reflexo das pedaladas fiscais, a muleta jurídica empregada para justificar o pedido de impedimento, mas do conjunto da obra: dos casos de corrupção envolvendo o PT e seus aliados aos dados catastróficos da economia, como a inflação de dois dígitos, o aumento do desemprego e o crescimento do número de famílias endividadadas. (O ÚLTIMO..., 2016)

A narrativa criada tendo como base a Constituição cai, então, por terra. Eram interesses outros que norteavam um processo que não foi legítimo em nenhum momento. Para encerrar esta análise, gostaria de contrapor duas visões um tanto quanto antagônicas quanto à influência dos media. Em artigo que discute a influência da mídia no processo de mobilizações populares pró-deposição de presidentes, Castro e Côrrea (2018) afirmam que

As grandes manifestações cívicas pró-deposição presidencial ao longo de 53 anos de história política brasileira são produtos midiáticos; organizados por entidades de representação popular, não necessariamente emanadas do povo para o povo. [...] A participação política é pautada pelos grandes veículos de comunicação e classificada deliberadamente conforme o momento que se apresenta. Trata-se aqui não de uma participação popular espontaneamente organizada, mas de um agendamento da participação que obedece a uma estrutura funcional determinada pela relação entre forças coercitivas. (p. 270)

Contudo, Telles (2016) contrapõe afirmando não ser apenas a recepção do conteúdo da mídia e do jornalismo que faz com que aconteça a legitimação pretendida pelos veículos, pois, ao “compararem os fatos narrados com a sua realidade, podem simplesmente descartar o noticiário” (TELLES, 2016, p. 119). Segundo a autora, é necessário entender que os grupos que receberão as informações não são homogêneos, possuindo interpretações e assimilações da cobertura realizada de maneira diversa. “Os sujeitos não são atores isolados e com memória limitada, não são apenas consumidores de informações e atribuem

responsabilidade ao governo e aos partidos políticos de acordo com as suas predisposições” (TELLES, 2016, p. 120). Assim sendo, a influência da cobertura realizada pelas três revistas que analisamos, agora, estão de acordo com predisposições do leitor/receptor.

A cobertura política negativa da corrupção tem tido maior peso para alterar as atitudes das classes médias, pois, alguns fatores, como as políticas sociais e a sensação de bem-estar econômico, puderam funcionar como elementos de resistência à cobertura da imprensa, em outros setores da população. [...] A explicação para a competência que a questão da corrupção teve para organizar os protestos reside menos na exposição desse assunto nos meios de comunicação e mais no crescimento de um perfil ideológico de direita, desejoso de uma referência negativa ao governo. (TELLES, 2016, p. 119-120)

Eu arriscaria dizer que, dentre as duas visões contrapostas, talvez a mais correta seja a junção entre ambas. Amparada pela Constituição, a cobertura jornalística realizada pelas cinco reportagens aqui analisadas – em conjunto às capas de suas publicações – unem-se para legitimar um processo carente de bases legais efetivas. Um processo de julgamento político que já tinha sentença bem antes de possuir crimes – e que possui muito mais crimes, baseados unicamente em informações jurídicas sem devida referencialidade. O golpe é também midiático.

#### 4 (MULHER)

De quantas partes é feita uma identidade<sup>55</sup>? Nome, idade, profissão, nacionalidade. Gênero (ou seria sexo?), cor, classe social, escolaridade, religião, orientação sexual. Número de Registro Geral, de Cadastro de Pessoa Física, de passaporte, de habilitação. Humano, bípede, mamífero, *homo sapiens*. Quantos são os elementos que atravessam cada ser até formar nele aquilo que será singular? Quais são os elementos que atravessam cada ser até compor uma combinação nele que apenas a ele pertence? “As identidades são multicausais, multidirecionais, liminares; os traços nem sempre são claros” (PUAR, 2013, p. 30).

Identidade é um substantivo feminino que se refere a caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa (AURÉLIO, 2004, p. 400). Contudo, cada caractere é também compartilhado. A combinação deles faz a cada uma de nós – habitantes do Planeta Terra e designados como seres humanos – únicas. Mas cada elemento é parte também de um coletivo, um compartilhamento entre muitas. Esses diferentes começam, então, a criar categorias próprias e separadas. O negro, a mulher, o pobre, o umbandista, o homossexual. Essas serão chamadas identidades.

A heterogeneidade de tantos corpos passa a ser diferenciada e catalogada em diferentes e generalizantes identidades coletivas. “Desse ponto de vista, a homogeneidade dos discursos que acompanham as identidades oprime os indivíduos porque os obriga a adequarem-se à coletividade” (FIGUEIREDO, 2015, p. 162). A singularidade versus a coletividade. Deveria a identidade que apenas a mim pertence sobrepujar a identidade que nomeia um coletivo que a mim une-se por alguma característica ou vivência em comum? E de que forma as identidades historicamente subjugadas e reprimidas nas estruturas de poder que formam a sociedade devem colocar-se dentro dessa binariedade?

Apesar da força de proliferação dessas categorias analíticas, o estímulo a separar, isolar ou considerar distintos os problemas que designamos sob a teoria de classe, teoria de gênero, teoria lésbica e teoria de raça – *ad infinitum* – carrega consigo o poder de ofuscação. Esses sistemas podem ter uma certa quantidade de integridade em si e por si mesmos, mas também dependem uns dos outros, reinventam uns aos outros, têm implicações uns sobre os outros, ecoam uns nos outros, usurpam-se mutuamente, constituem-se mutuamente. Em poucas palavras, sua relação é bem confusa, e não

---

<sup>55</sup> Identidade possui uma grande genealogia dentro das ciências sociais e humanas. Não me proponho aqui a resgatar toda essa genealogia e seus inúmeros tensionamentos. O diálogo que faço a partir deste conceito é com as teorias e teóricas que falam de gênero. Essa é apenas uma dentre as muitas possibilidades de se pensar identidade, mas aqui não teremos espaço para ampliar essa discussão.

aderem às formas perfeitas que nós, emolduradores conceituais, gostaríamos que aderissem. (CHANTER, 2011, p. 59)

Sendo filósofa da linguagem, a estadunidense Judith Butler (2003) irá refletir sobre como as categorias denominadas identidades foram discursivamente determinadas. Influenciada pela teoria de Michel Foucault a respeito desse conceito, a autora enxerga a identidade como resultado da imposição de normas disciplinares nos corpos subjugados e da reprodução pelas próprias subjugadas das normas que as encarceram. Como abarcar as multiplicidades dos sujeitos dentro de categorizações pré-definidas? A generalização seria, então, parte do discurso do dominante que se faria completo ao utilizar da própria dominada para perpetuar a opressão por meio de identidades. Tina Chanter (2011) assinala, convergindo ao pensamento de Butler (2003), sobre como se daria um fluxo que torna o discurso da subjugada parte do discurso subjugador:

O exercício de poder não é somente negativo, proibitivo ou repressivo, mas também produtor de conhecimento. Ele prepara os sujeitos como disponíveis para a reestruturação e disciplina de acordo com funções reguladoras das normas sociais. (CHANTER, 2011, p. 66)

Nesse ponto, preciso fazer uma pausa urgente. Até esse momento, explanei sobre os pensamentos de uma estadunidense que se referencia, ao pensar identidade, a um francês. Ela expõe aspectos da teoria *queer*, conceito que sai das ruas dos Estados Unidos para tomar a universidade. Percebe que, até o presente momento, estivemos apenas do lado de lá da linha do Equador? Seria possível apenas aplicar, sem nenhuma adaptação, as críticas à identidade vindas do Norte colonizador para o contexto específico do Sul? Teria os Estados Unidos de Butler os mesmos elementos que formam o pensamento acadêmico do Brasil? Acredito que não. Numa sociedade patriarcal, racista, elitista, cis e heterossexista, como a brasileira, a quem servem as teorias não-identitárias?

Quer dizer, em contexto particularmente misturado em que o Estado é caracterizado pela falta de respeito aos direitos das minorias, da sexualização das mulheres nas narrativas da identidade nacional e desrespeito à cidadania, o modo ainda eficaz para obtenção de direitos tem sido através da articulação coletiva e da mobilização política formuladas em termos identitários. (FIGUEIREDO, 2015, p.160)

Não irei aqui me posicionar de um lado ou de outro – se você esperava por isso, deixo claro meu desapontamento por frustrar. Ao contrapor pensamentos que vão em linhas contrárias sobre um mesmo conceito – aqui, identidade –, não pretendo encerrar a discussão apontando a direção correta a seguir a partir daqui. São exatamente as desavenças que me interessam. Os paradoxos e contradições parecem mais interessantes de observar do que as

certezas e caminhos seguros. Não procuro certo e errado, procuro antes aquilo que se esconde enquanto buscamos respostas finalizadas. Os nuances me interessam mais.

A homogeneização de sujeitos únicos, perante categorias anteriores a eles, contribui para que a subalterna prossiga como “efeito do discurso dominante” (SPIVAK, 2014, p.25), sendo ela mesma perpetuadora de sua condição. Insurgir contra essa identidade generalizada talvez seja sim a solução mais apropriada para fugir do controle dos corpos a que estão sujeitos os seres inferiorizados pela estrutura social, como Butler (2003) sugere ao pensar a implosão do conceito de identidade e a desconstrução completa dessas categorias.

A brasileira Angela Figueiredo escreve uma *Carta de uma ex-mulata à Judith Butler* para concordar com a filósofa estadunidense sobre as limitações que a identidade encontra como conceito universalizante de corpos heterogêneos. Contudo, ela contrabalança essa concordância com discordâncias relevantes. É por meio da politização dessas identidades que é possível “retirar os sujeitos discriminados do isolamento a que foram submetidos historicamente” (FIGUEIREDO, 2015, p. 163). Por isso, para Figueiredo (2015), seria essencial analisar as questões trazidas por esse conceito a partir dos “contextos em que o discurso sobre a identidade e a diferença são destacados” (FIGUEIREDO, 2015, p. 166), já que, mesmo previamente estabelecidas, “as identidades são dinâmicas, são reinventadas” (FIGUEIREDO, 2015, p. 162).

Os corpos são atravessados por muitos caracteres, que, formando a sua unicidade, são também aqueles que os fazem compartilhar identidades com outros corpos. Subverter essas identidades é subverter um sistema que pretende o corpo dominado sempre como ser generalizado. Acolher essas identidades é ressignificar categorias utilizadas como formas de opressão e lutar contra estruturas hegemônicas. Talvez, e isso é apenas um palpite, Jasbir Puar esteja certa ao dizer que, ao pensar identidade(s), o mais interessante seria “ter foco nos padrões de relações – não nas entidades propriamente ditas, mas nos padrões nos quais elas se arranjam uma com as outras – não uma junção, mas um agenciamento” (PUAR, 2013, p. 362).

\*\*\*

"Que o problema não é ser humano, mas especificamente um ser humano do sexo feminino" (ADICHIE, 2015, p. 43).

O que é ser mulher? Sempre tento fugir dessa pergunta, mas a ela sempre volto. Como definir essa identidade que em mim é antes organicidade, é antes essência? Como entender esse termo para além da significação do dicionário? Ao pensar sobre mulher, sempre esbarro em outro termo, talhado pela mineira Conceição Evaristo e descoberto por mim com a leitura de *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*<sup>56</sup>: escrituragem. Escreverei sobre mulher e delinearei aqui caminhos possíveis para um termo que foi para mim vivência muito antes de ser teoria. Escreverei sobre mim e sobre outras, mas será que escreverei mesmo sobre alguém? Escreverei sobre a mulher real ou sobre o esvaziamento dessa mulher pela palavra? Diga-me você.

Talvez o primeiro ponto a considerar aqui seja que sou – somos –, antes de tudo, mulher. Assim aqui me apresentei há apenas alguns instantes, mas bem antes de tomar para mim esta identidade que sempre foi minha – dada por outros – eu já era, antes de tudo, mulher. Uma identidade que é também marcação de um lugar em uma sociedade construída por e para homens. “Somos mulheres, e este não é um predicado entre outros, é nossa definição social” (GUILLAUMIN, 2014, p. 29). Collete Guillaumin (2014) demarca isso ao pensar nesse hábito linguístico que, tomado quase como natural, passa despercebido. Um ato de “mencionar os atores sociais mulheres prioritariamente por seu sexo” (Idem), omitindo, recusando ou secundarizando nomeações profissionais, políticas ou de qualquer outra ordem, pois “o resto é acessório e – como nos dão a entender – não conta” (Idem); ao passo que aos homens as qualificações dessa ordem bastam para designá-los, sem a necessidade do acréscimo quanto ao gênero ao qual foram designados. Simone de Beauvoir faz colocação semelhante, ao explicitar que

se quero definir-me, sou obrigada inicialmente a declarar: "Sou uma mulher". Essa verdade constitui o fundo sobre o qual se erguerá qualquer outra afirmação. Um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é evidente. É de maneira formal, nos registros dos cartórios ou nas declarações de identidade, que as rubricas, masculino, feminino, aparecem como simétricas. A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois polos. O homem representa a um tempo o positivo e o neutro. (2016, p. 11)

---

<sup>56</sup> EVARISTO, Conceição. **Insubmissas Lágrimas de Mulheres**. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2016. 140p.

A característica fundamental de um corpo designado como feminino seria, então, ser mulher. “Ora, não se trata de um dado, é uma construção sobre a qual nos dizem incessantemente que devemos nos ater. Não é o começo de um processo (um ponto de partida, como nós acreditamos), é o fim, é um desfecho” (GUILLAMIN, 2014, p. 29). Uma mulher nunca passa de uma mulher. Contudo, quem designou assim? Quais elementos ajudaram na elaboração do que viria a ser essa mulher? Que diferenças existem entre a Mulher e as mulheres? São questões complexas e é cada vez maior a literatura que tenta dar conta disso. Nas próximas páginas tentarei, com óbvias limitações, delinear essa identidade.

Mulher é um ser do sexo feminino, tal qual mencionei o significado descrito no dicionário em (Escrevivência)<sup>57</sup>. Uma denominação, a princípio, biológica. Uma criança nascida com órgãos genitais e sistema reprodutor feminino, assim como os cromossomos XX, seria, então, designada, menina. E vice-versa. A anatomia seria fundante de uma concepção e de um estar no mundo: o gênero. A partir dos desígnios da Natureza, homens e mulheres saberiam como se portar, quais suas funções primordiais, quais seus talentos, qual o seu lugar. O sexo precederia o gênero – sendo o último ocasionado pelo primeiro –, sendo aquele do domínio do natural, sem qualquer interferência humana.

O sexo é considerado algo dado: presume-se que os corpos masculinos e femininos existem em si e por si, com a distinção "biológica" entre masculino e feminino servindo como uma base estável sobre a qual podem ser mapeados, com relativa equanimidade, os conceitos "sociais" ou comportamentais da masculinidade e da feminilidade. (CHANTER, 2011, p. 142)

A biologia é, entretanto, também campo do social. “Talvez seja impossível tratar qualquer problema humano sem preconceito: a própria maneira de abordar as questões, as perspectivas adotadas pressupõem uma hierarquia de interesses: toda qualidade envolve valores” (BEAUVOIR, 2016, p. 25). Não há, então, como considerar as conceptualizações dessa ciência como se houvesse um campo que envolva o humano que não seja atingido pela cultura. Não há “uma posição a partir da qual nós possamos explicar os corpos como se eles estivessem de alguma maneira em si e por si mesmos fora da matriz cultural” (CHANTER, 2011, p. 53) ou do “‘lado de fora’ da cultura na qual nós possamos ficar como sujeitos pré-culturais” (Idem). O discurso sobre sexo é também condicionado a forças hegemônicas, assim como aos contextos sociais e históricos nos quais foram desenvolvidos. “Não há descrição, dita objetiva, que não se erga sobre um fundo ético. Em vez de tentar dissimular os princípios

---

<sup>57</sup> Ver página 11.

que se subentendem mais ou menos explicitamente, cumpre examiná-los” (BEAUVOIR, 2016, p. 25).

Talvez um exemplo emblemático disso seja o que Chanter (2011) descreve sobre a mudança quanto ao modelo de diferença sexual. Anteriormente, era um discurso sobre a relação anátomo-fisiológica de inversão – a mulher sendo uma versão não desenvolvida do homem – que guiava as teorias sobre a diferença entre os dois sexos. A anatomia da mulher era pouco estudada e o primeiro esqueleto feminino só teve uma representação detalhada em 1799, já que antes disso era considerado desnecessário representá-lo de maneira independente, pois o corpo da mulher seria apenas uma versão invertida e interna da anatomia masculina (CHANTER, 2011). Apenas no final do século XVIII e início do século XIX, ganha força a teoria do *two-sex-model* ou dimorfismo sexual – uma teoria baseada na ideia de que existem dois, e apenas dois, sexos e que seriam ‘naturalmente’ diferentes e complementares –, justamente quando “a igualdade dos sexos foi colocada na agenda política” (CHANTER, 2011, p. 80). Essa mudança tão significativa, ocorrida num período já tão próximo do qual nos localizamos, ilustra que “não podemos presumir que aquilo que constitui o corpo, ou o sexo, tenha limites fixos no espaço, estáveis ao longo do tempo, ou imunes à mudança social e política” (Idem).

O mais sintomático de tudo isso talvez seja o quanto a teoria do dimorfismo sexual, ou modelo dos dois sexos, já está cristalizada dentro da estrutura social, sendo considerada verdade absoluta, fundada nas regras da Natureza. “Se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa várias vezes, ela se torna normal” (ADICHIE, 2015, p. 16). Esse novo discurso ampara-se solidamente sobre qualidades visíveis do corpo, a partir – vejam só! – dos esqueletos diferenciados, mas também das características microscópicas, como questões hormonais e a diferenciação cromossômica.

A lógica é a seguinte: nós postulamos um fundamento ostensivamente natural a partir de um ponto de vista já sempre cultural, e depois começamos a agir como se ele sempre estivesse lá, como se fosse alguma essência ou ideal platônico necessário e imutável, preexistente a nós, eterno em sua veracidade. (ADICHIE, 2015, p. 52)

É necessária urgente correção na lógica de pensamento. Não há precedência do sexo em relação ao gênero, nem é o primeiro aquele que determina o segundo. “O gênero, em vez disso, é a maneira como organizamos o sexo” (CHANTER, 2011, p. 53). Não devemos cair no erro de colocar qualquer um dos dois conceitos como essencialmente sequencial, porém a estrutura patriarcal de diferença sexual coloca os discursos sobre ambos em conjunto, num efeito de causalidade e reciprocidade, assim como de naturalização. É impossível, então,

num sentido teórico dissociar a construção cultural dos dois termos, pois ambas as normas foram pensadas como forma de controle do corpo feminino – e mesmo de regulação do masculino (embora com consequências bem menos desastrosas).

E, em verdade, basta passear de olhos abertos para comprovar que a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses, ocupações são manifestamente diferentes; talvez essas diferenças sejam superficiais, talvez se destinem a desaparecer. O certo é que por enquanto elas existem com uma evidência total. (BEAUVOIR, 2016, p. 11)

A materialidade do corpo, seja ele qual for, é organizada, então, a partir de uma classificação com fundamentações ‘biológicas’ e designada para um conjunto de normas que “preexistem a nós, e reagimos a elas, negociando um mundo que inclui expectativas de gênero muito antes que possamos aprender a codificar essa negociação sob a forma de discurso” (CHANTER, 2011, p. 10). Costumes, tendências, crenças, hábitos e preconceitos sociais vão delimitar o papel de cada um dos gêneros na sociedade e, portanto, seus limites de atuação. “O gênero é sempre já vivido, gestual, corporal, culturalmente mediado e historicamente constituído” (CHANTER, 2011, p. 9).

É importante notar aqui que essa construção do comportamento conforme um gênero compulsório é precisamente a construção de um corpo: um timbre de voz, um jeito de andar, um regime de vestimenta. A polícia do gênero é muito significativamente uma polícia da sensorialidade, da performance do corpo. Trata-se de um policiamento simbólico, moral e fisiológico; uma construção discursiva tanto quanto física. (ASSUMPCÃO, 2011, p. 48-49)

A construção de um corpo. Penso – em meus devaneios e leituras sobre sexo *versus* gênero – que existem muito mais meandros a serem investigados<sup>58</sup>, muitas possibilidades outras a serem vistas e limites a serem superados. Fluídos e maleáveis, como diz Chanter (2011), os conceitos de gênero e sexo são, no entanto, construídos solidamente por uma sociedade cis-heteronormativa, onde as palavras ganham novas tonalidades por meio de um poder formado por homem-heteros-brancos-cis. Infelizmente, não poderei me deter aqui nessas inúmeras possibilidades. Sem poder dar conta de questões outras, faço apenas a ressalva que a descrição aqui feita a respeito da construção da figura da ‘Mulher’, amparada pelas normas de gênero, cabe muito mais à mulher cis – aquela que, designada mulher ao nascer, ainda assim identifica-se – do que a outras identidades de gênero. Na investigação que aqui proponho, portanto, é necessário o entendimento dos conceitos de gênero e de sexo como

---

<sup>58</sup> Muitas são as autoras que prosseguem tencionando os estudos de gênero e expandindo os entendimentos de tal conceito. Dentre as quais, destaco Jota Mombaça (2017), Michele Mattiuzzi (2016) e Judith Butler (2003).

“um campo de diferença estruturada e estruturante” (HARAWAY, 1995, p. 29), elaborados como forma de controle a um gênero específico: o feminino. Assim,

a mulher não poderia ser considerado apenas um organismo sexuado: entre os dados biológicos, só têm importância os que assumem, na ação, um valor concreto; a consciência que a mulher adquire de si mesma não é definida unicamente pela sexualidade. (BEAUVOIR, 2016, p. 83)

O objetivo é, então, a concretude das normas. Mas, de que maneira(s)? A construção da figura de uma Mulher é modo como a ideologia dominante busca não só fazer mulheres aderirem às normas de gênero, mas também modelo no qual todas aquelas designadas assim ao nascerem devem se encaixar. Essas regras não servem às mulheres, como aos homens, apenas para estabelecer os papéis sociais e comportamentos que uma sociedade pré-estabelecida espera que estas mantenham. Elas são construídas, sim, para hierarquizar homens e mulheres, sendo as últimas sempre inferiores aos primeiros, por razões diversas – cada período tem sua própria maneira de explicitar o porquê da opressão feminina, em uma atualização dos roteiros (TAYLOR, 2013). “Temos um mundo cheio de mulheres que não conseguem respirar livremente porque estão condicionadas demais a assumir formas que agradem aos outros” (ADICHIE, 2017, p. 49). Agradar é talvez um termo demasiado eufemístico, contudo a respiração prossegue presa em uma sociedade pensada para submeter as mulheres a uma posição sempre inferior – utilizando todos os meios para isso.

Como exposto, o sexo e gênero são conceitos criados culturalmente e, a partir de um poder hegemônico, tendo como objetivo a hierarquização entre duas categorias criadas para seres humanos, uma necessariamente estaria sujeita a outra. O argumento vindo da biologia coloca a discussão como pautada no natural, portanto numa lógica anterior e sem interferências alguma dos homens (aqui não utilizado como plural para toda a humanidade – como usualmente em escritos outros –, mas apenas como aqueles pertencentes ao gênero masculino). Essa narrativa não só cria um subterfúgio para opressão, como a coloca como sendo algo completamente fora da alçada de quaisquer mudanças, pois seriam interferências na Natureza. Nesse ponto, a construção discursiva ganha importância, ao solidificar as “imparciais” e “neutras” descobertas científicas.

“A mulher pertence à categoria inferior não por decisão construída histórica e socialmente, mas sim por desígnios superiores”, eles dizem. Atrelam, então, os argumentos naturais a um discurso que nega a mulher como sujeito<sup>59</sup>. Simone de Beauvoir, em um

---

<sup>59</sup> Nesta pesquisa, os conceitos de sujeito e Outro são pensados a partir dos escritos e investigações de Michel Foucault, principalmente na obra: FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

momento marcadamente otimista do livro *Segundo Sexo*, afirma que “nenhum sexo se apresenta inicialmente como privilegiado. Nenhum é sujeito” (2016, p. 289). Contudo, ela mesma havia colocado algumas páginas antes que “a história das mulheres foi feita por homens” (2016, p. 186). As ideias da pensadora francesa podem parecer paradoxais, mas a linha de raciocínio é simples: nenhum dos gêneros é, por quaisquer motivações que sejam (naturais ou não), um sujeito *a priori*, porém a narrativa do mundo – aplicada a homens e mulheres, portanto – foi criada pelos primeiros. É nesse ponto que reside seu privilégio. Não há um sujeito legítimo determinado por leis superiores. Assim, tendo o poder de criação do discurso, o homem decide que se colocará nesse patamar. Portanto, a mulher passa a ser determinada “em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é inessencial perante ao essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 2016, p. 12-13).

De uma das categorias possíveis de gênero – pensando aqui em uma construção binária –, a mulher passa a ser encarada a partir de dois aspectos distintos, porém complementares: o de objeto e o de Outro. Iniciei pela explicação deste último, porém gostaria de pensar os aspectos mais detalhados do primeiro antes de prosseguir nos argumentos já colocados. Esse leve desvio ajudará a entender de que maneira o homem se relaciona com esse Outro. A socióloga francesa Collete Guillaumin vai refletir sobre a apropriação social das mulheres pelos homens, definindo-a como uma relação na qual “os indivíduos de uma classe são propriedades materiais” (GUILLAUMIN, 2014, p. 53) da classe antagonista. “Ela não se manifesta hoje e aqui senão entre as classes de sexo” (Idem). Guillaumin argumenta que as mulheres são tomadas como propriedades, tanto de um homem específico – pai, marido ou quaisquer outros parentes próximos do gênero masculino – como também do coletivo – de homens, claro.

Bens, mulheres e dinheiro são, portanto, idênticos, sob certo aspecto... Qual? – Eles são posses, posses materiais. Na qualidade de posses, todo discurso sobre eles só é conveniente na boca do proprietário, que deles fala como lhe convém. E quando lhe convém. (GUILLAUMIN, 2014, p. 42)

A individualidade é vetada. A propriedade do seu ser foi determinada como de outrem. Mulheres são – somos – apenas mais um dos objetos pertencentes a alguém. “É como sujeito que nós não existimos” (GUILLAUMIN, 2014, p. 43). Voltamos à mulher como não-sujeito e sim como “o inessencial que nunca retorna ao essencial, como o Outro absoluto, sem reciprocidade” (BEAUVOIR, 2016, p. 201). Ao tempo de considerar a mulher como semelhante, embora em uma disparidade comum à oposição entre sujeito e Outro, o(s) homem(ns) também enxergam a mulher como objeto, não só inferior, portanto, mas também

propriedade sua. Porém, “não é somente para possuí-lo que o homem sonha com um Outro, é também para ser confirmado por ele; fazer-se confirmar por homens, que são seus semelhantes, exige dele uma tensão constante” (BEAUVOIR, 2016, p. 249). A mulher é utilizada então não apenas como propriedade, fonte de exploração, mas também como forma de afirmação de superioridade pelo homem, pois com bases instáveis – embora duradouras e bem protegidas –, esta precisa ser reafirmada a cada momento.

Tesouro, presa, jogo e risco, musa, guia, juiz, mediadora, espelho, a mulher é o Outro em que o sujeito se supera sem ser limitado, que a ele se opõe sem o negar. Ela é o Outro que se deixa anexar sem deixar de ser o Outro. E, deste modo, ela é tão necessária à alegria do homem e a seu triunfo, que se pode dizer que, se ela não existisse, os homens a teriam inventado. Eles inventaram-na. Mas ela existe também sem essa invenção. Eis porque é, ao mesmo tempo, a encarnação do sonho masculino e seu fracasso. (BEAUVOIR, 2016, p. 253-254)

Inventaram-na. Para invenção de qualquer estória (se você já o fez, bem sabe disso) são necessários alguns elementos. Pensemos, então, nessa personagem que atravessa diferentes eras e é mais da metade da população mundial, atualmente. Isso mesmo, a figura da Mulher é personagem, mas também é parte considerável da humanidade – ou assim querem fazer crer os criadores dessa narrativa. Para iniciar, é necessário delimitar as características que a fazem ser quem ela é. Contudo, essas propriedades devem ser contrapostas àquilo que se considera fazer parte da personalidade ‘natural’ do homem. A roteirização é assim mesmo confusa, mas talvez seja essa a sua força. “Em verdade, as mulheres nunca opuseram valores femininos aos valores masculinos; foram os homens, desejosos de manter as prerrogativas masculinas, que inventaram essa divisão” (BEAUVOIR, 2016, p. 99-100). Essa contraposição tem apenas um objetivo: o controle. A binariedade de gênero traz consigo a delimitação de quem são esses homens e essa Mulher – os primeiros com direito à individualidade, enquanto as segundas têm que ser apenas uma.

a mulher é uma construção  
deve ser

a mulher basicamente é para ser  
um conjunto habitacional  
tudo igual  
tudo rebocado  
só muda a cor

particularmente sou uma mulher  
de tijolos à mostra  
nas reuniões sociais tendo a ser  
a mais mal vestida

(digo que sou jornalista)

a mulher é uma construção  
com buracos demais

vaza  
(FREITAS, 2012, p. 45)

O modelo de Mulher é criação masculina. Essa, e apenas essa, é a verdadeira Mulher. Ao passo que o homem é razão, ela é emoção. Ele age, ela ama. A ele cabem as tarefas intelectuais, os grandes pensamentos, as grandes descobertas, a política, a economia e as decisões. A ela, cabem os trabalhos ‘naturais’ – o cuidado, o afeto e o zelo pela família e pelo lar. A ele o mundo, a ela a casa. Mais do que características, as qualidades descritas da Mulher são encarceramento. E alarma-se aos quatro ventos: ‘a verdadeira Mulher corre perigo’ ou ‘a verdadeira Mulher não existe mais, está extinta’. Mas então, o que sou – somos? “Nós nos investimos de normas patriarcais de feminilidade, reproduzindo e aderindo a ideais culturalmente específicos, disciplinando nossos corpos justamente para que se conformem a esses ideais” (CHANTER, 2011, p. 69).

Essa narrativa é criação masculina, que acreditando ter como propriedade a materialidade das mulheres, acredita que pode utilizá-la de acordo com seus quereres. Para disseminar essa estória, ele se ampara inclusive na literatura, na qual se, por um lado, fortifica a criação, por outro também a contradiz. Virgínia Woolf faz um apontamento interessante sobre isso.

De fato, se a mulher não existisse a não ser na ficção escrita por homens, era de se imaginar que ela fosse uma pessoa da maior importância; muito variada; heroica e cruel; esplêndida e sórdida; infinitamente bela e horrenda ao extremo; tão grandiosa como um homem, para alguns até mais grandiosa. Mas isso é a mulher na ficção.[...] Assim, surge um ser muito complexo e esquisito. É de se imaginar que ela seja da maior importância; na prática, ela é completamente insignificante. [...] Era certamente um monstro singular aquele imaginado por quem lesse primeiro os historiadores e depois os poetas – um verme alado como uma águia; o espírito da vida e da beleza em uma cozinha, picando banha. Mas esses monstros, ainda que agradáveis à imaginação, não existem no plano real. (2014, p. 65-67)

Mas voltemos à construção da história. Sendo personagem, cabe também à verdadeira Mulher algumas atribuições. Destacarei aqui duas que são basilares para compreender como o discurso sobre a mulher foi criado: ídola ou escrava. A primeira remonta a períodos bem anteriores à dominação dos recursos naturais pelo(s) homem(ns), quando não conseguindo entender a Natureza, a população a reverenciava e temia. As mulheres eram,

então, como catalisadoras do poder vindo da Mãe Terra (BEAUVOIR, 2016) por meio do poder de trazer ao mundo vidas, também objeto desse temor e dessa reverência – fosse a partir de representação de deusas ou mesmo em tradições nas quais as próprias mulheres-mães eram reverenciadas. Com o advento da invenção de ferramentas que permitiram o controle sobre a Natureza – e, por consequência, também sobre o corpo feminino –, veio a mudança quanto à maneira de tratamento dado a esse gênero.

Transformadas em propriedade, as mulheres são “objeto de uma exploração direta de seu trabalho e de seu potencial reprodutivo” (GUILLAUMIN, 1994, p. 229). Agora escrava da condição que antes a tinha feito superior, a mulher fica encarcerada ao marido, lar e filhos, tendo nesses aspectos as únicas tarefas e objetivos de uma vida. O temor agora era outro: e se essas mulheres se rebelassem contra a submissão? Como manter o frágil equilíbrio dessa hierarquia de gênero? A reverência<sup>60</sup> volta, mas não como adoração a uma deusa. “É somente pela sua moralidade que ela merece esse culto” (BEAUVOIR, 2016, p. 162), somente por demonstrar que está submetida ao papel de Mulher. “Conquanto serva, a mulher tem direito as mais esplêndidas apoteoses” (BEAUVOIR, 2016, p. 237). Contudo, não importa o papel que lhe seja concedido, há sempre um denominador comum: essa escolha nunca está em suas mãos.

Disso decorre que a mulher se conhece e se escolhe, não tal como existe para si, mas tal qual o homem a define. Cumpre-nos, portanto, descrevê-la primeiramente como os homens a sonham, desde que seu ser-para-os-homens é um dos elementos essenciais de sua condição concreta. (BEAUVOIR, 2016, p. 196)

O temor comum e que guia as ações para manter intacta a hierarquia entre os gêneros, atualizando-se sempre que necessário, é de que as mulheres, compreendendo as amarras e submissões de que são vítimas, rebelem-se contra o sistema. Medo confirmado, inclusive. A passividade é sim terreno encontrado em parte desse grupo oprimido, mas existem diversos coletivos de mulheres que lutaram – e lutam – ao longo dos séculos pelos direitos femininos e pela busca de igualdade entre os gêneros. “É claro que eu estava com raiva. A questão de gênero, como está estabelecida hoje em dia, é uma grande injustiça. Estou

---

<sup>60</sup> Importante perceber de que maneiras esses cultos se atualizam até chegarem aos dias de hoje. Chimmanda Adichie (2017), escritora nigeriana, escreve a obra *Para educar crianças feministas*, por meio da qual dá conselhos para uma amiga sobre como criar a recém-nascida filha da maneira mais igualitária. Nessa obra, a autora toca exatamente no ponto do qual falamos. Explica ela: “Diga a Chizalum que as mulheres, na verdade, não precisam ser defendidas e reverenciadas; só precisam ser tratadas como seres humanos iguais. Há uma conotação de superioridade na ideia de que as mulheres precisam ser ‘defendidas e reverenciadas’ por serem mulheres. Isso me faz pensar em cavalherismo, e a premissa do cavalherismo é a fragilidade feminina”. (2017, p. 39)

com raiva. Devemos ter raiva” (ADICHIE, 2015, p. 24). Não cabe aqui relatar casos específicos ou mesmo fazer algum tipo de histórico dos movimentos feministas – embora muito tentadora, deixarei essa abordagem para trabalhos futuros. Nesta investigação, escolho antes refletir sobre essa não-passividade e como ela acarreta uma reação da classe opressora. “Nós concebemos a mulher hesitando entre o papel de objeto, de Outro que lhe é proposto, e a reivindicação de sua liberdade” (BEAUVOIR, 2016, p. 81).

Beauvoir vai discorrer sobre as dificuldades encontradas para a organização de mulheres<sup>61</sup>, já que não existe nenhum elemento fundamental para construção de união de grupo: “Não têm passado, não têm história nem religião própria; não têm, como os proletários, uma solidariedade de trabalho e interesses; não há sequer entre elas essa promiscuidade espacial”. Ela explicita que, muitas vezes, a mulher é mais ligada a certos homens – burguesas a burgueses e não a proletárias, por exemplo – do que a mulheres. Contudo, ainda assim existe um espírito de insubmissão inegável ao longo de uma história de opressões. A individualidade, querer separar-se desse papel de Mulher delimitado para si, configura como uma das mais relevantes – e mais censuradas formas de rebelião. “Os machos (os homens) se reservam à iniciativa, que eles não aceitam que uma mulher exprima o que quer que seja por sua própria iniciativa, decida, em suma, eles não admitem que as mulheres tomem um lugar de sujeito” (GUILLAUMIN, 2014, p. 59).

você tinha tanto medo  
da minha voz  
que eu decidi  
ter medo também

(KAUR, 2017, p. 18)

O(s) homem(ns) perceberam as tentativas de mulheres, embora por vezes frágeis, para reverter o quadro de submissão e opressão a qual foram submetidas. E se a construção de uma narrativa não fora suficiente para controlá-las, era tempo de lançar mão de outras estratégias. “No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens” (BEAUVOIR, 2016, p. 17). O Outro passa a constituir ameaça – ainda maior do que fora até então. Contudo, desde o surgimento da escrita, é o(s) homem(ns) o responsável pela escrita das mitologias e histórias, mas também das leis e seus códigos. “Organizando a opressão da mulher, os legisladores têm medo dela. Das virtudes ambivalentes de que ela se revisita retém-se principalmente o aspecto nefasto: de sagrada, ela se torna impura” (BEAUVOIR, 2016, p. 116).

---

<sup>61</sup> Ver mais em: BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. (Vol. 1): Fatos e Mitos. Trad.: Sérgio Milliet. 3º ed. Editora Novas Fronteiras: Rio de Janeiro, 2016. 339 p.

Talvez algo interessante – e preocupante – de notar é que, nessa disputa, na qual os lados iniciam de pontos de partida bem desiguais, é possível perceber para além do temor masculino, a raiva. Woolf pondera sobre as razões que levaram esse sentimento a se apoderar de um grupo dominante – a quem ela se referencia por meio do professor autor de um livro que ela folheia e que enfatiza em seu texto a inferioridade feminina – que está em posição hierárquica superior e que nada sofre da categoria sobre a qual exerce opressão.

Ninguém em seu juízo perfeito conseguiria ignorar a predominância do professor. Dele eram o poder e o dinheiro e a influência. Ele era o dono do jornal e seu editor e subeditor. Ele era o secretário das Relações Exteriores e o juiz. Ele era o jogador de críquete; ele era o dono dos cavalos de corrida e iates. Ele era o diretor da empresa que paga duzentos por cento aos seus acionistas. Ele deixou milhões para fundações de caridade e faculdades dirigidas por si mesmo. Ele suspendeu a atriz de cinema em pleno ar. Ele vai decidir se o cabelo encontrado no machado de cortar carne é humano; é ele que vai condenar ou inocentar o assassino, e enforcá-lo ou colocá-lo em liberdade. Com exceção do nevoeiro, ele parece controlar tudo. Ainda assim, ele está com raiva. [...] A raiva é de alguma forma o usual, o espírito auxiliar do poder? [...] É possível que, quando o professor insistiu de forma pouco enfática na inferioridade das mulheres, ele estivesse preocupado não com a inferioridade delas, mas com sua própria superioridade. (2012, p. 52-53)

Muitas e distintas são as definições do que é ser mulher – com m maiúsculo ou minúsculo. Na prosa e poesia, no cinema e na escultura, nas artes e na sociologia. Tantos e, até que enfim, tantas – inclusive eu mesma – tentam encontrar uma fórmula que responda a essa pergunta que prossegue, no entanto (e arrisco dizer que assim prosseguirá indeterminadamente) sem resposta possível. Contudo, ao pensarmos a diferença sexual e a hierarquia construída por séculos entre os gêneros, a colocação de Simone de Beauvoir me parece muito certa: “Verdade, Beleza, Poesia, ela é Tudo: uma vez mais, tudo na figura do Outro, Tudo exceto ela mesma” (2016, p. 313). E sobre algo não resta dúvida alguma: o poder hegemônico prossegue numa tentativa de nos submeter e

para nos ajudar a cultivar esse fantasma e nos fazer engolir sem reagir tal relação, para fazê-la passar suavemente e tentar nos impedir de ver as coisas com clareza, todos os meios são bons. Mesmo as histórias. Desde a paixão até a ternura, desde o silêncio prudente até a mentira qualificada, e de todos os modos, flores, enfeites, sempre disponíveis para coroar a cabeça do gado em dias de festa ou feira. E, se isso não for suficiente (e, com efeito, não é suficiente), da violência física à Lei, ainda existem meios de tentar nos impedir de opinar. (GUILLAUMIN, 2014, p. 62)

## 5 (SOZINHA)

deixar a barriga da minha mãe vazia  
foi meu primeiro ato de desaparecimento  
aprender a encolher para uma família  
que gosta de ver as filhas invisíveis  
foi o segundo  
a arte de se esvaziar  
é simples  
acredite quando eles dizem  
que você não é nada  
vá repetindo  
como um mantra  
eu não sou nada  
eu não sou nada  
eu não sou nada  
tão concentrada  
que o único jeito de saber  
que você ainda existe é  
o seu peito ofegante  
- a arte de se esvaziar  
(KAUR, 2016, p. 34)

\*\*\*

Este capítulo já teve diversos nomes antes da escolha final pelo adjetivo Sozinha. As duas primeiras nomeações – uma das quais o termo ‘sozinha’ deriva – apareceram como ideia a partir do olhar para as três capas das publicações que irei analisar a seguir. São elas: Solidão e Ausência. Os substantivos surgiram em minha mente como ideia pela sensação que as capas – conjunto entre as imagens e as palavras – haviam me causado. Pode parecer um motivo superficial, mas de fato as três revistas são semelhantes em seus desenhos. Em duas delas não aparece mais do que a silhueta de Dilma (ausente), enquanto na outra há uma fotografia da presidenta eleita, na qual ela aparece no extremo esquerdo em um cenário completamente branco (sozinha), iluminada por um elemento quase fora do campo de visão. Nas três, Rousseff está de perfil.

Figura 6 – Capas das revistas *Época* e *IstoÉ* - respectivamente, as capas dos dias 9 de dezembro de 2015, 16 e 20 de abril de 2016



Fonte: Revista *Época*/ *IstoÉ*

A diagramação da capa é a primeira coisa com a qual nos deparamos em uma publicação de revista semanal (e de outras publicações, como livros, por exemplo). É dela que surge a primeira impressão daquilo com o qual vamos nos deparar no decorrer das páginas. A semelhança que as três capas me suscitaram viria a ser confirmada pelas reportagens principais de cada uma das edições. A leitura ratificaria a minha primeira intuição. Embora as três publicações sejam de datas distintas (09.12.2015; 16.04.2016; e 20.04.2016), em todas Dilma Rousseff é quase uma não-presença. Nas capas “O que falta para ela sair?” e “Edição Especial Impeachment – Não vai ser golpe”, ambas da *IstoÉ*, isso é mais explícito, quando nem mesmo a fotografia da presidenta eleita está presente, apenas um desenho que associamos à imagem dela. Na primeira capa, inclusive, a silhueta está no extremo direito e inferior da capa, como se, daqui há pouco mais de um instante, ela fosse dali sair. A revista *Época* é pouco mais sutil, e melancólica, em sua abordagem, contudo a sensação de ausência persiste.

As reportagens principais – intituladas, seguindo a ordem cronológica, “A pior travessia”, “Quando o poder dá lugar à solidão” e “O ensaio do adeus” – vão discorrer sobre o processo de impeachment a partir de um ponto em comum, já perceptível nas capas, segundo o qual, dizem as publicações, a presidenta eleita estaria sofrendo: o isolamento. Contudo, antes gostaria de atentar para a não-presença de Rousseff, que inicia nas capas e prossegue nas páginas de cada uma das revistas referenciadas. Embora a capa da revista *Época* traga uma fotografia marcando a presença da presidenta eleita – melancólica e solitária –, as duas edições da revista *IstoÉ* trazem apenas uma sombra. As reportagens coadunam com essa

ausência.

Unidas, as três matérias possuem 32 páginas (na diagramação própria de magazines). Unidas, as três matérias possuem oito falas de Dilma Rousseff, pretensa personagem principal dessa narrativa. “Quando passamos a questão concomitante da consciência do subalterno, a noção daquilo que o trabalho não pode dizer se torna importante” (SPIVACK, 2014, p. 83). Na primeira reportagem, “A pior travessia”, há apenas uma frase supostamente dita por Rousseff: “Não podemos dar a sensação de que o País parou” (A PIOR..., 2015). No texto, os repórteres Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco utilizam a fala, mas sem nenhum tipo de referência a como tiveram acesso a esta. A frase teria sido dita em uma reunião fechada entre a presidenta eleita e 20 ministros no dia 3 de dezembro, para discutir o início do processo de impeachment/golpe, após um dos pedidos ter sido aprovado por Eduardo Cunha no dia anterior. Portanto, a imprensa não teve acesso ao espaço. Não há nenhuma referência a quem – mesmo que anonimamente – teria passado essa informação aos jornalistas. Transforma-se, então, em uma questão de crer ou não no que os repórteres ali colocam, já que não há nenhuma referencialidade.

Na reportagem “Quando o poder dá lugar à solidão”, segunda na ordem cronológica e publicada na revista *Época*, são colocadas quatro falas da presidenta eleita, todas realizadas em discursos – sendo três falas de um mesmo discurso e a última apenas de um discurso diferente. Todas as citações estão presentes na última das seis páginas da matéria, todas referentes ao golpe que se aproximava de sua efetivação. Na última página, os dois discursos da presidenta eleita são analisados e quantificados, com uma escrita de quantas vezes palavras como ‘impeachment’ e ‘Lula’ são repetidas.

A última reportagem, “O ensaio do adeus”, possui três falas de Dilma, condensadas em um único parágrafo. As frases foram tomadas a partir de uma conversa entre a presidenta eleita e jornalistas no Palácio da Alvorada, residência oficial da chefe do Executivo. O assunto era também o processo político atravessado por Rousseff, mas as citações diretas da matéria enfocam aspectos como a vestimenta da presidenta eleita, a melancolia e o conformismo.

Vestida de maneira descontraída, com uma camiseta preta de bolinhas brancas e transparência nos braços, deixou escapar alguns sorrisos. Mas ao esticar a prosa não conseguiu esconder o abatimento. “A gente deveria ter duas vidas: uma para ensaiar e outra para viver. Eu tinha que ter ensaiado, mas fui obrigada a viver”, afirmou, recorrendo a uma citação do ator e diretor italiano Vittorio Gassman. Em outro momento, disse: “na minha vida, eu te dou 20 mil, 30 mil coisas que eu não faria de novo. Sou normal. Da vida, você leva seus filhos, seus amigos e seus amores.” Na mesma

conversa, admitiu pela primeira vez a derrota publicamente. “Se ganhar, vou propor um pacto. Se perder, sou carta fora do baralho.” Ali ela já sabia que nem um inesperado coringa poderia mudar o seu destino. (O ÚLTIMO..., 2016)

Nessa reportagem, aparece também um discurso feito por Dilma Rousseff para televisão, porém apenas em citação indireta. Do total de 32 páginas de reportagens das três edições analisadas neste capítulo, apenas quatro contam com uma citação direta de uma frase da presidenta eleita e, na época, ainda exercendo o cargo. “Tornar o pensamento ou o sujeito pensante transparente ou invisível parece, por contraste, ocultar o reconhecimento implacável do Outro por assimilação” (SPIVACK, 2014, p. 107-108). Embora seja protagonista não só do processo político que ocorria no País como das reportagens jornalísticas, Dilma Rousseff é transformada em coadjuvante na narrativa construída para o seu impeachment. Outros atores sociais – homens – são convocados a falarem e estarem presentes, mas ela prossegue em uma quase ausência marcada. “E a mulher subalterna continuará tão muda como sempre estive” (SPIVACK, 2014, p. 112). A mulher na subalternidade não é autorizada a falar e quando consegue livrar-se da sombra, não encontra meios para tal. A produção de silêncio prossegue, assim como o apagamento da mulher, mesmo daquela que ocupa o cargo político mais alto do País.

O importante em um trabalho é o que ele não diz. Não é o mesmo que a observação descuidada de que é "o que se recusa a dizer", embora isso seja, por si só, interessante: um método pode ser construído sobre isso, como a tarefa de medir silêncios, sejam esses reconhecidos ou não. (SPIVACK, 2014, p. 81-82)

\*\*\*

O redator-chefe da *IstoÉ*, Sérgio Pardellas, assina as duas reportagens publicadas por essa revista e analisadas neste capítulo. Débora Bergamasso assina ao lado dele o texto “A pior travessia”, enquanto Alana Rizzo é a repórter de “O poder dá lugar à solidão”, da revista *Época*. Embora exista uma igualdade entre os gêneros dos repórteres responsáveis pelas três matérias aqui analisadas, o mesmo não se repete entre as fontes escolhidas para os textos. Em uma tentativa de ser mais didática, irei separar a análise dos textos das reportagens em dois aspectos principais: de que maneira Dilma é citada e que outras personagens integram a narrativa jornalística. Na análise de ambos, é necessário entender que “os processos discursivos são constituídos por lugares de enunciação que são a representação das posições sociais de destinador e destinatário, e não suas posições sociais ‘concretas’” (BIROLI, 2010,

p. 280-281).

Em “A pior travessia”, de 9 de dezembro de 2015, a presidenta Dilma Rousseff é citada 45 vezes – considerando todos os termos referenciais a ela<sup>62</sup>. Contudo, outros atores também estão presentes. Entre os mais citados estão o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB), a época presidente da Câmara, com 13 citações, e o ex-presidente Lula (PT), com nove. Ambos, assim como o então vice-presidente Michel Temer (PMDB), são citados nas três reportagens aqui analisadas. Os outros – perceba o masculino – que aparecem são o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso; o, a época, presidente do Partido dos Trabalhadores Rui Falcão; o filósofo Antônio Paim; o deputado Wadih Damous (PT); o ex-Ministro da Aviação Civil, Eliseu Padilha; assim como José Serra e Geraldo Alckmin, ambos do PSDB. Todos esses foram apenas citados pela matéria, fosse pela entrega de cargo, como Padilha, ou pela participação em algum acontecimento relevante e que tenha levado ao aceite do prosseguimento do pedido de impeachment por Cunha ou nas consequências do processo.

Interessante perceber que, na matéria sobre a presidenta eleita, existiram fontes com o mesmo número ou, até mesmo, maior número de citações diretas de sua fala do que Dilma Rousseff, além de terem uma referencialidade mais confiável, vindas de entrevistas ou discurso. Michel Temer (PMDB) e Lula (PT) tiveram suas ponderações retiradas de falas públicas, enquanto o senador Aécio Neves (PSDB), o deputado Paulo Pimenta (PT), responsável pela defesa da presidenta eleita na Comissão de impeachment na Câmara, e o líder do MBL, Kim Kataguari têm como suas citações trechos de entrevistas feitas pelos repórteres responsáveis. Todos eles têm o mesmo número de falas da presidenta eleita Dilma Rousseff na matéria, ou seja, uma. O sociólogo e mestre em ciência política Murillo de Aragão também foi entrevistado para a reportagem e possui duas falas ao longo dela. Dentre os três textos aqui analisados, o “A pior travessia” é o único que cita outras mulheres além da presidenta. São elas: Marina Silva (REDE), apenas mencionada, e a presidenta da empresa aérea TAM, Claudia Sender, que possui uma fala sobre a crise econômica.

Apesar de possuírem, atualmente, níveis de escolaridade superiores ao masculino e de estarem cada vez mais presentes no mercado de trabalho, em nenhum âmbito da vida social a participação de mulheres e homens é tão desigual como no exercício do poder. (CEDIM, 2002 *apud* LIMA; SABINO, 2015, p. 713)

O poder ainda é um local pouco ocupado por mulheres, mesmo elas configurando mais da metade do eleitorado. Várias são as questões para tal desequilíbrio gritante. A

---

<sup>62</sup> Os termos citados são: ‘presidente’; ‘chefe do Executivo’; ‘Dilma’; ‘Dilma Rousseff’; ‘ela’; ‘dela’; ‘petista’; e ‘denunciada’.

principal delas talvez seja a construção de uma hierarquia de gêneros, na qual o espaço público é visto como essencialmente masculino, enquanto o lar é ‘reino feminino’. “O desinteresse pela política, a falta de habilidade para o exercício de cargos públicos e o não-pertencimento à esfera política são, assim, conectados em um conjunto de discursos que atendem a uma regularidade sem que se apresentem de forma homogênea” (BIROLI, 2010, p. 273). Essa divisão é baseada em uma suposta naturalidade – a qual foi discutida no capítulo anterior – que gera estereótipos que consistem em “narrativas cristalizadas que são ativadas na medida em que os holofotes se voltam para as mulheres políticas” (BIROLI, 2010, p. 273-274).

Refiro-me ao status dentro do grupo, refiro-me à legitimidade social, e refiro-me à possibilidade de intervenção no comportamento do grupo. As mulheres não os têm, elas não decidem nada quanto às estruturas coletivas. E como poderiam fazê-lo, já que esse direito lhes é institucionalmente barrado? Explícita e intencionalmente barrado. (GUILLAUMIN, 1994, p. 231)

Simone de Beauvoir, ao assinalar a opressão sexual vivenciada por mulher como tendo a submissão econômica como base, passa a referir-se à divisão sexual do trabalho. “É verdade que o trabalho da mulher, de uma era histórica a outra, tem sido geralmente associado ao ambiente doméstico” (DAVIS, 2016, p. 226), concorda Angela Davis. Com o advento do capitalismo, a partir da Revolução Industrial, mais mulheres passam, lentamente, a sair de casa e a ocupar posições de trabalho. Contudo, como salienta Beauvoir, para as mulheres, “devotar-se aos filhos, ao marido, ao lar, à propriedade, à Pátria, à Igreja, é sua função que a burguesia sempre lhe indicou” (BEAUVOIR, 2016, p. 306). Como seria possível, então, viver em tamanha contradição?

Como a propaganda popular representava a vocação de todas as mulheres em função dos papéis que elas exerciam no lar, mulheres obrigadas a trabalhar em troca de salários passaram a ser tratadas como visitantes alienígenas no mundo masculino da economia pública. Fora de sua esfera "natural", as mulheres não seriam tratadas como trabalhadoras assalariadas completas. O preço que pagavam envolvia longas jornadas, condições de trabalho precárias e salários repulsivamente inadequados. (DAVIS, 2016, p. 231)

A divisão sexual do trabalho impacta diretamente dentro das esferas de poder. Os homens são os participantes ‘naturais’ desses espaços, amparados por séculos de predomínio nessa área e por uma extensa narrativa na qual apenas eles estariam aptos a esse lugar, já que à mulher caberia o domínio do lar, pois “a subordinação das mulheres aos homens, tanto na vida privada quanto na pública, seria o elo que estabelece as relações entre as duas esferas” (BIROLI, 2010, p. 275). O gênero impacta diretamente nas chances de mulheres chegarem

aos cargos públicos, já que – tendo o poder hegemônico ao seu lado e sendo, portanto, os narradores dessa história – os homens “tiveram muito tempo para estabelecer as regras do jogo. Então, é difícil para as mulheres adentrarem a arena política e é verdade dizer: quanto mais alto o cargo, mais rarefeito o ar” (HOLTZ-BACHA, 2013, p. 46-47.). Aquelas que o alcançam, como a primeira presidenta eleita no Brasil após 121 da proclamação da República, têm que enfrentar julgamento vindo de todos os lados – incluindo, e com grande relevância, o da mídia.

Há décadas, temos escutado mulheres em todo o mundo se queixando de como os media parecem estar mais interessados em seu visual e em sua vida privada que em suas preocupações e objetivos políticos: como elas se vestem, como está seu penteado, se seu marido tem que preparar as próprias refeições, e quem cuida das crianças enquanto elas estão fazendo política. Seus colegas do sexo masculino raramente são confrontados com esse tipo de questionamento. Isso significa dizer que mulheres na política são avaliadas sob critérios que não vêm do campo da política e que não aparecem na avaliação de políticos do sexo masculino. Essas diferenças se jogam, particularmente, contra mulheres que estão começando a progredir politicamente. (HOLTZ-BACHA, 2013, p. 48)

A evidência da vida privada e doméstica – um lugar do qual a mulher nunca deveria ter saído, torcem alguns – é um dos destaques da reportagem “O poder dá lugar à solidão”, do dia 16 de abril de 2016, da revista *Época*. Duas das seis páginas são dedicadas a uma descrição detalhada de como está a situação de Dilma Rousseff no Palácio da Alvorada, indo desde a tia que já não mora com ela, os cuidados com a mãe doente até a diminuição da frequência de visitas de sua filha, genro e neto. A solidão ressaltada pela publicação é antes na esfera privada do que na pública – afinal, sendo mulher, é essa a esfera que importa não é mesmo. “[A ausência de mulheres no espaço público] naturaliza o fato de que as tensões entre a atuação política e a vida privada e afetiva sejam relevantes para a trajetória e a imagem pública das mulheres, enquanto são potencialmente inexistentes para os homens” (BIROLI; MOTA, 2014, p. 273-274).

Supostos aspectos da personalidade de Rousseff como “arroubos de impaciência”, “o hábito de gritar” e a “rispidez no trato” também são colocados como motivos para a presidenta eleita estar “sozinha”, “enclausurada” e “reclusa”. “No caso de mulheres poderosas, perguntamos: ela tem humildade? Sorri? Mostra gratidão? Tem um lado doméstico? Perguntas que não fazemos a homens poderosos” (ADICHIE, 2017, p. 33). Nessa reportagem, Dilma Rousseff é citada 57 vezes, contudo, como já mencionei, apenas 4 falas são colocadas no corpo da matéria. A outra única fala presente é de um “aliado governista” não identificado. Há uma menor quantidade de outros atores políticos utilizados durante a

narrativa – considerando aqueles que estão, de alguma forma, ligados aos acontecimentos políticos que estavam sendo cobertos jornalisticamente. Os mais citados são Lula e o ex-ministro Gilberto Kassab (PSD), enquanto Eduardo Cunha e Michel Temer estão presentes em mais de um momento do texto – duas e três vezes, respectivamente. Entre os que são colocados em discurso indireto apenas uma vez no texto estão os senadores Eunício Oliveira (PMDB) e Renan Calheiros (PMDB), os governadores Flávio Dino (PCdoB), Camilo Santana (PT) e Wellington Dias (PT), o ex-governador Cid Gomes (PDT) e o ex-ministro Aloízio Mercadante (PT).

Na última reportagem, do dia 20 de abril de 2016, a construção da narrativa se repete, quase como uma fórmula. É o texto com menos citações a Dilma dentre os três – são apenas 40. O ex-presidente Lula tem um salto quanto ao número de vezes que é citado, com 14 discursos indiretos sobre ele, enquanto Michel Temer e Eduardo Cunha são referenciados apenas uma vez. Outras personagens da matéria são o relator da comissão de impeachment na Câmara, Jovair Arantes (PTB); os ex-ministros Gilberto Kassab (PSD), José Eduardo Cardozo (PT) e Gilberto Occhi (PP); e o então senador Romero Jucá (PMDB)<sup>63</sup>. O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP) tem uma fala de discurso utilizada; enquanto o então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, foi entrevistado para a reportagem. Um parlamentar e um deputado governista, mantidos no anonimato, também têm frases suas citadas diretamente, sem, contudo, ser explicitado, pelo repórter Pardellas, durante a escrita como foi o recolhimento das falas.

Além de Dilma Rousseff, nenhuma mulher em ambas. “Em uma política masculina, o gênero não é uma questão para os homens, mas marca as mulheres de modo que exige que se expliquem e se qualifiquem por serem mulheres e enquanto mulheres” (BIROLI, MOTA, 2014, p. 215). Aquelas que conseguem adentrar os poderes públicos permanecem corpos marcados. Causam estranhamento, ruído. São poucas, antinaturais. A saída do lar para

---

<sup>63</sup> Romero Jucá viria a ser indicado por Michel Temer, logo após este assumir interinamente a Presidência da República em abril de 2016, como ministro de Planejamento. Contudo, em maio ocorreu o vazamento de um dos áudios mais populares dentre os captados pela Operação Lava-Jato. Nele, era possível ouvir o diálogo entre Jucá e o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, de março do mesmo ano. Transcrevo:

“MACHADO - Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].

JUCÁ - Só o Renan [Calheiros] que está contra essa porra. 'Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha'. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.

MACHADO - É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

JUCÁ - Com o Supremo, com tudo.

MACHADO - Com tudo, aí parava tudo.

JUCÁ - É. Delimitava onde está, pronto.”

Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/leia-os-trechos-dos-dialogos-entre-romero-juca-e-sergio-machado.html>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

o espaço público<sup>64</sup> nunca se completa, pois quando conseguem alcançar os cargos de poder, as regras ainda são masculinas e elas prosseguem Outro. Mesmo ao se referir a um episódio com personagem central feminina, a cobertura jornalística prefere que sejam os homens a falar. Ainda é deles o discurso.

No homem não há nenhum hiato entre a vida pública e a vida privada: quanto mais ele afirma seu domínio do mundo pela ação e pelo trabalho, mais se revela viril; nele, os valores humanos e os valores vitais se confundem; ao passo que os êxitos autônomos da mulher estão em contradição com sua feminilidade, porquanto se exige da "verdadeira mulher" que se torne objeto, que seja o Outro. É muito possível que, neste ponto, a sensibilidade e até a sexualidade do homem se modifique. (BEAUVOIR, 2016, p. 338)

Conforme contabilizado, muitas foram as citações a Dilma Rousseff nas três reportagens analisadas, fosse no abre<sup>65</sup>, no título ou nas legendas de fotografias. Vários foram os termos empregados para se referir a ela: Dilma Rousseff, Dilma, presidente – nunca presidenta –, chefe do Executivo, petista, denunciada, gerentona, “Mãe do Pac”, moradora [do Palácio da Alvorada], assim como ela e dela. Ao unir as três reportagens, Rousseff foi citada 142 vezes, quaisquer que fosse o termo utilizado pelas jornalistas, sendo, como já dito, a reportagem da revista *Época* a que mais citou (57 vezes) e a segunda reportagem da revista *IstoÉ* a que menos citou (apenas 40 vezes). Dentro dessas citações, é interessante fazer alguns apontamentos.

Embora tenha sido citada mais de uma centena de vezes, é bem menor o número de vezes que Dilma Rousseff aparece como sujeito da ação. Explico: das 152 citações, a referência a Dilma aparece apenas para adjetivar algum substantivo em 50 delas, em casos como ‘o impeachment da presidente’ ou ‘o Governo Dilma’ ou ainda ‘afastamento da presidente’. Nessas citações, ela não está ligada diretamente à ação determinada pela oração, servindo apenas para caracterizar e especificar o complemento. Por duas das vezes, o termo referencial é usado também como vocativo, como na frase “Presidente, começou o

---

<sup>64</sup> É necessário fazer uma ressalva quanto a isso. Embora exista uma grande disparidade quando se trata da ocupação de cargos de poder, a contraposição entre espaço público como masculino e espaço privado como feminino foi inicialmente pensada pelo movimento feminista sem, contudo, fazer nenhum tipo de recorte racial e de classe. “Ao enfatizar a necessidade de as mulheres saírem do mundo privado e doméstico e de ingressarem no mundo público, político e masculinamente marcado, o feminismo implicitamente marcou-se racialmente como branco, além de estabelecer-se como pertencente à classe média e heterossexista” (CHANTER, 2011, p. 27). Sobre isso, indico a leitura de *Mulheres, Classe e Raça*, de Angela Davis, obra na qual ela reflete sobre esses recortes dentro da divisão sexual do trabalho. Cito: “Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório” (DAVIS, 2016, p. 17).

<sup>65</sup> Pequeno texto colocado logo após a manchete principal da reportagem.

impeachment” (A PIOR..., 2015). A diferença entre o número de vezes em que – quando sujeito – a presidenta eleita aparece realizando a ação e em que aparece recebendo a ação praticada por outrem é, no entanto, mínima – 44 no primeiro caso, 48 no segundo.

Existe uma variação disso dependendo do termo referencial, contudo. Quando os termos utilizados são ‘ela’ ou ‘dela’ – palavras gramaticalmente femininas –, de um total de 15 citações, 9 citações referem-se a ações realizadas por outros, as quais a presidenta eleita apenas recebe. Quando a palavra utilizada para referenciá-la é ‘presidente’ ou ‘Chefe do Executivo’ – palavras ‘neutras’, que podem ser utilizadas para homens e mulheres –, de um total de 22 citações, 11 referem-se a ações praticadas por Rousseff, enquanto a outra metade se refere à situação oposta. Esse é um resultado deveras surpreendente, pois se esperava que os repórteres iriam dar preferência a utilizar a voz ativa por meio de uma palavra referencial neutra. Contudo, não foi o que aconteceu. Por último, as referências nominais da presidenta eleita foram feitas 54 vezes, tendo a divisão entre sujeito ativo e sujeito passivo sido feita da mesma maneira que a anterior: metade para cada um dos lados.

Um dado não esperado, entretanto, foi obtido nessa jornada quantitativa ao qual me propus especificamente na análise das três capas aqui destacadas. Existe uma diferença cronológica entre as publicações: a primeira é de uma semana após a abertura do processo de impeachment por Eduardo Cunha, enquanto as outras duas foram publicadas no período da votação do prosseguimento do caso na Câmara dos Deputados – que aconteceu no dia 17 de abril de 2016. Na publicação de dezembro de 2015, a utilização dos termos ‘presidente’ e ‘chefe do Executivo’ (essa reportagem é a única que utiliza esse último) e os termos ‘Dilma’ e ‘Dilma Rousseff’ têm números bem parecidos – no primeiro caso, são 16 vezes, enquanto no segundo são 23. Contudo, as duas capas de abril de 2016 trazem uma diferença relevante dessa utilização. Na reportagem principal da revista *Época*, “O poder dá lugar à solidão”, o termo presidente é utilizado apenas sete vezes para se referenciar a Rousseff, enquanto o nome da presidenta eleita é utilizado 22 vezes. Na revista *IstoÉ*, a diferença no texto “O ensaio do adeus” é ainda mais gritante: são 40 referências a ‘Dilma’ e ‘Dilma Rousseff’, enquanto ‘presidente’ só é utilizado 12 vezes.

## 6 (FORA DE SI)

Uma mulher incomoda  
é interdita  
levada para o depósito  
das mulheres que incomodam

loucas louquinhas  
tantãs da cabeça  
ataduras banhos frios  
descargas elétricas (FREITAS, 2012, p. 15)

\*\*\*

Figura 7 – Capa da revista *IstoÉ* “As explosões nervosas da presidente”



Fonte: Página da IstoÉ/ Facebook

No dia primeiro de abril de 2016 – pouco mais de duas semanas antes da votação, na Câmara dos Deputados, para instauração do processo de impeachment de Dilma Rousseff –, a revista *IstoÉ* publicou a capa “AS EXPLOSÕES NERVOSAS DA PRESIDENTE”, todas as letras em caixa alta. Um pequeno texto acompanhava os dizeres da manche principal:

*Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento do cargo e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do palácio, grita com*

subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais de dirigir o país.<sup>66</sup>

A fotografia do rosto da presidenta eleita toma toda a capa, sendo colocado de modo que, verticalmente, apenas a área entre as sobrancelhas e o queixo seja visível (o cabelo e a testa são ocupados pelas manchetes secundárias e pelo nome da revista). Horizontalmente, só é possível enxergar parte de uma das bochechas, o nariz e a outra bochecha (a orelha e boa parte da primeira bochecha também foram escondidas por texto). Ao olhar para a capa, não é possível apreender o rosto da presidenta de maneira completa, tornando-o deformado.

A saturação de cores da fotografia também foi alterada. Com isso, as rugas ao redor dos olhos, as olheiras e as marcas ao redor da boca estão mais pronunciadas. A cor da pele da presidenta também está diferente, tendo um aspecto amarelado com manchas vermelhas. A coloração da fotografia ficou puxada para cores quentes – relacionadas à raiva e a explosões. O amarelo prevalece na capa – a cor está presente no nome da revista, nos títulos das reportagens secundárias<sup>67</sup> no topo da página e também nos realces dados no texto citado.

Dias após a publicação dessa edição da Revista *IstoÉ*, circulou em sites e páginas do *Facebook*, assim como em perfis do *Twitter*, uma fotografia que seria a versão original da imagem utilizada na capa referenciada. Nela, Dilma Rousseff encontrava-se comemorando um gol da seleção brasileira em um dos jogos da Copa do Mundo de 2014. Ao observar a fotografia dita original, nela, é perceptível uma pequena diferença entre o ângulo do rosto da presidenta eleita em relação a da capa da *IstoÉ*. Contudo, a semelhança na expressão de Rousseff nas duas imagens é nítida para o observador. A utilização dessa imagem não foi negada nem confirmada pela redação da revista.

---

<sup>66</sup> Grifos feitos em letras amarelas pela editoração da revista.

<sup>67</sup> As manchetes secundárias têm como assuntos principais a distribuição de cargos por parte do Executivo e o vírus H1N1, respectivamente. Destaco duas palavras: “fim” e “mata” – cada uma está presente em uma das manchetes secundárias.

Figura 8 – Fotografia original da capa “Explosões nervosas da presidente”



Fonte: Revista *Fórum*

A reportagem jornalística<sup>68</sup> anunciada pela capa é intitulada “Uma presidente fora de si” e foi lida digitalmente. Ao ser salvo como documento, o texto do site possui 12 páginas. Relatos anônimos, fotografias, infográficos e, até mesmo, uma referência histórica de “Maria I, a Louca” são utilizadas por Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco, que assinam a reportagem – embora seja necessário não termos a ilusão que repórteres são os únicos responsáveis pelo conteúdo publicado em quaisquer veículos jornalísticos<sup>69</sup>.

Os últimos dias no Planalto têm sido marcados por momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exhibe total desconexão com a realidade do País. Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. (UMA PRESIDENTE..., 2016)

<sup>68</sup> UMA PRESIDENTE fora de si. 2016. Disponível em < [http://istoe.com.br/450027\\_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/](http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/)>. Acesso em 15 jan. 2017.

<sup>69</sup> As redações jornalísticas, embora similares, possuem algumas diferenças nas hierarquias internas. Por isso, para ficar mais compreensível para aquelas que não conhecem o funcionamento de uma empresa de Jornalismo, exemplifico a hierarquização a partir da própria revista *IstoÉ*. Elenco aqui do cargo mais alto ao mais baixo: Diretor Editorial, Diretor de Núcleo, Redatores-chefes, Editor Executivo, Editores e Repórteres. Para conhecimento, Sérgio Pardellas, embora assine como repórter a matéria analisada, é um dos redatores-chefes da publicação.

O início do texto da reportagem dá o tom da leitura. Dividida entre relatos de “subordinados” anônimos<sup>70</sup>, descrições de reuniões com ministros e assessores e diagnósticos psicológicos e psiquiátricos, a reportagem oferece um quadro completo da situação no Palácio do Planalto a partir de fontes desconhecidas ao leitor, expressões contundentes sobre o emocional da presidenta e argumentos médicos. “Outro surto de Dilma”; “Dilma perdia o controle”; “A presidente saiu de si”; e “Os desvarios de Dilma” são quatro das expressões utilizadas para adjetivar o estado emocional em que, segundo a *IstoÉ*, a presidenta estaria próximo à votação da continuação do processo de ‘impeachment’. Todas as expressões acima mencionadas são encontradas em apenas uma das doze páginas que compõem a matéria.

O poder da palavra, seja ela oral ou escrita, é essencial na construção do homem ocidental – “a cultura ocidental está casada com a palavra”, enfatiza Taylor (2013, p. 55). Em *O arquivo e o repertório* (2013), Diana Taylor revisita a colonização das Américas para pensar a herança colonial presente nesse poder. O processo de dominação das diversas culturas e povos encontrados no “Novo Mundo” pelos europeus é feito por meio do privilégio do escrito sobre o incorporado, da palavra sobre a performance.

O conceito de performance, como práxis e episteme incorporada, por exemplo, mostraria ser vital para se definirem os estudos latino-americanos, pois ele descentra o papel histórico da escrita introduzida pela Conquista. Como observa Ángel Rama em 'A cidade letrada', "o lugar exclusivo da escrita nas sociedades latino-americanas era tão reverenciado que assumia uma aura de sagrado. [...] Documentos escritos não pareciam sair da vida social, mas, sim, ser impostos a ela e forçá-la para dentro de um molde que não havia sido de modo algum feito sob medida." (TAYLOR, 2013, p. 45-46).

A escrita vem, então, servindo sistematicamente a interesses colonialistas e imperialistas, como forma de controlar as culturas iletradas – desde a descrição da cena inaugural da chegada dos europeus em terras ameríndias até os estudos acadêmicos possuidores da ilusão de estarem salvando a ‘tradição’ ou ‘história’ das sociedades ditas primitivas. “No Ocidente a passagem do oral para o escrito é uma poderosa e recorrente *história* – uma história de poder, corrupção e perda” (CLIFFORD, 1998, p. 92).

Diana Taylor coloca que a diferença aqui vai além da binariedade oralidade *versus* escrita. Para compreender esse encontro, a autora lança mão de dois conceitos: o de arquivo e o de repertório. O primeiro – que etimologicamente significa “um lugar em que se guardam

---

<sup>70</sup> O anonimato é utilizado no Jornalismo tanto por decisão do profissional – quando a informação dada pode colocar a fonte, de alguma forma, em perigo – como por pedido da própria entrevistada. Feita essa opção, é eticamente indicado que haja outros documentos comprovando o relato concedido. Por isso, uma reportagem feita exclusivamente de fontes anônimas, sem outras comprovações além da própria fala desta, não é (ou não deveria ser, pelo menos) usual dentro do Jornalismo.

registros” – descreveria materiais supostamente duradouros (isto é, textos, documentos, edifícios e ossos), enquanto o segundo descreveria práticas incorporadas (isto é, língua falada, dança, esportes e ritual).

Na medida em que se constitui de materiais que parecem durar, o arquivo excede o que acontece ao vivo. [...] O repertório, por outro lado, encena a memória incorporada – performances, gestos, oralidade, movimento, dança, canto –, em suma, todos aqueles atos geralmente vistos como conhecimento efêmero, não reproduzível. (TAYLOR, 2013, p. 49)

Num primeiro olhar, é possível entender os dois conceitos como processos sequenciais: as práticas incorporadas que acontecem num instante fugaz e que não mais podem ser replicadas são documentadas pelo arquivo, para que assim possam viver como memória material, não sendo, portanto, apagadas pelo tempo. Contudo, não é possível um processo no campo da realidade acontecer de modo tão organizado. O repertório está sempre fugindo e excedendo a documentação sobre si. Ele mesmo se faz memória, passando de um corpo ao outro, modificado, podendo, entretanto, manter o significado primeiro. Enquanto o arquivo, desprendendo-se daquele ou daquilo que deveria documentar, atravessa o tempo carregando consigo a narrativa criada, usualmente, por aqueles que exerciam o poder em determinado período. Contudo,

Não se trata, ainda, de um conjunto claramente binário – com o escrito e o arquivado constituindo o poder hegemônico e o repertório oferecendo o desafio anti-hegemônico. A performance pertence tanto aos fortes quanto aos fracos. [...] Os modos de armazenar e transmitir conhecimentos são muitos, e as performances incorporadas têm frequentemente contribuído para a manutenção de uma ordem social repressiva. Precisamos apenas olhar para o amplo espectro de práticas políticas nas Américas, exercidas sobre corpos humanos, desde os sacrifícios humanos anteriores à conquista até a queima nas fogueiras ordenadas pela Inquisição, ou até os linchamentos de afro-americanos ou os atos contemporâneos de tortura e desaparecimento, patrocinados pelo Estado. Não precisamos polarizar a relação entre esses tipos diferentes de conhecimento para reconhecer que, frequentemente, eles têm se mostrado antagônicos na luta pela sobrevivência ou supremacia cultural. (id., 2013, p 53)

A partir da interação, não necessariamente sequencial, surgiriam, então, os roteiros – um “arcabouço portátil [que] carrega o peso de repetições cumulativas” (TAYLOR, 2013, p. 60). Roteiros carregam performances repetidas em inúmeros corpos, documentadas pelo arquivo e trazidas novamente à incorporação. “Cada repetição acrescenta algo ao seu poder afetivo e explicativo até o resultado parecer uma conclusão previamente determinada” (TAYLOR, 2013, p. 64). Esses roteiros formulados pelas práticas de sujeitos em sociedade parecem, entretanto, valores pré-existent à existência daqueles que prosseguem os

atualizando, sem que saibam quando ou como foram criados e permaneçam como narrativas imutáveis – *scripts* para a vida. Roteiros são acionados nessa reportagem, sendo atualizados e (re)performados.

Em um box na cor roxa, o título anuncia “Dilma repete Collor: alheia aos fatos”. Duas fotografias, uma de Fernando Collor correndo com um grupo de pessoas, em preto e branco, e, logo ao lado, uma de Dilma Rousseff andando de bicicleta, com três seguranças. A imagem da presidenta é colorida. Ele corre nos arredores da Casa da Dinda, onde morava, segundo o texto, enquanto ela pedalava nos arredores do Planalto. O exercício feito em período ‘pré-impeachment’ e de índices de reprovação alto – com 68% considerando o governo de Collor “péssimo ou ruim”, e 69% reprovando o governo de Dilma (o texto não especifica a categoria dessa reprovação, como no caso do ex-presidente) – significaria um alienamento quanto à situação vivida.

Seria, então, a negação um dos estágios que as pessoas atravessam com a proximidade da perda, segundo o modelo da psiquiatra Elisabeth Kübler-Ross. Além dele, a raiva, a negociação, a depressão e a aceitação também fariam parte desse processo. Segundo a reportagem, Dilma Rousseff estaria ‘oscilando’ entre a negação e a raiva. A psiquiatria é acionada durante todo o texto como ferramenta para a análise do emocional da presidenta eleita, com a matéria chegando mesmo a insinuar que Rousseff estaria fazendo uso de medicação – sem, no entanto, apresentar provas.

O último tópico do texto, assim como o box mencionado acima, também traz uma personagem histórica, embora remetendo a um período mais longínquo da História brasileira. Cito o texto da reportagem:

No século 18, o renomado psiquiatra britânico Francis Willis se especializou no acompanhamento de imperadores e mandatários que perderam o controle mental em momentos de crise política e chegou a desenvolver um método terapêutico composto por “remédios evacuentes” para tratar desses casos. Sua fórmula, no entanto, pouco resultado obteve com a paciente Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana de Bragança, que a história registra como “Maria I, a Louca”. Foi a primeira mulher a sentar-se no trono de Portugal e, por decorrência geopolítica, a primeira rainha do Brasil. O psiquiatra observou que os sintomas de sandice e de negação da realidade manifestados por Maria I se agravaram na medida em que ela era colocada sob forte pressão. (UMA PRESIDENTE..., 2016)

Intitulado de “As diabruras de Maria I, a Louca”, nele não existem comparações diretas com Dilma Rousseff. Contudo, a construção do texto lembra os tópicos iniciais da própria reportagem. Após um “diagnóstico psiquiátrico”, a matéria segue narrando episódios

que comprovariam o descontrole da presidenta eleita. No caso de Maria I, os episódios narrados servem para reforçar a loucura.

Seria o descontrole, loucura? Ou caminho para ela? O que significa terminar uma reportagem dedicada ao emocional de uma presidenta, à época ainda no exercício do poder, com a narrativa de uma rainha “que a história [que história?] registra como ‘Maria I, a Louca’”? Pensar respostas para essas perguntas me remete a estereótipos constantemente acionados ao pensar o emocional de uma mulher: a louca, a ensandecida, a histérica. Interessante perceber que a comparação entre Rouseff e Collor, embora também com intenção depreciativa, não remete há nenhum estereótipo de gênero – alienação serve para ambos.

Voltemos à mulher louca, ensandecida, histérica. Para pensar a atualização desse roteiro, irei optar por uma breve, porém necessária, explanação histórica sobre a histeria. Escolho a histeria, porque é considerada desde o princípio um ‘mal feminino’. Homens podem ser loucos, contudo apenas mulheres podem ser histéricas<sup>71</sup>. “A palavra *hystera* vem do grego e significa útero, mais especificamente um deslocamento do útero, designando, portanto, uma doença exclusiva das mulheres” (BITTENCOURT, 2015, p. 45).

O termo histeria foi registrado pela primeira vez no Egito antigo, onde dois papiros, datando de, aproximadamente, 1900 a.C., foram encontrados descrevendo histórias de mulheres acometidas pela doença, assim como sua etimologia e possível tratamento. Contudo, o grego Hipócrates é considerado o ‘pai’ da palavra, ao assinalar um distúrbio causado pelo inchaço e deslocamento do útero pelo corpo feminino (VILLARI, 2001). “O útero era concebido, na antiguidade, como um andarilho ávido e voraz que percorria o corpo da mulher” (BITTENCOURT, 2015, p. 45-46), embora o motivo de tal migração não fosse um consenso entre os diversos homens estudiosos de tal fenômeno.

Alguns, como o médico romano Areteu da Capadócia, acreditavam que a mulher teria uma espécie de animal dentro de si, enquanto o grego Platão afirmava que a histeria tinha como causa a falta de filho, fosse porque a mulher era estéril ou ainda solteira. Abortos e viuvez, assim como a falta de escoamento do esperma nas relações sexuais, também foram apontados como possíveis motivos. Na Idade Média, acreditava-se que a histeria era uma punição divina contra as bruxas.

Contudo, foi com Thomas Sydenham que surgiu a ideia da histeria como simulação, seu entendimento contrariava a teoria do útero, pois ele era

---

<sup>71</sup> Não desejo entrar aqui no âmbito do diagnóstico clínico, mas sim em como esses termos são utilizados socialmente, tenham ou não alguma legitimação por parte da Psiquiatria, Psicanálise ou outras ciências.

favorável à hipótese de que a causa dessa enfermidade estaria no cérebro, para o autor: “o sujeito histérico é o grande burlador.” (QUINET, 2005, p. 96 *apud* BITTENCOURT, 2015, p. 46).

O tratamento mais citado para a histeria era o sexo. A Psicanálise vai retomar o termo e, embora trazendo poucas diferenças das primeiras definições dele, vai legitimar a sua utilização. Para Freud, a histeria é um trauma psíquico tendo como causa o recalque das pulsões sexuais de uma mulher que, ao ter a experiência da castração, não a tolera. “Cresce insatisfeita, infeliz e invejosa, [...] e seu discurso é marcado por queixas e lamentações infinitas” (BITTENCOURT, 2015, p. 33). A solução apontada por Freud seria um filho, já que essa seria a única possibilidade dessa mulher chegar a ter um falo, no caso do bebê ser um menino.

Essa resposta foi o mais próximo que ele conseguiu chegar em sua investigação sobre o desejo das mulheres, porém, a questão se mantém em aberto, pois o próprio fundador da psicanálise não se satisfaz com sua hipótese. (BITTENCOURT, 2015, p. 37)

Embora o termo perdesse por séculos, não há uma lista de sintomas para que uma mulher seja chamada histérica<sup>72</sup>. O diagnóstico foi utilizado para diferentes sintomas, em diferentes situações, com um único denominador comum: a mulher. “Quatro mil anos de monótona resposta — quer dizer, mesma representação — para um sofrimento mutável: a clara insatisfação do desejo feminino” (VILLARI, 2001, p. 135). A insatisfação feminina com o destino da mulher, traçado por homens, é doença, também criada e diagnosticada por homens. Não há desvio possível sem ser duramente penalizada, mesmo que a punição vá se alterando ao longo dos séculos.

Dilma Rousseff ousou eleger-se presidenta em um País ainda dominado por uma lógica machista e patriarcal. A tentativa de manter-se no cargo para o qual foi democraticamente eleita é descrita pela reportagem como nada mais que “surto, destemperos e negação da realidade”. A matéria, tão repleta de fontes anônimas, não cita nenhuma vez a fala de Dilma Rousseff. O silêncio da presidenta talvez nos diga mais do que as falas colocadas. Spivak (2014) elucida que “o que o trabalho não pode dizer é importante, pois aí a

---

<sup>72</sup> É importante localizar essa mulher histérica por meio de um recorte de classe e raça. A histeria é, em geral, atribuída a mulheres privilegiadas, ou seja, brancas, com maior poder econômico e status social. Essa citação de Foucault (1978), no livro *História da Loucura*, explicita bem essa questão: “O que explica o fato de tão poucas mulheres serem histéricas quando estão acostumadas a uma vida dura e laboriosa, mas que estão fortemente inclinadas ao histerismo quando levam uma existência frouxa, ociosa, luxuosa e relaxada, ou quando algum pesar vem abater seu ânimo” (p. 319-320). A mulher negra desde sempre teve seu papel como trabalhadora aceito e utilizado pela sociedade patriarcal. O recorte de raça e classe é importante para não correremos o risco de acreditarmos que mulheres formam um grupo homogêneo.

elaboração da declaração é executada em um tipo de jornada ao silêncio” (SPIVACK, 2014, p. 82).

\*\*\*

Uma descrição que se destaca é a dos “surto de raiva” protagonizados pela presidenta, segundo a *IstoÉ*. “Gritos, berros e ofensas”, quebra de móveis e “palavrões aos borbotões” (que mulher afinal, fala palavrões?) são algumas das situações que a revista utiliza para ilustrar o ‘estado emocional’ da presidenta eleita. “A fúria da presidente” é uma expressão encontrada em uma das páginas que parece resumir os motivos para essas ações que, embora exacerbadas, não eram assim tão inéditas, já que

é bem verdade que Dilma nunca se caracterizou por ser uma pessoa lhana<sup>73</sup> no trato com os subordinados. Mas não precisa ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente desmantelou-se emocionalmente. (A PRESIDENTE..., 2016)

Nas reações à reportagem principal da revista – com a criação da hashtag “IstoÉMachismo” – é possível encontrar algumas comparações interessantes entre a capa da edição e outras publicações. Mostrarei aqui duas feitas entre publicações que possuem a mesma temática: a fúria. Na primeira, a capa é comparada com uma publicada seis anos antes pela revista *Época*. A publicação retratava o então técnico da seleção brasileira de futebol e os seus ataques de fúria. Contudo, nessa matéria, o periódico valorizava a raiva e mostrava como torná-la motivação para superar obstáculos.

---

<sup>73</sup> Aquela pessoa que é amável, sincera, franca.

Figura 9 – Capas das revistas *IstoÉ* e *Época* – respectivamente “As explosões nervosas da presidente” e “O dom da fúria”



Fonte: Revista *Fórum*

A fúria vinda de uma mulher é apontada como descontrole emocional, manifestação violenta, desequilíbrio. O mesmo sentimento vindo de um homem, contudo, é poder, uma dádiva. Um espaço de tempo e contexto separam as duas publicações, contudo não podemos considerar errônea por completo uma correlação entre as duas interpretações feitas de um mesmo sentimento quando colocado em um homem e quando colocado em uma mulher. As revistas não podem ser lidas como separadas de seu contexto social, em que a diferença de gênero – embora cada vez mais denunciada e contestada – ainda é a realidade, na qual a mulher ainda é inferiorizada em favor do homem.

Por toda a parte, as atividades valorizadas são as exercidas pelos homens; por toda parte, os mitos e discursos evocam a natureza inferior das mulheres; por toda parte, o masculino é designado por valores positivos e o feminino, por valores negativos; por toda parte se exerce a supremacia do sexo masculino sobre o sexo feminino. (LIPOVETSKY, 2000, p. 232)

Figura 10 – Montagem de capas de mulheres públicas em veículos impressos ao redor do mundo



Fonte: ONG Think Olga

A montagem feita pela ONG Think Olga mostra um comparativo entre a abordagem de diversos veículos, nacionais e internacionais, sobre a fúria de mulheres públicas. Das seis capas, cinco são sobre mulheres que possuem a imagem vinculada à política, sendo quatro delas de mulheres que chegaram a cargos institucionais. A raiva dessas mulheres é mostrada como perigosa, já que no que concerne ao âmbito político, “o recurso aos papéis sociais tradicionalmente reservados às mulheres pode ser [...] um obstáculo a uma atuação política mais destacada e uma estratégia de diferenciação e ação política por parte das mulheres” (BIROLI, 2009, p. 276).

Dilma Rousseff também se pronunciou sobre a edição da revista *IstoÉ*. Primeiro, por meio da assessoria da Presidência da República, foi lançada uma nota oficial de repúdio à publicação. Um trecho da nota explica:

Seria fácil rebater minuciosamente a escandalosa, leviana, sexista, covarde e – por que não? – risível peça de ficção que produz na edição deste fim de semana. Mas fazer isso seria tratar como jornalismo o que não é; seria conferir respeito ao que, no fundo, é inqualificável; seria pensar que algo ali pode ser crível e confiável, o que está muito longe de ser. O único respeito que merece é para os eventuais remédios que se

possa tomar contra os delírios e surtos de descontrole da revista. Uma publicação fora de si. (DILMA..., 2016)<sup>74</sup>

A presidenta eleita também se pronunciou sobre o tema em coletivas de imprensa, como a concedida a veículos internacionais no dia 19 de abril de 2016<sup>75</sup>, dois dias após a aprovação na Câmara do prosseguimento do processo de ‘impeachment’. Nela, além de comentar sobre a votação realizada pelos deputados federais, Rousseff falou sobre o sexismo do qual estava sendo vítima pela mídia, embora sem citar explicitamente a revista *IstoÉ*. “Porque a mulher ou é nervosa, ou histérica, ou desequilibrada” (BRASIL..., 2016). Em agosto de 2016, a juíza Tatiana Dias da Silva, da 18ª Vara Cível de Brasília, concedeu direito de resposta a Dilma Rousseff<sup>76</sup>.

\*\*\*

Os roteiros são estruturas que “mudam e se adaptam, mas parecem nunca ir embora” (TAYLOR, 2013, p. 67), por isso prosseguem presentes em materiais jornalísticos, utilizados para narrar (um)a realidade. Contudo, nem sempre o uso desses roteiros é recebido passivamente pela audiência que o consome a partir da cobertura jornalística. “O que a mídia de massa transmite não é fundamentalmente imagem-conteúdo, mas evento-potencial” (PUAR, 2013, p. 362). A revista não é uma mídia de massa, muito embora a ideia de um evento-potencial possa ser utilizada nas repercussões da reportagem aqui tratada.

O que acontece não é que as mídias simplesmente impõem estruturas de desejo e de comportamento apropriadas. As maneiras como as populações desenvolvem modos de assistir, conviver, recontar ou reciclar os materiais levam em consideração um âmbito amplo de respostas. [...] Essas respostas e esses comportamentos, por sua vez, são tomados e apropriados pelas mídias de massa de maneira dialógica, e não de maneira unidirecional. (TAYLOR, 2013, p. 51-52)

A reportagem atua como performance ao “tornar visível o que sempre esteve lá: os fantasmas, os tropos, os roteiros que estruturam nossa vida individual e coletiva” (TAYLOR, 2013, p. 208). O roteiro modificado aplicado nessa atualização é, então, escancarado. Ao performar um arquivo e repertório já arraigados, ele se esquece do poder dessa audiência, que já não se deixa enganar pelos espectros re-performados e re-utilizados.

<sup>74</sup> Nota de repúdio na íntegra disponível em <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/04/dilma-divulga-nota-de-repudio-contra-texto-da-istoe-covar-de-escandaloso-e-sexista.html>>. Acesso em 8 nov. 2017.

<sup>75</sup> Vídeo completo da coletiva de imprensa disponível em <<http://www.pt.org.br/brasil-tem-veio-golpista-adormecido-diz-dilma/>>. Acesso em 17 jan. 2018.

<sup>76</sup> A publicação do direito de resposta não foi encontrado.

O poder de não se deixar enganar pela performance é o reconhecimento de que já vimos tudo isso antes – as fantasias que moldam nosso sentido do eu e da comunidade, que organizam nossos roteiros de interação, conflito e resolução. (TAYLOR, 2013, p. 208)

“Os roteiros mudam e se adaptam, mas parecem nunca ir embora<sup>77</sup>”. Estamos mesmo livres desses fantasmas?

---

<sup>77</sup> TAYLOR, 2013, p. 67.

## 7 (SAÍDA)

“Desde o início, tratou-se da pena à procura de um crime” (SEMER, 2016, p. 89). As últimas publicações que aqui analiso seguem na direção de um adeus antes do fim – ou de uma anúncio precoce. O “Especial Impeachment – O Último ato”, da revista *Época*, e “A hora de sair”, da revista *IstoÉ* são as últimas edições que trazem Dilma Rousseff na capa. Também são elas que irão trazer um relato detalhado da saída do Palácio da Alvorada – local oficial da presidenta eleita desde o afastamento provisório da presidência. As datas são do mesmo mês: na primeira, dia 27 de agosto – poucos dias antes de um impedimento que o texto já anunciava como certo. Na segunda, a data é 12 de agosto, quase vinte dias antes da votação final do processo. Nesta, a saída – embora foco – nem é mais único assunto: a reportagem já dá várias dicas sobre o futuro governo de Michel Temer e as medidas que devem ser apresentadas pelo já presidente – pelo menos, essa é a sensação transmitida. “Ao tirar Dilma da frente, o Brasil começa uma nova etapa. A saída definitiva da petista fará com que o presidente em exercício Michel Temer atue com mais desprendimento para colocar em marcha as reformas necessárias ao País” (A ERA..., 2016).

Figura 11 – Capas das revistas *IstoÉ* e *Época* – respectivamente “A hora de sair” e “Especial Impeachment: o último ato”



Fonte: Revista *IstoÉ*/ Revista *Época*

Na edição da *IstoÉ*, a capa é feita sobre um fundo branco, na qual é utilizada a fotografia de Rousseff saindo de um recinto não identificado. A parede é branca e tem partes

espelhadas, onde é possível ver parte do corpo de Dilma Rousseff refletido. A parede encontra-se do lado direito da capa, enquanto o corpo está quase no extremo esquerdo. Nem todo corpo da presidenta eleita está para fora, não sendo possível ver, por exemplo, parte do braço direito e da perna esquerda. A fotografia mostra o perfil de Dilma Rousseff, embora dê uma ideia de movimento, como se instantes depois ela fosse se virar e ficar de frente. A presidenta eleita olha para frente, mas não chega a encarar o leitor que olha para a capa. De saída, mas ainda de pé. Enquanto na *Época*, a capa é feita também sobre uma fotografia. O fundo da imagem é dividida entre as cores amarela e um tom amarronzado, predominando a primeira em dois terços da capa (de cima para baixo). É possível enxergar uma poltrona desfocada no fundo. A poltrona está de frente para quem olha para a capa. De costas para quem olha, está a presidenta eleita Dilma Rousseff. Ela é fotografada da cintura para cima. Pelo ângulo da fotografia, é possível perceber que a poltrona está em cima de um pequeno palco, enquanto a presidenta eleita está embaixo e olhando para ela. O fim de quem apenas olha a cadeira que ocupava, agora de baixo e de longe.

A saída gradual da presidenta eleita é citada nas duas reportagens aqui analisadas, com um maior destaque em “A Era Dilma chega ao fim”. Os móveis que vão deixando a Alvorada, os poucos livros que ficam, a bicicleta favorita que já está a caminho de Porto Alegre – onde Dilma residia antes de Brasília. Expressões como “maculada bibliografia”, “Dilma beira a porta dos fundos da história” e “para tomar emprestado um bordão esportivo em tempos de Olimpíada, Dilma irá para o chuveiro mais cedo, mas quem será asseado é o País” (A ERA..., 2016). Nesse texto, sem assinatura de repórter, até a palavra exílio é utilizada, para se referir a uma suposta viagem planejada por Dilma Rousseff pelos países da América Latina, “quando” saísse da presidência. A dúvida da edição quanto à saída da presidenta eleita é nula, mesmo restando ainda três semanas para a votação final. A certeza é tamanha que – como mencionei – ela já prevê as ações do futuro presidente “quanto tirar a Dilma da frente”.

O destino cumpre um roteiro nem de perto imaginado por Dilma quando tomou posse ainda para o seu primeiro mandato em 1º de janeiro de 2011. Resignada, nos dias derradeiros, Dilma acalentou um último desejo: o de não sair do Palácio do Planalto pelos fundos, como Fernando Collor, em 1992, cercado por um pequeno séquito de assessores. A cena pode até não se repetir. Na prática, porém, para a maioria dos brasileiros, o efeito é o mesmo: Dilma não deixará saudades. (A ERA..., 2016)

A negação do golpe prossegue no texto. O golpe inexistente com maior necessidade de defesa, eu ousaria dizer quando penso no conjunto das reportagens aqui

analisadas – e de tantas outras, para ser sincera. “No Brasil de 1964, o engodo foi denominado de ‘revolução’. Nenhum golpista admite que se denomine sua ação em português claro: golpe de Estado. Em 2016, isso se repete no país” (JIKINGS, 2016, p. 12). A mídia cumpre um papel primordial, dentro das estruturas orquestradoras deste momento político do país, de legitimar um processo “baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como lícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto” (Idem). Não é a mídia parte da orquestra, mas – sendo a que ouve a melodia – a que reafirma que tudo acontece dentro da democracia, apenas “para tirar a Dilma da frente”. Uma mentira dita mil vezes se torna verdade, diria minha avó.

A reportagem “Luzes! Câmera! Ação!<sup>78</sup>”, da revista *Época*, propõe um outro olhar para os dias finais do mandato da presidenta eleita. Os dias anteriores à votação pelo Senado – que iniciam com depoimentos de testemunha, antes do momento de decisão dos senadores – da presidenta Dilma Rousseff, são o material de uma descrição detalhada por parte da repórter Talita Fernandes. Nela, o principal foco são as gravações que Rousseff autorizou que fossem feitas sobre a própria rotina.

Dilma estava em cena, literalmente – não mais para se manter no Planalto, mas como intérprete de uma narrativa que ela deseja que se torne viral após o impeachment. Ali, em um ambiente fechado, controlado, com decoração avermelhada, aconteceria um comício cenográfico, artificial, no qual Dilma buscava com seus olhares as câmeras, não a plateia. A presidente da República já deixara de existir; surgia a atriz protagonista de um documentário sobre o “golpe”.

Em uma metalinguagem – uma narrativa sendo usada para fala de uma outra narrativa, o texto descreve as intenções e objetivos de Dilma; como ela quer ser lembrada pela história. Não como Fernando Collor que renunciou e “terminou isolado, com fama de ‘explosivo’ e de alguém que desistiu de lutar”. Dilma Rousseff, segundo o texto, quer ser lembrada como “a primeira mulher eleita presidente do Brasil” e como “vítima de um golpe”. Para isso, estaria se utilizando de diversos artifícios como a “retomada de um passado heroico”, ou seja, o período em que lutou contra a ditadura militar e que foi presa, na década de 1970. No comício que acompanha – do qual a publicação não dá maiores detalhes, como local ou data – “a única imagem estampada era a de Dilma”, numa referência a uma possível ruptura com o partido ou com Lula – ambos citados pelo texto.

Sabia-se que ali já estava em ação não a Dilma Rousseff, presidente da República do Brasil, mas a Dilma personagem de si mesma. Afinal foram cenas de uma campanha solo, sem o PT, sem Lula e com poucas esperanças

---

<sup>78</sup> No site da revista, o nome da reportagem está como “A semana mais tensa de Dilma Rousseff”.

de voltar à cadeira do gabinete espaçoso do 3º andar do Palácio do Planalto.

A rotina de Dilma Rousseff após a saída temporária da presidência é também detalhada. O horário que acorda, os exercícios matinais e os humores ao ler nos jornais sobre as decisões de Michel Temer – “fica irada”. As reuniões com assessores e aliados no Palácio da Alvorada e, não poderia faltar, a aparência com que comparece a elas – “veste os mesmos terninhos, se maquia e arruma os cabelos. Não poderia ser diferente. Sob o foco de equipes de filmagem, figurino precisa ser impecável e litúrgico<sup>79</sup>”. Os pertences pessoais que aos poucos deixam a casa oficial, com destino ao Sul do País, também são citados, assim como na reportagem anterior. Contudo, tudo volta aos tais documentaristas. Os arroubos de Dilma com a imprensa, os quais aqueles também parecem ter sido ‘vítimas’ – numa reação que, segundo o texto, seria a “Dilma real” emergindo. Mesmo a defesa da presidenta eleita no Senado, no dia 29 de agosto de 2016, seria apenas mais uma encenação.

Dilma, contudo, diz que se manterá firme. Pelo script, dirá que não imaginava ter um dia de voltar a defender a democracia, num remonte a seus tempos de guerrilheira e de militante contra a ditadura. No alto das galerias, afinal, estarão acomodados os documentaristas. É para eles que Dilma falará. (LUZES!..., 2016).

\*\*\*

Na revista *Época*, o texto cita a vontade de Dilma de “voltar à vida normal”, pois nem ela mesma “se sente à vontade para encenar fora das telas o papel de vítima de um golpe”; enquanto a *IstoÉ* já anuncia que, “a partir de setembro, será apenas mais um quadro pendurado na galeria de ex-presidentes”. O fim já está anunciado. Contudo, seria mesmo fim? O golpe foi concluído no dia 31 de agosto, mas – iniciou-se muito antes dessa data – o impeachment também possui consequências muito além do dia do capítulo final. Se acordei no dia 1º de janeiro de 2011 com a primeira mulher presidenta em meu país, o amanhecer do dia 1º de agosto me brindava com uma primeira-dama “bela, recatada e do lar”, como anunciou a revista *Veja*. A hierarquia estava de volta, como ousamos nós sonhar mais do que estar à sombra de um homem?

Chego ao fim desta dissertação cansada – devo admitir. Não só por todos os percalços típicos de uma pós-graduação, mas por, após viver tudo que falo, ter que reviver – e elaborar sobre – aquilo que vivi. O golpe ainda pulsa, ainda dói. Ainda lembro quando essa manobra política vivia apenas em sonhos insanos e na boca debochada que jamais acreditava

---

<sup>79</sup> LUZES!..., 2016.

na concretude daquilo. Mas aconteceu. Continua acontecendo. A “Ponte para o Futuro” de Michel Temer, as reformas do Ensino Médio, da Previdência e Trabalhista, o congelamento da verba para Educação e Saúde por 20 anos, a intervenção militar no Rio de Janeiro, a morte da vereadora Marielle Franco (Presente!). A luta nas ocupações de escolas e universidades, das Greves Gerais, do movimento por Diretas Já! As eleições de 2018 – que já chegam –, a prisão de Lula, a guinada de intenções de voto em Jair Bolsonaro.

Ainda pulsa, ainda dói. Não poderei dar aqui as conclusões que talvez espere. É que eu mesma não as tenho. Derramei por estas páginas tudo aquilo pensado, lido e elaborado ao longo de um processo que já dura mais de dois anos. A vida política do País continuou enquanto eu aqui escrevia – quem sabe agora mesmo não estourou um novo escândalo? Não sei se existem conclusões possíveis de um processo que apenas começou. Se antes achávamos que o impeachment era golpe impossível, depois tentamos acreditar que era um fim dolorido mas inevitável, agora percebemos que foi antes começo de uma história ainda não completamente vivida. Se insistires em conclusões, teremos que chegar a elas juntas. Espero que nosso encontro se dê na luta.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda N. **Sejamos todos feministas**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 63 p.
- \_\_\_\_\_. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. 1 ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2017. 94 p.
- ANZALDÚA, Gloria. Como domar uma língua selvagem. Trad.: Joana Plaza Pinto; Karla Cristina dos Santos. **Cadernos de Letras da UFF: Dossiê Difusão da Língua Portuguesa**, Niterói, n. 39, p. 305-318, 2009.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Trad.: Édna de Marco. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n.1, p. 229-236, 2000.
- ARRIOLA, Aimar. Revolução Queratina (Manifesto). In: LÓPEZ, M.A. (Org.). **Alianças de Corpos Vulneráveis: Feminismos, ativismo bicha e cultura visual** (Cadernos Sesc\_Videobrasil 11). Trad.: Fernanda Nogueira. São Paulo, SP: Edições Sesc, 2015. p. 71-81.
- ASSUMPÇÃO, Pablo. Eleonora e o corpo performativo: poéticas do ato, materialidades do encontro. In: FABIÃO, Eleonora; LEPECKI, André (Org.) **Ações: Eleonora Fabião**. Rio de Janeiro: Tamanduá Artes, 2015. p. 1-16.
- BAPTAGLIN, L. A.; SANTI, V. J. A midiatização não existe: digressões possíveis da teoria da comunicação. In: PORTO JÚNIOR, F. G. R. *et al* (Org.). **Media effects: ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo**, Vol. 1: Teorias do agendamento, priming e framing. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. p. 51- 69.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. (Vol. 1): Fatos e Mitos. Trad.: Sérgio Milliet. 3º ed. Editora Novas Fronteiras: Rio de Janeiro, 2016. 339 p.
- BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentido. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Org.). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 107-122.
- BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, nº 34. Campinas, 2010, pp. 269-99.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís. Felipe. A Produção da imparcialidade: A construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, nº 73, p. 59-174, junho/2010.
- BIROLI, Flávia; MOTA, Fernanda Ferreira. O gênero na política: a construção do “feminino” nas eleições presidenciais de 2010. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 197-231, jul./dez. 2014.
- BITTENCOURT, Daniela G. **A histeria e o feminino: Laços entre o corpo, a linguagem e o gozo**. 2015. 217 f. Dissertação (Ciências da Linguagem) - Universidade do Sul de Santa

Catarina, Tubarão, 2015.

BOITO JR., Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: CLETO, M.; DORIA, K.; JINKINGS, I. (Org.). **Porque gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. p. 23-28.

BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. CLETO, M.; DORIA, K.; JINKINGS, I. (Org.). **Porque gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. p.47-51.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.** trad: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, R.; CORRÊA, P. P. #ForaPresidentes - O papel da comunicação nas mobilizações populares pró-deposição em 53 anos de história da política brasileira. **Revista Estudos em Comunicação**, Curitiba, vol. 2, nº26, p. 259-272, maio 2018.

CASTRO, D. T.; PORTO JÚNIOR, F. G. R. A hipótese da agenda-setting: introduzindo conceitos. In: PORTO JÚNIOR, F. G. R. *et al* (Org.). **Media effects: ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo**, v. 1: Teorias do agendamento, priming e framing. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. p. 21-35.

CHANTER, Tina. **Gênero: conceitos-chave em filosofia.** Trad.: Vinícius Figueira. Porto Alegre: Editora Artmed, 2011. 182 p.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: CLETO, M.; DORIA, K.; JINKINGS, I. (Org.). **Porque gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. p. 16 – 22.

CIRCULAÇÃO Revista Impressa. 2016. Disponível em <[http://publiabril.abril.com.br/svp/main\\_brands/circulations](http://publiabril.abril.com.br/svp/main_brands/circulations)>. Acesso em 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Revistas Semanais - 2013 x 2014 (jan. a set.). 2014. Disponível em <<http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao>>. Acesso em 19 set. 2016.

CLETO, Murilo. O triunfo da antipolítica. In: CLETO, M.; DORIA, K.; JINKINGS, I. (Org.). **Porque gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. p. 37-41

CLIFFORD, James. Sobre a alegoria etnográfica. In: \_\_\_\_\_. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. p. 63 – 99.

CUNHA, Luciana Gross *et al.* **Relatório ICJ-Brasil**, 2º Semestre/2015. São Paulo: escola de Direito de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, 2015. Disponível em <<https://goo.gl/Hu0Emo>>. Acesso em: 20 set. 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Trad.: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. 244 p.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 2° ed. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2016. 140 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. 5° ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2004. 873p.

FERREIRA, Juca. Cultura e resistência. In: CLETO, M.; DORIA, K.; JINKINGS, I. (Org.). **Porque gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. p. 94-102

FIGUEIREDO, Angela. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. **Revista de Estudos Interdisciplinares em Gêneros e Sexualidades**, Salvador, v. 1, n. 3, p.152-169, maio 2015.

FREITAS, Angélica. **Um útero é do tamanho de um punho**. São Paulo: Cosac Naify, 2012. 91 p.

FOUCAULT, MICHEL. Histeria e Hipocondria. In: \_\_\_\_\_. **História da Loucura**. São Paulo: Editora Perspectivas, 1978. p. 307-328.

\_\_\_\_\_. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995

GALLEGO, Esther Solano. Fatores da crise, corrupção e saídas para a mesma: refletindo e conversando. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, n. 19, p. 126-139, jan./jun. 2016.

GUAZINA, Liziane; QUIRINO, Flávia. Golpe no Brasil: o que a mídia tem a ver com isso? **Revista Estudos em Comunicação**, Curitiba, v. 2, nº 26, p. 179-188, maio 2018.

GUILLAUMIN, Colette. Enquanto tivermos mulheres para dos darem filhos: A respeito da raça e do sexo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. e., p. 228-233, jul/dez. 1994.

\_\_\_\_\_. Prática do poder e ideia de natureza. In: ABREU, Maira; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica; FALQUET, Jules (Org.). **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole- Claude Mathieu. Recife, SOS Corpo, 2014. p. 27-100.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Tradução: Mariza Correia. Cadernos Pagu, Campinas (SP), v. 5, p. 7-41, 1995.

HOLTZ-BACHA, Cristina. Quem cuida das crianças? A representação das mulheres do alto escalão político pelos media. Trad.: Isabele Mitozo. **Revista Compólitica**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 46-60, jul./dez. 2013.

JINKINGS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: CLETO, M.; DORIA, K.; JINKINGS, I.(Org.). **Porque gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. p. 12-15.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Trad.: Marina Appenzeller. 12° ed. Campinas: Papyrus Editora, 1996. 152 p.

KAUR, Rupi. **Outros jeitos de usar a boca**. Trad.: Ana Guadalupe. São Paulo: Planeta, 2017. 202p.

LAGO, Cláudia. Antropologia e Jornalismo: uma questão de método. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Org.). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 48-66.

LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, Hermínia *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p. 86-91

LIMA, P. V. P. S.; SABINO, M. J.C. Igualdade de gênero no exercício do poder. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 23, n.3, p. 713-734, set./dez. 2015.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens: uma história de amor e ódio**. Trad.: Cláudia Strauch; Rosaura Eichenberg; Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 358 p.

MANO, Maíra Kubik. Cuando Las Mujeres Son Violentas: Un Análisis De Los Medios Frente Al Protagonismo Femenino. **Comunicación y Medios**, Santiago, n° 30, p. 201-213, 2014.

MATTIUZZI, Michele. **Merci beaucoup, blanco! Escrito experimento fotografia performance**. (2016) Disponível em <[https://issuu.com/amilcarpacker/docs/merci\\_beaucoup\\_\\_blanco\\_michelle\\_mat](https://issuu.com/amilcarpacker/docs/merci_beaucoup__blanco_michelle_mat)> Acesso em 15 jun. 2017

MENTEN. Arthur Scatolini. Orçamentos públicos, civilização e barbárie: Legalidade orçamentária e o processo de impedimento de 2016. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, n. 19, p. 44-63, jan./jun. 2016.

MOMBAÇA, Jota. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!** (2017) Disponível em <[https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo\\_a\\_uma\\_redistribuc\\_\\_a\\_\\_o\\_da\\_vi](https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuc__a__o_da_vi)> Acesso em 1º maio 2017.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise Pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Org.). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 123-166.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sobre golpes, autogolpes e contragolpes: dilemas de uma democracia em turbulência. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, n. 19, p. 140-158, jan./jun. 2016.

PESCHANSKI, João Alexandre. O transporte público gratuito, uma utopia real. In: MARICATO, Hermínia *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p. 56-60

PUAR, Jasbir. Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. **Meritum**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 343-370, junho 2013.

QUINALHA, Renan. “Em nome de Deus e da família”: um golpe contra a diversidade. In: CLETO, M.; DORIA, K.; JINKINGS, I. (Org.). **Porque gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. p. 106-111.

RANCIÈRE, Jaques. **A partilha do sensível**: estética e política. Trad.: Mônica Costa Netto. 2º ed. São Paulo: Editora 34, 2009. 71 P.

ROLNIK, Raquel. Apresentação – As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Hermínia *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p. 5-10

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Hermínia *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p. 66-73

SEMER, Marcelo. Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do Judiciário. In: CLETO, M.; DORIA, K.; JINKINGS, I.(Org.). **Porque gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. p. 88-93.

SILVA, J. Nunes da. Mídia Effects: um olhar crítico sobre as hipóteses do agenda-setting e do framing. In: PORTO JÚNIOR, F. G. R. *et al* (Org.). **Media effects**: ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo, v. 2: Efeitos da Terceira Pessoa, enquadramento e teoria do cultivo. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. p. 21-47.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das letras, 2012. 160 p.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 174 p.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório**: performance e memória cultural nas Américas. Editora UFMG, 2013.

TELLES, Helcimara. A direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e a democracia nos protesto antigoverno. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, n. 19, p. 97-125, jan./jun. 2016.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** (Volume 1): Porque as notícias são como são. 2º ed. Florianópolis: Insular, 2005, 204 p.

\_\_\_\_\_. **Teorias do Jornalismo** (Volume 2): A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. 3º ed. Florianópolis: Insular, 2013. 208 p.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Hermínia *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p. 33-38

VIANA, Silvia. Será que formulamos mal a pergunta? In: MARICATO, Hermínia *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo:

Boitempo Editorial, 2013. p. 50-55

VILLARI, Rafael Andrés. É possível uma história da histeria? **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 29, p. 131-145, abr. 2001.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. Trad.: Bia Nunes de Souza. São Paulo: Editora Tordesilhas, 2014. 189 p.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. 2º ed. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

**REFERÊNCIAS – REPORTAGENS**

A ERA Dilma se aproxima do fim. **IstoÉ**, São Paulo, 2016. Disponível em <<https://istoe.com.br/era-dilma-se-aproxima-do-fim/>>. Acesso em 15 jan. 2018.

A PIOR travessia. **IstoÉ**, São Paulo, 2015. Disponível em <[https://istoe.com.br/442165\\_A+PIOR+TRAVESSIA/](https://istoe.com.br/442165_A+PIOR+TRAVESSIA/)>. Acesso em 15 nov. 2017.

DILMA Rousseff: uma presidente na clausura. **Época**, São Paulo, 2015. Disponível em <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/12/dilma-rousseff-uma-presidente-na-clausura-politica.html>>. Acesso em 26 out. 2017.

DILMA vai à guerra contra o impeachment. **Época**, São Paulo, 2016. Disponível em <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/dilma-vai-guerra-contra-o-impeachment.html>>. Acesso em 20 out. 2017.

IMPEACHMENT não é guerra. **Veja**, São Paulo, 2015. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/brasil/impeachment-nao-e-guerra/>>. Acesso em 17 nov. 2017.

LUZES! Câmera! Ação! **Época**, São Paulo, 2016. Disponível em <<https://epoca.globo.com/tempo/especial-impeachment/noticia/2016/08/semana-mais-tensa-de-dilma-rousseff.html>>. Acesso em 15 jan. 2018.

O ENSAIO do adeus. **IstoÉ**, São Paulo, 2016. Disponível em <[https://istoe.com.br/451082\\_O+ENSAIO+DO+ADEUS/](https://istoe.com.br/451082_O+ENSAIO+DO+ADEUS/)>. Acesso em 15 nov. 2017.

OS 7 CRIMES de Dilma. **IstoÉ**, São Paulo, 2016. Disponível em <[https://istoe.com.br/449533\\_OS+7+CRIMES+DE+DILMA/](https://istoe.com.br/449533_OS+7+CRIMES+DE+DILMA/)>. Acesso em 15 de novembro de 2017.

O ÚLTIMO capítulo. **Veja**, São Paulo, 2016. Disponível em <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/37065?page=1&section=1>>. Acesso em 20 nov. 2017.

QUANDO o poder dá lugar à solidão. **Época**, São Paulo, 2016. Disponível em <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/04/solidao-de-dilma-rousseff.html>>. Acesso em 10 set. 2017.

UMA PRESIDENTE fora de si. **IstoÉ**, São Paulo, 2016. Disponível em <[http://istoe.com.br/450027\\_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/](http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/)>. Acesso em 15 jan. 2017.